UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
FACULDADE DE FILOSOFIA, CIÊNCIAS E LETRAS DE RIBEIRÃO PRETO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM PSICOLOGIA

MICHELLE SILVA GONZALES

O discurso politicamente correto como sintoma do mal-estar na contemporaneidade

RIBEIRÃO PRETO - SP

2022

MICHELLE SILVA GONZALES

O discurso politicamente correto como sintoma do mal-estar na contemporaneidade

Versão corrigida

(Versão Original encontra-se na unidade que aloja o Programa de Pós-Graduação)

Dissertação apresentada à Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Ribeirão Preto da Universidade de São Paulo (FFCLRP/USP) para obtenção do título de Mestre em Ciências.

Área de Concentração: Processos Culturais e Subjetivação

Orientadora: Profa. Dra. Leda Verdiani Tfouni

RIBEIRÃO PRETO - SP

2022

Autorizo a reprodução e divulgação total ou parcial deste trabalho, por qualquer meio convencional ou eletrônico, para fins de estudo e pesquisa, desde que citada a fonte.

Gonzales, Michelle Silva

O discurso politicamente correto como sintoma do mal-estar na contemporaneidade.
Ribeirão Preto, 2021.

146 p.: il.; 30 cm

Dissertação de Mestrado, apresentada à Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de
Ribeirão Preto/USP. Área de concentração: Psicologia.

Orientador: Tfouni, Leda Verdiani.

1. Discurso. 2. Politicamente correto. 3. Mal-estar. 4. Contemporaneidade. 5. Sintoma

Nome: Michelle Silva Gonzales

Título: O discurso politicamente correto como sintoma do mal-estar na contemporaneidade.

Dissertação apresentada à Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Ribeirão Preto da USP, como parte das exigências para obtenção do título de Mestre em Ciências.

Aprovado em:

Banca Examinadora

Prof. Dr.: _____

Instituição: _____

Julgamento: _____

Prof. Dr.: _____

Instituição: _____

Julgamento: _____

Prof. Dr.: _____

Instituição: _____

Julgamento: _____

Ao meu pai, que sobrevive a mim, e em mim.

AGRADECIMENTOS

*Ah, e se não fosse, cada acaso, não tivesse sido,
qual é então que teria sido meu destino seguinte?
Coisa vã, que não conforma respostas.*

João Guimarães Rosa (2015, p. 112).

A vida é a arte do encontro, uma vez disse o poeta (Moraes & Powell, 1967). Sei que é impossível estimar as consequências de cada encontro, sei também que o trabalho aqui presente é resultado de muita coisa que tampouco posso mensurar, contudo, alguns encontros, considero terem sido, não apenas necessários, mas sem os quais, esta dissertação não se faria presente. A estes, trago aqui meus sinceros agradecimentos.

Antes de tudo, à minha querida orientadora, Leda, que reconheceu em mim o desejo pela pesquisa, e durante meu processo de escrita, muitas vezes extremamente sofrido, aliviava meu desespero voraz ao supor necessário “sempre mais”, me direcionando para a única forma possível de ser feita: de *vereda em vereda*¹ (p.58). Sou imensamente feliz pela oportunidade de apreender, mesmo que um “cadinho”, o que essa mulher inexplicavelmente culta pôde me transmitir, e pelo enorme prazer de poder reter algumas marcas de seu legado em meu texto.

À banca de qualificação (composta pelos Profs. Anderson de Carvalho Pereira e Alexandre Mantovani), que através de uma leitura rigorosa e atenta, me propuseram profícuas considerações, mas sobretudo por lerem nas entrelinhas do meu texto, as marcas de autoria que apontavam para meu desejo insabido. À essa chance – proporcionada pelo programa de Pós-graduação em Psicologia da FFCLRP – pois com ela pude perceber *o quanto eu quase que nada sei, mas desconfio de muita coisa* (p.25), e desconfiar/questionar, é condição primordial a todo e qualquer pesquisador, porém somente possível àqueles capazes de se autorizar não saber a priori, e em muitas vezes a posteriori também.

Aos colegas de interlocução, tanto em psicanálise, como de pós-graduação que conheci nessa trajetória, por compartilharem comigo suas incertezas e angústias, me oferecendo acalento nos momentos em que me acreditava sozinha diante de tanta estupefação.

À minha analista, Alessandra, que diante de meu desamparo frente ao vazio, nas incontáveis queixas de que “nunca serei nada”, me apontou que não serei nada, nunca. E ao

¹ Todos os trechos em itálico se referem a mesma obra da epígrafe: Rosa (2015).

me escutar, ofereceu-me a chance de compreender que justamente porque há sertão, há veredas.

À uma colega em especial, Verônica, que me ensinou que *as pessoas não estão sempre iguais, ainda não foram terminadas* (p.31); que errar pode fornecer ocasião para mudança, e que perceber nosso erro é antes, um gesto de humildade, e não uma falha. Obrigada por me encorajar desde o início, seu incentivo me fez continuar. Ao continuar tive que me habituar com *o perigo que é viver* (p.28).

Gostaria de agradecer aos meus pacientes, que me confiaram/confiam na escuta de seu sofrimento. Sem isso, acredito que minhas articulações psicanalíticas seriam surdas para o inconsciente e seu funcionamento, fazendo desta pesquisa um tanto quanto vazia.

Também agradeço à minha supervisora, Eliana, por suas pontuações precisas, que me proporcionam a oportunidade de receber minha mensagem de forma invertida. Esse momento posterior, acredito ser tão importante quanto o que o antecede, pois é a partir desta alteridade, que posso ouvir meus erros e acertos, e com muita coragem, insistir neste ofício.

A minha família, que mesmo que por “linhas tortas”, orientaram-me àquilo que eu queria. Agradeço deveras, uma vez que, não coincidindo meu querer com o de vocês, me proporcionaram sempre todas as condições possíveis, pois o comum entre nós, no fim das contas, é o desejo de que eu me encontre e tenha momentos de felicidade.

Ao meu amado, eterno companheiro, paz em meio ao caos, Gabriel, que nunca me descreditou, mas antes, mostrou todo o meu potencial que eu não via, como brecha a ser explorada. Mais do que todos, só você viveu comigo, sempre de mãos dadas, as durezas e alegrias desse percurso. Sua presença ante minha solidão a deixou tolerável e por vezes, por que não, trouxe ao meu drama neurótico seu quê de cômico.

Ao meu pai, que mesmo ausente, fez presença, pois me legou como herança condições para sonhar.

À CAPES pelo financiamento desta pesquisa.

Que é que a gente sente, quando se tem medo? (p.97). Eu não sentia nada, só uma transformação. Muita co importante falta nome (p.99). Para que foi que tive ... atravessar o rio? Acho que eu tinha que aprender a estar alegre e triste juntamente (p.100).

Nem a presença viva nem a fixação pela escritura conseguem assegurar a imortalidade; ambas, aliás, nem mesmo garantem a certeza da duração, apenas testemunham o esplendor e a fragilidade da existência, e do esforço de dizê-la.

Jeane Marie Gagnebin (2006, p.11).

Mas já que se há de escrever, que ao menos não se esmaguem com palavras as entrelinhas.

Clarice Lispector (1999, p.19).

RESUMO

Gonzales, M.S. (2021). *O discurso politicamente correto como sintoma do mal-estar na contemporaneidade*. (Dissertação de Mestrado). Programa de Psicologia, Universidade de São Paulo, Ribeirão Preto, SP.

Esta pesquisa tem como objetivo analisar o discurso politicamente correto (PC) como sintoma do mal-estar contemporâneo sob a perspectiva teórica e metodológica da Análise do Discurso (AD) pecheutiana e da Psicanálise lacaniana. O discurso politicamente correto consiste em um fenômeno amplamente discutido e polemizado na contemporaneidade. Trata-se de um campo de tensão constituído por diversas questões e tentativas de elaborações, muito em parte por se tratar de um discurso com funcionamento difuso, controverso e contraditório. A premissa politicamente correta pode ser entendida em dois pilares, o primeiro é pautado na busca por direitos e visibilidade de grupos minoritários que sofrem preconceitos e discriminações, tais como os negros, a comunidade LGBTQIA+, deficientes e outros, e o segundo pilar, consiste na teoria de que essas mudanças irão advir através da constante alteração nas práticas linguísticas/discursivas. Contudo, é sobre como o discurso politicamente correto pretende atingir seus fins, ou seja, através das mudanças na linguagem/ vocabulário, que consiste na crítica daqueles que se opõem ao discurso PC e de que este seria autoritário, arbitrário e cerceador. Observa-se que o discurso politicamente correto criou uma cisão nas posições ideológicas contemporâneas, promovendo resistência e tensão, podendo ser entendido como um palco reatualizado para a luta de classes na atualidade. Esta luta comporta em si um apontamento sobre as dificuldades inerentes ao convívio em sociedade, pensado por Freud já em 1930 ao tratar o mal-estar na cultura e na impossível resolução deste, uma vez que as sociedades, por mais propiciadoras de proteção aos sujeitos, demandam deles que se abstenha de uma parcela de satisfação pulsional, em prol da civilização. Analisamos discursivamente alguns recortes concernentes ao debate em torno da obra do escritor Monteiro Lobato (1882-1948), alvo atualmente de uma disputa discursiva sobre os sentidos do racismo, efeito do discurso politicamente correto. Compreendemos que a linguagem em si não pode ser considerada racista, ou politicamente incorreta em sua estrutura, como alega o discurso politicamente correto, mas apenas em seus usos e estes não dependem das palavras que serão ou não escolhidas, mas antes por processos complexos, como as condições de produção, o contexto e o sócio-histórico (Pêcheux, 2014). Além disso, observou-se que, enquanto prerrogativa para as alterações na linguagem, o discurso PC parte de suposições que ignoram preceitos linguísticos e discursivos essenciais para a compreensão da produção dos sentidos, como a noção de sujeitos autônomos, e a ideia de biunivocidade do signo, podendo a partir disso, determinar que uma obra, ou uma palavra em si, seja politicamente incorreta.

Palavras-chave: Discurso. Sujeito. Subjetividade. Politicamente correto. Sintoma.

ABSTRACT

Gonzales, M.S. (2021). *The political correctness discourse as a symptom of contemporary malaise*. (Dissertation of Master). Psychology Department, University of São Paulo, Ribeirão Preto, SP.

This research aims to analyze politically correct discourse (PC) as a symptom of contemporary malaise under the theoretical and methodological perspective of Pecheutian Discourse Analysis (DA) and Lacanian Psychoanalysis. The politically correct speech consists of a phenomenon widely discussed and polemicized in contemporaneity. It is a field of tension constituted by several questions, and attempts at elaboration, partly because it is a discourse with diffuse, controversial and contradictory functioning. The politically correct premise can be understood in two pillars, the first is based on the search for human rights and visibility for minority groups that suffer prejudice and discrimination, such as black people, LGBTQIA+ community, disabled ones and others. The second pillar consists in the theory that claims that these changes will come through within the constant change in linguistic/discursive practices. However, it is about how the politically correct discourse intends to achieve its ends which consists of the major criticism of those who oppose the PC discourse, which affirms that PC would be authoritarian, arbitrary and restrictive. It is observed that the politically correct discourse has created a split in contemporary ideological positions, promoting resistance and tension, which can be understood as a re-updated stage for the current class struggle. This struggle contains in itself a note on the difficulties inherent in living together in society, thought by Freud in 1930 when dealing with the malaise in culture and its impossible resolution, since the societies, by one side protects the subjects, by the other, demand of them to abstain from a portion of instinctual satisfaction, in favor of civilization. We analyze discursively some excerpts concerning the debate surrounding the writer Monteiro Lobato (1882-1948), currently the target of a discursive dispute about the meanings of racism as an effect of politically correct discourse. We understand that language itself cannot be considered racist, or politically incorrect in its structure, as politically correct speech alleges, but only in its uses and these do not depend on the words that will or will not be chosen, but rather by complex processes, such as production conditions, the context and the socio-historical (Pêcheux, 2014). Furthermore, it was observed that, as a prerogative for changes in language, the PC speech starts from assumptions that ignore linguistic and discursive precepts essential for understanding the production of meanings, such as the notion of autonomous subjects, and the idea of biunivocity of the sign, being able from that, to determine that a work, or a word in itself, is politically incorrect.

Keywords: Speech. Subject. Subjectivity. Politically correct. Symptom.

LISTA DE FIGURAS

Figura1 – Robinson Crusoé.....	25
Figura 2 – São Domingos e os Albigenses	61
Figura 3 – Reprodução dos Círculos em Reunião.....	116

LISTA DE SIGLAS

ABGLT	Associação Brasileira de Gays, Lésbicas, Bissexuais, Travestis e Transexuais
ABL	Academia Brasileira de Letras
AD	Análise do discurso de matriz francesa
APA	American Psychological Association
CEB/CNE	Câmara da Educação Básica do Conselho Nacional de Educação
CNPq	Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico
EUA	Estados Unidos da América
LGBTQIA+	Lésbicas, Gays, bissexuais, transexuais, queer, intersexuais, assexuais.
MEC	Ministério da Educação e Cultura
PC	Politicamente Correto
PNBE	Programa Nacional de Biblioteca na Escola
SEDH	Secretaria Especial dos Direitos Humanos da Presidência da República
SEPPIR	Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial
STF	Supremo Tribunal Federal

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	14
Capítulo I – METODOLOGIA.....	23
Capítulo II – O POLITICAMENTE CORRETO.....	32
Capítulo III –O POLITICAMENTE CORRETO E A PSICANÁLISE.....	70
Capítulo IV –O POLITICAMENTE CORRETO E A ANÁLISE DO DISCURSO.....	86
Capítulo V – ANÁLISE DE DADOS.....	108
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	131
REFERÊNCIAS.....	134

*Da rebelia adâmica, e o fruto
Da árvore interdita, e mortal prova
Que ao mundo trouxe morte e toda dor,
Com perda do Éden, até que homem maior
Nos restaure, e o lugar feliz nos ganhe.*

John Milton (1663/2016, p. 31).

*A nostalgia do Paraíso é o desejo do homem de não
ser homem*

Milan Kundera (2017, p.316).

INTRODUÇÃO

*Uma parte de mim é só vertigem:
outra parte, linguagem.
Traduzir² uma parte na outra parte
- Que é uma questão
de vida ou morte -
será arte?*

Ferreira Gullar (1980/2017, p.31).

“O discurso politicamente correto como sintoma do mal-estar na contemporaneidade”, foi eleito enquanto título para essa dissertação, pois o politicamente correto de acordo com Jatene (2018) é um cenário de exacerbado conflito, regido pela paixão, em falta com alguma ponderação, incapaz de integrar ao homem a complexidade que lhe é inerente. Tal campo de tensão, composto de muitas perguntas, nos convoca à tentativa de elaboração sobre seu funcionamento, muito em parte pelo seu caráter extremamente controverso e contemporâneo.

Este trabalho está inserido no grupo de pesquisa AD-interface (CNPq), coordenado pela Profa. Dra. Leda Tfouni. Este grupo e seus trabalhos têm como enfoque as relações múltiplas e atuais entre sujeito e linguagem, e as diversas interfaces das quais atualmente operam a Análise do Discurso com a Psicanálise.

Dessa forma, a tônica do politicamente correto é tão atual e pertinente, tão quanto são seus desdobramentos discursivos, midiáticos, institucionais, na educação, na realidade brasileira e mundial gerando impacto no mal-estar contemporâneo inexorável a qualquer sujeito submetido à cultura.

Nesta introdução, à medida que destrinchamos o título de nossa pesquisa, faremos de forma breve uma elucidação dos pilares que sustentam este trabalho a fim de justificar e fundamentar seus objetivos principais.

² Segundo Trajano Vieira (2020), o ofício da tradução de poesia - mas também a tradução de forma ampla - é o daquele que visa o sentido incapturável de um ‘original’ ausente. Tal ofício só pode se dar no campo do possível, sem a pretensão de chegar a um sentido que estaria ‘pré-determinado’.

O primeiro fundamento que esteia esta pesquisa, é a noção de sujeito³ com a qual trabalhamos. De forma breve, como pede uma introdução, tentaremos transmitir a importância de tal conceito dentro do campo de saber que é a psicanálise, uma vez que é a partir dele que este campo é fundado, e consequentemente a análise do discurso pecheutiana, que tem nesta noção um dos pilares que fundamenta sua teoria.

Destarte, como bem pontua Elia (2010), o inconsciente introduz uma subversão nos campos do saber já estabelecidos até sua criação, sendo o conceito de sujeito, o conceito mais essencial do *corpus* teórico psicanalítico. Segundo o autor, Freud ao criar a psicanálise, desenvolveu um método capaz de acessar um saber inconsciente, através de um dispositivo específico, pela via de uma função operante. Isto posto, é possível perceber que “o saber sobre o sujeito não está ao alcance de ninguém que não queira se dar ao trabalho psicanalítico” (p.10).

Sendo assim, como podemos pensá-lo? Como já mencionado, tal noção promoveu uma subversão do sujeito da ciência, advento da ciência moderna datado de XVII, momento inaugurado pelo Cogito de Descartes (1637/1996) “penso, logo existo” (p.92), que instaura a dúvida como método, fazendo da dúvida, a única certeza (Elia, 2010).

Como afirma Elia (2010, p. 13) é com o advento do sujeito moderno que:

O discurso do saber se volta para o agente do saber, permitindo tomá-lo, ele próprio, como questão de saber. Pela primeira vez não se tratava apenas de situar os seres, de pensá-los através de uma ontologia, de uma metafísica, mas de colocar em questão o próprio pensar sobre o ser, que se torna, assim também pensável. O sujeito se desdobra, movimento pelo qual se coloca no ato de conhecer, é suposto a este ato, mas não mais como mero correlato do objeto conhecido.

Tal mudança de paradigma é o corte discursivo necessário para o sujeito com que a psicanálise virá operar, é sua condição de aparição, entretanto, no campo científico, este mesmo sujeito não será considerado, pois a ciência não irá operar com ele nem sobre ele, como afirma Elia (2010), cabendo a Freud escutá-lo primeiro.

³ O leitor ao longo da dissertação encontrará nos Capítulos IV e V mais articulações e explanações sobre.

Para este momento de introdução, diremos apenas que o sujeito não nasce e nem se desenvolve, mas constitui-se. Constitui-se, enquanto efeito de um campo, o campo da linguagem. Diremos também que o conceito de sujeito permeia todo o trabalho, sendo ele uma de nossas justificativas como crítica ao politicamente correto.

Uma vez que mencionamos sua constituição atrelada ao campo da linguagem, é importante mencionar nossa escolha teórica fundamentada tanto na psicanálise, tanto na análise do discurso e nas ciências da linguagem (linguística). Explicamos brevemente por quê.

O politicamente correto, como veremos, utiliza-se principalmente de classificações taxativas de termos e adjetivos languageiros, majoritariamente quando estes são utilizados para dizer sobre traços de alguém. A princípio, sua crítica fundamenta-se em evitar o preconceito e a discriminação, pois tais palavras seriam pejorativas, preconceituosas e causariam segregação de algumas parcelas da população.

Entretanto, tais nomeações, classificações, rótulos, visam o sujeito em questão, o confundindo com o indivíduo. Há uma confusão entre o cidadão, e o sujeito da linguagem, sujeito do inconsciente, dividido por excelência. Tamanha confusão, é capaz das mais infindas consequências. Uma delas, e que privilegiamos nesta pesquisa, é o sintoma.

Isso porque “a posição do sujeito do inconsciente é excêntrica, errática, sem moradia fixa” (Ricci, 2005, p.20), não podendo colocar-se em selos e adjetivos, é sempre um sem nome, assim como Freud já havia dito que seria, segundo Brunetto (2013, p. 120) “ sempre um estrangeiro errante, tendo Viena como terra-pátria e o alemão como língua, mas guardando no inconsciente uma outra cena, uma outra língua”, cada sujeito carrega em si uma língua outra que lhe escapa o sentido. Nossa proposta de pesquisa é explorar esta língua estrangeira censurada hoje pelo politicamente correto.

Em abril de 1984, Winston Smith, funcionário do ministério da Verdade tomado por um desejo imperioso, adquiriu para si, por dois dólares e meio, um caderno pouco amarelado pela idade em uma lojinha qualquer de badulaques. Estava prestes a começar um diário, que se fosse descoberto era praticamente certo que fosse punido com a morte. Entretanto, marcar o papel era um ato decisivo, que só quando foi capaz de formular seus pensamentos reconheceu as consequências de toda ação contidas na própria ação. “O pensamento-crime não acarreta a morte: o pensamento-crime é a morte” (Orwell, 2009, p. 40).

A partir do gesto de escrita de Winston – marca de um acontecimento⁴ insólito e transgressor – protagonista do romance “1984”, seu autor, George Orwell (2009), apresenta ao leitor uma narrativa que leva às últimas consequências o que é viver dentro de uma sociedade regida pelo controle, apagamento e higienização da linguagem e, com efeito, do sujeito.

Com maestria ímpar, da qual só os grandes escritores são capazes, Orwell nos conduz ao extremo do que significa uma manipulação com fins políticos, que opera sobre a linguagem, reduzindo a língua ao osso a partir da criação de uma *Novafala*, que tem como finalidade banir palavras e termos do vocabulário, estreitando o âmbito do pensamento uma vez que assim não existirá mais meios de expressá-lo. “A revolução estará completa quando a linguagem for perfeita” (Orwell, 2009, p. 69). A linguagem perfeita, neste caso, é uma linguagem livre de toda ambiguidade, que expurga todas as nuances do sentido.

Mas por qual razão trazer aqui este trecho? É sabido desde Freud – o que justifica seu enorme interesse pelas artes em geral, mas principalmente pela literatura – que quando se trata de sua matéria, o artista sempre precede o psicanalista, “[porquanto] a prática da letra converge com o uso do inconsciente”, dirá Lacan (1965/2003, p.200).

Mas o que isso quer dizer exatamente, e por qual razão nos interessa? Jacques Rancière (2009) concorde a esta admissão, propõe-nos pensar em uma estética do inconsciente. Tais postulações, acreditamos também necessárias, sendo este mais um dentre os pilares que enumeramos basilares para nos conduzir ao nosso objetivo de trabalho.

Como proposto por Rancière (2009), a arte presta-se a corroborar a pertinência da psicanálise enquanto campo teórico, uma vez que ocupa “um lugar estratégico na demonstração da pertinência dos conceitos e das formas de interpretação analíticas” (p.9). É na e pela arte, que podemos provar a existência de sentido onde aparentemente não há, onde localizamos enigma no que se mostra evidente, onde podemos ver o que porta pensamento naquilo que parece ser anódino. Tais figuras são testemunhos “da existência de certa relação

⁴ Trata-se aqui, de um acontecimento tal qual tratado por Pêcheux (1997) enquanto acontecimento discursivo. Segundo o autor, o acontecimento se situa “no ponto de encontro de uma atualidade e uma memória” (p.17), como vimos no caso do personagem já citado, que “voltou a perguntar-se para quem estaria escrevendo seu diário. Para o futuro, para o passado – para uma época talvez imaginária. [e escreve]: a um tempo em que a verdade exista e em que o que for feito não possa ser defeito”. (Orwell, 2009, p.39). A análise do discurso leva em conta a dispersão enquanto multiplicidade de sentidos possíveis, que serão determinados a posteriori, desregularizando um sentido comum, como efeito de um acontecimento discursivo.

do pensamento com o não-pensamento, de certa presença do pensamento na materialidade sensível, do involuntário no pensamento consciente e do sentido no insignificante” (p.11).

A leitura que o autor nos oferece, é de que a psicanálise se inscreve dentro de um campo que ele considera o da estética⁵, e que o pensamento analítico do inconsciente somente pôde ser formulado na medida que tal campo já o antecede, fora do terreno clínico, como modalidade inconsciente, e que o terreno das obras de arte e da literatura se define como o “âmbito de efetivação privilegiada desse inconsciente” (p.11).

No caso supracitado (Orwell, 2009), o escritor, sempre à frente do psicanalista, antecipa as maneiras pelas quais o homem, afetado por seu inconsciente, pode fazer frente às ignomínias propostas por um discurso que visa aniquilar a língua.

Segundo Didier-Weill (2014), o humano é efeito de uma miscigenação pela qual três registros heterogêneos se enlaçam: real, simbólico e imaginário, tal entrelaçamento apresenta um caráter problemático que é traduzido por uma mal-estar chamado sintoma. “Esse mal-estar é a própria expressão do fato de que o homem, após ter-se tornado falante, viu-se despojado da naturalidade que tanto o fascina” (p. 17).

De acordo com Izcovich (2018) o sintoma enquanto uma das formações do inconsciente se apresenta como um compromisso entre um desejo e sua interdição, ele é uma formação bastante específica dentre as outras formações inconscientes. Tal especificidade consiste na repetição. Podemos entender isso que se repete como uma mensagem inconsciente que insiste em ser lida, uma vez que não “desiste” em se mostrar.

Seguindo o autor, algo que não se integra totalmente mostra-se de maneira velada, demandando uma espécie de tradução, de integração de seu conteúdo censurado, que caberia a análise abordar e tornar visível. Portanto, nós admitimos aqui, a existência de algo censurado, de uma mensagem insistente que se mostra através do conflito revelado pelo politicamente correto, e nos interrogamos sobre o que poderia, neste caso, estar sendo mediado pela fala, mas não está.

É somente através dos significantes que é possível amarrar o real ao imaginário, possibilitando a humanização prometida pela via da palavra, a qual vemos hoje ameaçada, não só no romance “1984”, mas também no discurso politicamente correto, que visa criar uma

⁵ Neste contexto, seguimos o autor (Rancière, 2009), para quem a estética designa um território de pensamento presente fora de si mesmo, que comporta o contraditório, uma espécie de pensamento do que não se pensa. Sendo “o poeta [o] produto de um não saber” (Izcovich, 2018, p. 41).

linguagem neutra, transparente, a partir da retirada do vocabulário de todo e qualquer termo capaz de aludir ao preconceito e a discriminação, as ditas palavras “marcadas”⁶.

Portanto, assim como o artista, cabe ao psicanalista e ao analista do discurso (pelos pressupostos deixados por Pêcheux), lutar contra toda ameaça que paira sobre a palavra, pois é de sua responsabilidade resistir contra o desfalecimento do verbo e ao aniquilamento do sujeito do inconsciente, conforme nos diz Didier-Weill (2014).

Diante do controverso, da tensão que engendra, supomos uma formação sintomática, que enquanto fenômeno observável, ainda assim não traz sua mensagem decifrada, mas fornece uma via de acesso ao inconsciente, que possibilita a construção de algum saber sobre. Notamos também, que quando se trata do PC, alguma coisa não vai bem, fracassa, pois é incapaz de aniquilar o sofrimento, ou seu inverso, de garantir a felicidade plena.

Já em 1759, Voltaire produz uma sátira sobre a busca e crença na existência do melhor dos mundos possíveis, “Cândido, ou o Otimismo”, é a personificação daquele que segue incansável à procura de uma cultura livre de todo mal-estar. Porém “quase toda a história não é mais que uma sequência de atrocidades inúteis” (1759/2013, p.10), levando seu protagonista a perceber que quase sempre as coisas vão muito mal, e adotar uma postura tão otimista, na maior parte das vezes, não passa de um grande desvario.

Minois (2011) ao traçar “A idade de ouro: história da busca da felicidade” irá dizer que este não é um estado natural para o ser humano, mas sim, um estado excepcional, que tem um caráter frágil e de exceção, e ao longo da história, sempre foi “protegido” contra supostas más influências externas, seja dentro de organizações, muralhas, igrejas, comunidades, fortalezas etc.

Vemos aqui, como fato histórico, a distinção entre o bem e o mal, entre o exterior e o interior, aquilo que deve ser protegido, e o que deve ser afastado a fim de manter o paraíso terrestre, a “divindade”. Além disso, podemos notar também, como bem menciona o autor, o caráter de segregação: a felicidade como algo reduzido a uma parcela, destinado a alguns, somente a privilegiados.

Minois (2011) traça um paralelo entre este homem que busca constantemente a felicidade, sem nunca a encontrar, ao Sísifo, àquele que não consegue renunciar de uma

⁶ No próximo capítulo veremos como em linguística a designação “marcado” tem uma atribuição bastante específica, e como essa é uma crítica pertinente ao politicamente correto.

jornada fadada ao fracasso, e por isso, eterna. Para o autor, a saída lógica para esta impossibilidade seria, portanto, mudar o mundo, para torná-lo feliz. É neste ponto que vemos o politicamente correto atuar, como uma tentativa de mudar o que é estrutural, porém, o engano, é supor que esta tentativa, não seria mais uma jornada fadada ao fracasso, como vemos. E como já havia notado Voltaire (1759) e Freud (1930[1929] /1974).

Brunetto (2013) interpreta Freud (1930[1929] /1974) em “O mal-estar na civilização” como quem diz que o projeto de ser feliz está em desacordo com o mundo. Para Freud, a cultura produz um mal-estar no sujeito que nela vive, e busca compreender suas causas comparando a vida dos homens “civilizados” com a dos “selvagens”. Esta questão continua sendo de extrema relevância, uma vez que ainda hoje, o mal-estar persiste. Segundo Birman (2017, p.69) “a modernidade é a fonte permanente de mal-estar para as subjetividades”.

A contemporaneidade é outro elemento importante que compõe a temática desta pesquisa e deve ser mencionado aqui dado que não se trata de um período histórico qualquer do qual falamos. Mas antes de uma temporalidade bastante complexa de ser delimitada, justamente por ter a propriedade de estar em curso, fazer parte de uma espécie de *acontecência*, ou, um equivalente em inglês para essa palavra inexistente: o *right now*.

Partimos da ideia de que o conflito em torno do PC, apresenta relação com a luta de classes, tal qual lida por Pêcheux e Gadet (1991), que consiste em uma multiplicidade de resistências e revoltas heterogêneas no terreno da ideologia. Tal luta, deve ser pensada, conforme propõem os autores, não como uma luta entre classes constituídas, mas como uma série de disputas e embates móveis, por parte de “classes” ideologicamente heterogêneas, a saber: aqueles a favor, e aqueles contra o PC, incapazes de olhar para o fecundo dentro desse movimento, incapazes “de suscitar sobre este ponto de confrontações e discussões, com conhecimento de causa” (Pêcheux, 1994, p. 8), mas sustentando uma ignorância recíproca.

Levando em conta a contemporaneidade do politicamente correto, não se trata de fazer uma leitura “clássica” da luta de classes, mas sim, com os referenciais da análise do discurso, interpretá-la em sua atualidade, em seus sentidos próprios, em seu caráter único, e ainda opaco para nós. A análise do discurso se propõe como disciplina capaz de ler os entremeios, refletir sobre os fatos teóricos, que constituem a existência da língua como materialidade específica e constantemente contornada, ignorada ou recusada (Pêcheux, 1994).

Agamben (2009) questiona o que é ser contemporâneo, ao mesmo tempo que levanta a pergunta: do que é, de quem se é contemporâneo. Para o autor pensar a contemporaneidade é

ter como referência fundamental o tempo, e isso se dá com algumas consequências. Vejamos quais: para que um sujeito pertença a seu tempo (lhe seja contemporâneo), ele não escapará de ser, ao mesmo tempo, adequado e inadequado a este tempo, pois, através de seu anacronismo, poderá perceber e aprender seu tempo, e justamente por isso, será alguém, mais do que outros, que está à altura de seu tempo.

A contemporaneidade, portanto, é uma singular relação com o próprio tempo, que adere a este e, ao mesmo tempo, dele toma distâncias; mais precisamente, essa é a relação com o tempo que a este adere através de uma dissociação e um anacronismo. Aqueles que coincidem muito plenamente com a época, que em todos os aspectos a esta aderem perfeitamente, não são contemporâneos porque, exatamente por isso, não conseguem vê-la, não podem manter fixo o olhar sobre ela. (Agamben, 2009, p. 59)

É necessário, como vemos, algum afastamento, para que se compreenda e possa ser contemporâneo ao seu tempo; entretanto, adverte-nos o autor, não nos cabe fugir ao nosso tempo, tampouco, supor que ao olhá-lo de frente, encontraremos apenas luzes, mas antes, escuro. “O contemporâneo é aquele que percebe o escuro do seu tempo como algo que lhe concerne e não cessa de interpelá-lo. . . . é aquele que recebe em pleno rosto o facho de trevas que provém de seu tempo” (Agamben, 2009, p.64). Este escuro nos concerne, é o mal-estar contemporâneo sob a forma de PC que retorna e precisa ser encarado de frente.

* * *

O leitor encontrará nesta dissertação cinco capítulos divididos da seguinte forma: o primeiro capítulo consiste na apresentação da metodologia de pesquisa além do *corpus* que será analisado. Neste primeiro capítulo, exibimos o paradigma indiciário, do qual nos vinculamos por considerar tanto a psicanálise quanto a análise do discurso ciências indiciárias; além disso, o leitor poderá entender neste momento do trabalho, quais as chaves de leitura que farão parte do dispositivo analítico desta pesquisa.

No segundo capítulo, de maneira bastante ampla e detalhada, debatemos acerca do discurso politicamente correto. Tentamos abordar a questão por diferentes vieses, desde seu início, até as diferentes frentes por onde opera o discurso PC. Este capítulo também está

repleto de recortes que trazem referências de como o politicamente correto pretende fazer frente às ignomínias atuais.

O terceiro capítulo traz à discussão as contribuições da psicanálise como corpo teórico, neste capítulo abordamos desde as problemáticas relativas à constituição das sociedades, e do mal-estar que lhe é inerente, até a relação do sujeito com a linguagem, e como esta também é fruto de mal-estar.

O penúltimo capítulo, também como corpo teórico, traz à luz as generosas contribuições da análise do discurso e da linguística. Aqui consiste grande parte da nossa crítica quanto à ineficácia do discurso politicamente correto no que tange sua relação com a língua e a linguagem em sua tentativa de operar sobre ambas a fim de erradicar o preconceito.

Por fim, no capítulo cinco, oferecemos uma análise discursiva sobre um evento tomado no campo do politicamente correto, a fim de mostrar a maneira pela qual este discurso funciona, tencionando o campo social, sendo uma arena para a luta de classes atual. Nesta análise a que nos propusemos, tivemos como *corpus* alguns recortes discursivos acerca do debate/discussão sobre a obra do escritor Monteiro Lobato, hoje cotado como racista, pelo politicamente correto.

Capítulo I

METODOLOGIA

METODOLOGIA

Conforme afirma Coracini (2011) pensar a metodologia de uma pesquisa implica em problematizar a maneira pela qual o pesquisador realizará o seu trabalho com o intuito de obter os resultados que podem ser tanto previsíveis, quanto imprevisíveis, apoiando-se na teoria, na coleta de um *corpus*, dentre outros aspectos, a depender do caso.

Quando falamos de análise do discurso (AD) e suas possíveis metodologias, não podemos deixar de mencionar seu caráter transdisciplinar. Nesse sentido, é preciso dizer que a AD é, por natureza, segundo a autora, uma disciplina que se fundou na confluência de teorias oriundas de outras áreas do conhecimento. Na esteira de Pêcheux é possível dizer que a AD encontra-se entre linguagem e sociedade. Com efeito, a pesquisa que trabalha com a AD demanda a mobilização de diferentes disciplinas do conhecimento, puxando fios necessários, para assim tecer a rede teórica com a qual o olhar do pesquisador irá ser transformado, ajudando-o a analisar a materialidade linguística (Coracini, 2011).

Em outro trabalho, Coracini (1991) aponta que o ponto de partida metodológico é determinante para obtenção dos resultados quando se trata das abordagens discursivas, isto porque, grosso modo, subjazem várias abordagens ditas discursivas, e apenas duas maneiras de proceder. De forma simplificada, podemos dizer que essas duas maneiras seriam: 1) partir do texto e recuperar a situação de enunciação ou 2) outra que “partiria de uma representação das condições de produção do discurso (que incluem a situação de enunciação) inseridas numa certa formação discursiva que, por sua vez, insere-se numa dada formação ideológica” (p.339) para então buscar compreender o texto e com isso seus procedimentos linguísticos colocados em prática (Coracini, 1991).

Além disso, conforme apontam Gaspar, Dunker, Silva-Junior, Assadi, e Doucet (2010), uma epistemologia como a psicanálise compreende uma analítica do discurso, que de certa maneira aspira uma metodologia que trabalhe com a linguagem, sendo o discurso o primeiro critério do método psicanalítico, fazendo com que o autor chegue a questionar se seria possível, ou existente uma analítica do discurso psicanaliticamente inspirada.

Para os autores, a noção de sujeito liga a análise do discurso à psicanálise, uma vez que “o sujeito corresponde a um efeito temporal, sexuado e diferencial” (p.365). É por seu caráter de divisão, e consequentemente, pela fragmentação da linguagem que na unidade

discursiva é possível localizar os efeitos tanto desta divisão, quanto do sujeito, articulando de certa maneira, psicanálise e análise do discurso.

Além disso, como já mencionado por Coracini (1991;2011), Tfouni, Santos e Bartijotto (2016) afirmam que na perspectiva de interface entre AD e psicanálise, a psicanálise comparece enquanto dispositivo teórico, articulado às análises linguísticas atravessadas pela dimensão do inconsciente, sendo possível localizar a partir das marcas linguísticas, o inconsciente que se revela à revelia do sujeito, uma vez que “o inconsciente está sujeito às leis próprias da linguagem” (Gaspard et al., 2010, p. 372).

Mas de que maneira pretendemos chegar a este feito?

O paradigma indiciário

Figura 1- Robinson Crusoé ao notar marca na areia e tomá-la como indício de pegada humana.

Fonte: Opera Mundi (2012).

Em 1989, Ginzburg presta-se a mostrar, como ao final do século XIX advém um modelo epistemológico que proporciona uma saída para o incômodo que colocava os cientistas em uma oposição entre racionalismo e irracionalismo. A partir de Giovanni Morelli, um estudioso russo, que propõe um novo método para a atribuição da autoria de quadros antigos, suscitando entre historiadores da arte grande repercussão, afirma o autor.

Segundo Ginzburg (1989), tal método sugeria examinar os pormenores negligenciáveis, que escapavam às influências das escolas da qual o pintor fazia parte, tais traços segundo Morelli, estariam presentes apenas nos originais, mas faltariam às cópias. Estes elementos, quase imperceptíveis aos desatentos, só poderiam ser notados por aqueles que adotassem uma postura detetivesca, comparada à de “Sherlock Holmes” – personagem criado por Arthur Conan Doyle.

O autor formaliza o paradigma indiciário, mencionando grandes nomes da história que intuitivamente adotavam esta metodologia, como Freud, em seu ensaio “O Moisés de Michelangelo” (1914), o homem pré-histórico enquanto caçador em busca de pistas de suas presas etc. Tfouni (1992, 2005, 2016, 2018) com a proposta de aprofundar as pesquisas no campo da análise indiciária, oferece grandes avanços, principalmente no que diz respeito à análise do discurso e psicanálise, ambas ciências indiciárias, como veremos.

A pesquisa de tradição indiciária conforme propõe Ginzburg (1989), localiza nos pequenos gestos inconscientes, o que se revela de mais valioso para o pesquisador de indícios. Isso porque, como observou Morelli, onde o sujeito estava mais “desavisado”, era onde ele mais deixava-se mostrar. Aquilo que lhe escapava ao controle consciente era justamente o que não poderia ser plagiado, pois apontava para seu estilo, aquilo que o pintor fazia de forma única.

Ele chegou a esse resultado prescindindo da impressão geral e dos traços fundamentais da pintura, ressaltando, pelo contrário, a importância característica dos detalhes secundários, das particularidades insignificantes, como a conformação das unhas, dos lobos auriculares, da auréola, e outros elementos que normalmente passavam despercebidos e que o copista deixa de imitar, ao passo, porém, que cada artista os executa de um modo que o diferencia. (Ginzburg, 1989, p. 147)

Dessa forma, o paradigma indiciário marca uma linha divisória no campo que trata os dados, uma vez que permite incluir o fragmento, o detalhe, e a experiência do pesquisador como fundamentos da pesquisa, conforme afirmam Tfouni e Pereira (2018). Ainda segundo os autores, o pesquisador de indícios é também aquele que valoriza o acaso, a dispersão e a contingência sem, contudo, partir de uma curiosidade previamente decidida, entretanto, toma

uma postura aberta e atenta às pistas aparentemente “ocultas através de elementos pouco notados ou despercebidos” (Ginzburg, 1989, p.147).

Para Ginzburg (1989) partir do paradigma indiciário ao ler as pistas significa recontar uma história, restituindo a metonímia das narrativas. Assim, tanto a psicanálise quanto a análise do discurso são disciplinas indiciárias por seu caráter venatório que através das pistas ressignifica os campos de sentido e remonta uma realidade não experimentável (Tfouni & Pereira, 2018).

A análise do Discurso e a Psicanálise como disciplinas indiciárias

Como já citamos, e muito bem mencionam Gaspard et al. (2010), ao mesmo tempo que vem ao encontro com as descobertas de Morelli examinadas por Ginzburg, “o momento em que o sujeito [consciente] cessa de poder testemunhar sobre aquilo que o torna cativo ou limitado, é precisamente ali que emerge, de maneira evanescente, o sujeito do inconsciente” (Gaspard et al., 2010, p. 371). Neste ponto preciso, podemos interligar tanto a psicanálise, AD e o método indiciário: trata-se de apreender o sujeito em seus acidentes discursivos, na fala, em sua submissão à linguagem, no discurso, em seus confrontos com o impossível de dizer. Será somente ao prestar atenção na enunciação que apreendemos em cena o sujeito constitutivamente separado do seu ser, em sua divisão (Gaspard et al., 2010).

Segundo Diniz (2018), para a psicanálise a verdade científica deve ser entendida em sua parcialidade, sempre inacabada, capaz de, por conta disso, impulsionar o sujeito sempre à pesquisa. De acordo com Tfouni et al. (2016) nessa forma de abordagem a interpretação do pesquisador não é um problema, mas antes, parte do processo de investigação, devendo ser considerada também em seus aspectos inconscientes. Sendo assim, a pesquisa em psicanálise lida com a incompletude do saber e com a incerteza do resultado. Esse tipo de pesquisa visa construir um saber que permite aos pesquisadores trabalhar seu objeto de pesquisa e elucidar – sempre no campo do possível – a relação que o sujeito estabelece com o objeto, que só pode ser simbolizado a partir dos indícios, vestígios e signos (Tfouni, et al., 2016).

Para articular a psicanálise como método de pesquisa, é essencial ressaltar o caráter do inconsciente estruturado como uma linguagem para Lacan (2008), já que é a partir dessa perspectiva que o inconsciente se manifesta essencialmente, através de práticas discursivas,

linguageiras, permitindo realizar uma “analogia entre a estrutura do inconsciente e a da linguagem, proposta por Saussure (2006)” (Tfouni, et al, 2016, p. 1259).

Conforme as autoras, o sujeito enquanto efeito dos significantes pode ocupar diversos lugares, podendo ser apreendido nos “equívocos, atos falhos, sintomas, chistes, sonhos etc., ou seja, um acontecimento em meio a uma prática discursiva” (Tfouni, et al, 2016, p.1260).

Assim,

Cada análise é uma nova prática de leitura, na qual há mobilização de dispositivos teóricos a partir da questão formulada pelo analista. Assim, distinguimos o dispositivo teórico do analítico, conforme Orlandi (2007), mas compreendendo que ambos estão em relação. O dispositivo teórico é construído pelo analista a cada análise, ou seja, é o conjunto de formulações e conceitos dos quais lança mão em uma situação analítica. O dispositivo analítico consiste na maneira como o analista utiliza, “individualiza” o dispositivo teórico, considerando a natureza do material e a finalidade da análise. Na perspectiva da interface da AD com a Psicanálise, como estamos propondo neste artigo, a Psicanálise comparece como parte do dispositivo teórico, no qual as análises linguísticas são atravessadas pela dimensão do inconsciente. (Tfouni, et al, 2016, p.1264)

A Análise do discurso constitui-se enquanto disciplina de entremeio. Isso significa que esta disciplina trabalha de maneira contínua e constante nas contradições epistemológicas entre diferentes regiões do conhecimento. A proposta de Michel Pêcheux é a de articular diferentes áreas, quais sejam: história, sociologia, filosofia, linguística, teoria do discurso e psicanálise, inaugurando uma forma de reflexão que não incide apenas sobre a linguagem, mas também sobre a ideologia e sobre a relação entre ambas através da noção de discurso (Garcia, 2003).

Para Tfouni (1992) a análise do discurso é uma disciplina indiciária, uma vez que neste campo os dados são indícios que permitem ao pesquisador construir através da escrita uma tomada de posição. É por isso que a escolha do *corpus* já é considerada um gesto de interpretação (o que será trabalhado mais à frente). É entre a opacidade do que não se revela de imediato e o movimento de interpretação do pesquisador que lê os indícios, que se consolida na escrita, a análise (Tfouni, et al, 2016).

“Mas pode um paradigma indiciário ser rigoroso?” (Ginzburg 1989, p. 178). Para Tfouni e Pereira (2018) a análise do discurso passa pelo rigor de uma discussão constante sobre o sentido que mobiliza o analista a retornar constantemente sobre o dispositivo teórico

para “resgatar o valor de resultados aparentemente frágeis, mas que dá conta de subtrair-se de um dilema aprisionado na sobreposição do objeto e do método, para reconfigurar a dimensão do valor do signo linguístico” (Tfouni & Pereira, 2018, p. 141).

Além disso:

Quando examinamos um discurso, perguntamos do que ele é feito, quais são suas superfícies de repetição, suas formações de sentido, suas condições de enunciação, mas em segundo lugar devemos perguntar: o que este discurso faz? O que ele produz? Perguntar pela pragmática de um discurso é perguntar pela sua economia libidinal. Que tipo de satisfação, de prazer, de gozo, ele engendra? (Garpard et al., 2010, p. 376)

Dessa maneira, a contribuição da psicanálise, enquanto dispositivo teórico, bem como interpretativo, é capaz de fornecer um acréscimo à análise dos discursos mobilizados para a pesquisa, “conforme as articulações possíveis entre o sujeito e a cadeia significante. . . há uma corporicidade do discurso que faz de corpo [*corpus*], um corpo capaz de produção” (Gaspard et al., 2010, p.377).

Produção esta, seja de prazer, dor, violência, gozo, mal-estar, felicidade etc. A psicanálise é capaz de demonstrar que o sujeito produz efeitos de satisfação (afetos) na e pela discursividade.

Constituição do *corpus* para análise

Segundo Guilhaumou (2002) a constituição do *corpus* ocupa um lugar central nas pesquisas em análise do discurso desde seus primórdios, isso porque, sempre houve uma preocupação dentro desta disciplina em não o tomar de maneira totalmente separada da produção da pesquisa. Segundo o autor, ao longo da história da AD, a noção de *corpus* foi modificando-se, passando de um elemento ora mais delimitado, ora mais aberto, sendo hoje quase um coproduto entre arquivo e pesquisador.

Segundo Dias (2015) o *corpus* trata de um conjunto de formulações produzidas no processo da pesquisa, ao longo da interpretação sobre os elementos discursivos destacados de um determinado arquivo. Segundo Guilhaumou e Maldidier (1994) o arquivo impõe sua própria lei, não sendo apenas um acumulado de documentos em absoluto.

Ou seja: segundo os autores, o arquivo determinado para a pesquisa, só pode ser um e não outro, uma vez que há um sujeito pesquisador que irá elegê-lo em sua interpretação, considerando-o em sua materialidade: eis o *corpus*.

Assim, a “materialidade descritível” do arquivo: uma palavra, um enunciado, uma imagem, um gesto, uma letra, uma cor etc. “coloca em jogo o discurso-outro como espaço virtual de leitura” (Pêcheux, 2008, p. 55), marcando, do interior da materialidade, a relação com a memória histórica. Se a descrição instala o real da língua (equívoco, falha, elipse etc.), a interpretação instala o real da história (contradição), um alternando-se ao outro na própria complexidade do arquivo, tomado em redes de memória, pondo assim em relação língua e história. (Dias, 2015, p. 973)

Isto posto, o *corpus* não será formulado a priori, mas sim no durante. O pesquisador é responsável pela eleição dos elementos discursivos que irão compor o *corpus* fazendo incidir nele o trabalho de análise, a depender das condições sócio-históricas em que se inscreve (Charaudeau & Maingueneau, 2004).

Nesta pesquisa, o *corpus* constitui-se em torno do debate que envolve o escritor brasileiro Monteiro Lobato (1882-1948) e sua obra. Em 2011, por meio de uma denúncia feita por um estudante de pós-graduação, alegando que a obra “Caçadas de Pedrinho” (1939/2008) continha termos e expressão de cunho racista além de solicitar medidas por parte dos órgãos responsáveis, tornou a obra de Lobato alvo para discussões acerca do politicamente correto/incorreto.

Esta queixa causou mobilização por parte das instâncias responsáveis, mas também comoção no público, constituindo embate discursivo/ideológico acerca da questão, que foi largamente veiculada pelas mídias e meios de comunicação, causando tensão, controvérsia, e dividindo opiniões. Realizamos uma leitura analítica e discursiva sobre alguns recortes, escolhidos dentro de um vasto arquivo, que evidenciam a maneira como as posições discursivas se esboçam no discurso politicamente correto.

Nestes, podemos tomar a problemática concernente ao escritor Monteiro Lobato, como mais um, dentro os diversos objetos capturados pelo discurso politicamente correto, e observar de que maneira este discurso os aborda, quais as resoluções que oferece, e quais os meios de alcançá-la.

Assim, a situação com o escritor Monteiro Lobato pode ser classificada como parte e/ou efeito desse mesmo discurso, sendo útil para observar “na prática”, questões antes levantadas por nós, como: se o politicamente correto é capaz de resolver as problemáticas relativas ao preconceito, e se ele não estaria, antes, promovendo confusão, conflito, controvérsia, mal-estar.

Capítulo II

O POLITICAMENTE CORRETO

O medo da verdade poderá ocultar-se de si e dos outros por trás da aparência de que é um zelo ardente pela verdade.

Friedrich Hegel (1992, p.68).

Que há num simples nome? O que chamamos rosa, sob uma outra designação, teria igual perfume.

William Shakespeare (1595, p.54).

O POLITICAMENTE CORRETO

A expressão “Politicamente Correto” (doravante PC) é análoga ao inglês *Political Correctness*. Termo cunhado nos Estados Unidos conforme afirmado pela parcela majoritária das fontes relativas à atribuição de sua origem. Ainda que a expressão tenha sido pronunciada esparsamente aqui e acolá, como veremos mais a frente, foi de fato através de movimentos universitários-estudantis norte-americanos que a expressão se cunhou como uma espécie de rótulo, auferindo notoriedade.

No que se refere à primeira propagação do PC, é pertinente destacar que muito embora se falasse em politicamente correto, ou em estar politicamente alinhado a uma ética, à um compromisso com determinado posicionamento dentro do *campus* das universidades – nesta altura, se tratava de estar em dia com pautas relativas a busca de visibilidade e direito das mulheres, negros, homossexuais, e outras ditas “minorias” (no sentido de grupos com pouco ou zero espaço no campo do social) – foi através de críticas externas, por meio de pensadores contrários a esta nova concepção de pensamento que se mostrava como uma frente subversiva e contestadora do *status quo*, que a expressão PC consolidou-se e propagou-se, primeiro em grandes veículos de comunicação, e depois mundialmente.

Mas por qual razão este pequeno adendo quase sempre ignorado em textos dedicados ao assunto, mas precisamente delimitado por Weigel (2018a; 2018b) sobre a disseminação e profusão do PC particularmente nos interessa?

Dado que, desde a origem, e como veremos adiante, ainda na contemporaneidade em proporções globais e em muitos casos, radicais, é notório que o que sustenta tal fenômeno é seu conflito próprio. Isto é, a tensão interna engendrada pelo PC, embate entre “forças” opostas, que opera como motor, que difunde, sustenta e alastra o PC.

Este aspecto será mais bem detalhado ao longo desta pesquisa, uma vez que é a partir dele que formulamos nossa hipótese, como brevemente já mencionada na introdução. Todavia, não é inócuo de saída apontar que tal conflito entre “classes”⁷ é o combustível para que este tema não se esgote, sempre reapareça, provocando não só debate e discussão, mas também muita controvérsia, desentendimento e impossível conciliação.

⁷ No Capítulo V abordaremos de maneira mais detalhada a problemática da luta de classes, e a noção de impossível dentro de uma sociedade de classes.

Primeira tentativa de delimitação

A glória e o perigo da linguagem. . . estão no fato de nunca podermos delimitar com certeza seus possíveis significados e efeitos sobre nós.

Harold Bloom (2013, p. 27).

Quanto mais fontes colocam-se a escrever sobre o politicamente correto, mais diversas se tornam tanto a origem primeira da expressão, quanto sua promoção. Além disso, fato muito importante, sua significação ao longo do tempo, tomou sentidos vários⁸. Tal caráter desalinhado, torna a questão complexa e exige um olhar amplo, multifacetado para com ela. Tais contradições, veículo de desordem carece de estudo aprofundado.

Na esteira de Pêcheux (1994), partimos da leitura dos arquivos disponíveis sobre o politicamente correto. Entendemos o arquivo como o conjunto de todo e qualquer documento textual existente, que se refere aos avanços sobre determinado assunto. É claro que não temos a pretensão de esgotar todo o arquivo sobre o PC, até porque assim como este texto, novos arquivos estão sendo sempre formulados, principalmente sobre um mote tão em voga.

Contudo, não podemos ignorar como já mencionado, pelo fato mesmo de Pêcheux (1994), que o tratamento ligado à leitura de arquivos tem motivações tanto culturais quanto políticas, e por isso, cabe ao analista do discurso (leitura dos entremeios), e ao psicanalista (aquele que visa à outra cena), uma leitura que leve em conta as particularidades da língua.

Seria do maior interesse reconstruir a história deste sistema diferencial dos gestos de leitura subjacentes, na construção do arquivo, no acesso aos documentos e a maneira de apreendê-los, nas práticas silenciosas da leitura "espontânea" reconstituíveis a partir de seus efeitos na escritura: consistiria em marcar e reconhecer as evidências práticas que organizam estas leituras, mergulhando a "leitura literal" (enquanto apreensão-do-documento) numa "leitura" interpretativa – que já é uma escritura. Assim começaria a se constituir um espaço polêmico das maneiras de ler, uma descrição do "trabalho do arquivo enquanto relação do arquivo com ele-mesmo,

⁸ Fato curioso, pois como veremos, a lógica do pensamento politicamente correto, trabalha com sentidos fixos, colados aos significantes – contradição evidenciada pelo próprio PC, uma vez que a leitura a respeito deste é sempre diferente dependendo da perspectiva temporal, contextual e pessoal.

em uma série de conjunturas, trabalho da memória histórica em perpétuo confronto consigo mesma. (Pêcheux, 1994, p.57)

Portanto, não esqueçamos que, segundo o autor, para um acesso bem-sucedido, é preciso suscitar as confrontações e discussões com conhecimento de causa. Trata-se de não mais querer “nada saber disso” (Lacan, [1972-1973] /1982), mas antes, considerar a ignorância com a qual nos protegemos a respeito do que os políticos tiram proveito tão facilmente, ou seja: “sobre o fato teórico que constitui a existência da língua como materialidade específica, constantemente contornada, ignorada ou recusada” (Pêcheux, 1994, p. 62). Corolário ao conteúdo recalcado postulado por Freud e desdobrado por Lacan.

Segundo Lacan ([1972-1973] /1982) a relação que o sujeito trava com seu inconsciente é a princípio a de uma ignorância, um não querer saber nada disso, que Lacan designa como um saber já constituído. Não se trata de uma ignorância qualquer, mas sim de uma ignorância a um saber específico, justamente a um saber que é inconsciente e diz respeito a um sujeito, ou/e, ao que constitui o sujeito, sua relação com a linguagem, sua constituição no campo da linguagem e alienação a esta, como já mencionamos brevemente.

Todo discurso, todo saber é isso: o agenciamento livre de significantes que, no entanto, obedecem a uma lógica (*logos*) inconsciente. Para aceder a esse discurso, é importante se colocar nessa posição: “não quero saber de nada disso”, o que significa se distanciar de um saber predefinido que bloqueia, que impede todo discurso que abre o inconsciente para aceder à sua lógica, a seu pensamento. (Lollo & Lollo, 2015, n.p.)

Como mencionam os autores, é preciso primeiro se pôr nesta posição, que se articula à este saber específico inconsciente, mas é necessário também ultrapassá-la, para ir além da ignorância como levanta Pêcheux, e aceder ao fato mesmo de que o sujeito, constituído pela linguagem, e por consequência dividido, impossibilitado por sua natureza significante de isentar-se da castração e do caráter ambíguo e equívoco da linguagem humana, poder localizar-se em um significante que diga sobre ele, e assegure sua existência. Fato este que garante apenas que nenhum significante é capaz de nomeá-lo (Ianini, 2013).

O politicamente correto tem repercutido no Brasil e mundo afora, sendo alvo de comentários e pesquisa tanto por grandes pensadores e personalidades (Bernstein, 1990; Kimball, 2004; Schwarcz, 2005; Gullar, 2005; Ribeiro, 2005; Brenman, 2012; Žizek, 2016; Conti, 2019; Pondé, 2020; Duvivier, 2020; etc.) quanto no meio acadêmico e intelectual, predominantemente entre linguistas (Soares, 1998; Borges, 1996; Rajagopalan, 2000; Possenti, 2004; Fiorin, 2009; Jamilk, 2020; Bizzocchi & Severo, 2020; etc.) e de forma bastante veemente, por liberais *anti PC* (Trump, 2018; Bolsonaro, 2018; citado por Weigel 2018b).

Partamos das seguintes questões: a) o que é o politicamente correto? Quais suas pretensões? b) como o apreendemos na prática? c) seria o PC um discurso, uma linguagem? d) o politicamente correto é o termo politicamente correto equivalente à censura? e) Poderia o PC aniquilar a si mesmo? e f) *Língua Neutra*: alguém me entende? –manuais, guias e cartilhas.

Mais uma tentativa

Nenhuma linguagem pode dizer o verdadeiro sobre o verdadeiro.

Jacques Lacan (1965/1998a, p. 882).

Este gesto, quase *machadiano*, em um texto acadêmico precisa de justificativa que não o caracterize como de todo gratuito. Como já mencionado na introdução que nos precede e suficientemente fundamentado, ao leitor advertido as influências literárias não passarão despercebidas. Quanto a esse desvio, são dois textos de Ítalo Calvino – “Mundo escrito e mundo não escrito” (1983) e “Por que vocês escrevem?” (1984) – que darão amparo à mais uma tentativa de delimitação, para então, enfim, tentar responder às questões acima colocadas.

Segundo Calvino (1984, p. 132):

Não é o desejo de ensinar aos outros aquilo que sei ou imagino saber que me dá vontade de escrever, mas, ao contrário, a consciência dolorosa de minha incompetência. Então meu primeiro impulso seria escrever para fingir uma competência que não tenho? No entanto, para ser capaz de fingir, preciso de algum modo acumular informações, noções e observações, devo conseguir imaginar o lento acumular-se de uma experiência. E só posso fazer isso na página escrita, onde espero capturar ao menos o vestígio de um saber ou de uma sabedoria que, na vida, apenas tangenciei e logo perdi.

Para o autor, o impulso de escrever liga-se justamente à falta daquilo que se deseja conhecer, atrela-se ao que nos escapa. Para Calvino (1983), em certa medida, escrever é sempre escrever sobre o que não se sabe, é oferecer ao mundo não escrito, um meio para se exprimir. Somente quando voltamos a atenção ao que ultrapassa a ordem regular das linhas escritas, ao que é movente e complexo, impossível de ser contido por frase alguma, incapaz de palavra alguma exaurir, que podemos nos aproximar de algum entendimento do que está “do outro lado das palavras, [do]. . . que busca sair do silêncio, busca significar por intermédio da linguagem, como dando golpes no muro de uma prisão” (Calvino, 1983, p.114).

O excerto de Michel de Certeau, citado por Pêcheux (1994, p.1) quanto a isso é preciso, “a história dos rastros do homem através de seus próprios textos permanece em grande parte desconhecida”, pois levanta o seguinte: é no texto produzido pelo homem, que sua história permanece em grande medida desconhecida uma vez que se ignora seus rastros, e, por ser estruturalmente impossível apreender por completo a realidade.

Tais rastros de de Certeau, vestígios de Calvino, são as marcas que restam em uma articulação entre simbólico e real. Tais marcas, revelam propriedades da língua, da existência, do sujeito, insistentemente ignoradas, mormente quando se trata do politicamente correto. Tais elementos tão heterogêneos entre si – escrito e não escrito – precisam ser articulados, pois somente dessa forma, parcialmente tanto no escrito, quanto no não escrito, por uma interseção entre ambos, é que podemos acessar um traço de verdade.

Este tópico aparentemente irrefletido, que quase nada diz, pode ser tomado como referência intratextual. Mais pelo que não diz, do que pelo que diz. Tamanha incoerência, ruptura no corpo do texto, se pretende elucidativa, ao mesmo tempo que pode promover incômodo e provocação. Não deve ser necessário mencionar, mas o óbvio também deve ser dito, como nos adverte Pêcheux (2014), pois segundo o autor, é efeito da ideologia que exista obviedade em determinadas formações discursivas, portanto, não nos cabe supor uma transparência universal, tampouco um óbvio comum a todos.

Sendo assim, se trata aqui de um tópico, dentro de outro tópico, que visa delimitar, tentar dar conta de algo, e que fracassa – e não fracassa, ao mesmo tempo. Isto posto, não nos esqueçamos deste capítulo durante a leitura dos tópicos/questões vindouros.

O que é o politicamente correto? Quais suas pretensões?

Segundo Weinmann e Culau (2014), delimitar a expressão politicamente correto é particularmente difícil, pois trata-se de um termo já bastante enraizado no senso comum, dificultando uma conceitualização clara. Inclusive, afirmam os autores, mesmo em trabalhos acadêmicos é frequente abordarem o tema partindo do pressuposto de que o objeto é evidente, razão pela qual não realizam a operação de enunciar o que entendem por PC. Como já exposto, nosso esforço neste tópico, é trazer delimitações disponíveis acerca do PC, sob os diferentes pontos de vista, e como a partir do “lugar” em que se enuncia tais definições, elas se mostram em alguns aspectos distintos.

Para Santos (2013) o PC surgiu dentro dos movimentos pelos direitos civis nos EUA, entre 1950 e 1960, período marcado por intensa luta contra a segregação, uma vez que existiam na época leis que chegavam a impor a separação física entre negros e brancos, por exemplo. Santos afirma que após a conquista ao direito à igualdade, viu-se necessário combater a discriminação social vinculada aos meios de expressão, como piadas, textos etc.

Para Brenman (2012, p. 29):

A expressão “politicamente correto” surgiu nos anos 1960 e 70, nas universidades americanas, inspirada no pensamento do filósofo francês Jacques Derrida (1930 - 2004), com seu conceito de “desconstrução”⁹ Tal conceito permitiria “revelar”, na leitura de textos de toda ordem, inclusive os literários, a marca de preconceitos raciais, sexuais etc.

⁹ Segundo Vasconcelos (2003) conceber a desconstrução como um conceito é uma má interpretação de sua proposta, que visa subverter o pensamento das noções de método e conceito. Para o autor, a desconstrução é antes, uma estratégia que toma o efeito enquanto causa de si mesmo, tendo adquirido grande destaque muito mais fora da obra de Derrida, do que dentro dela, onde o termo era apenas mais um dentre inúmeros neologismos cunhados pelo autor.

Para o autor, para quem “o politicamente correto é a negação da própria vida” (2012, p.14), a tal desconstrução concebida por Derrida, aparecia como visão crítica para o pensamento ocidental, partindo do pressuposto de que qualquer texto possuía uma ambiguidade (uma espécie de negação da negação do dito), que logo levou a suposição da existência de uma falsidade no texto, de intenções ocultas, inconscientes, traindo a razão.

Como mencionado pelo autor, a proposta de Derrida conforme foi interpretada, abriu um campo para explorar as marcas do preconceito e concretizou-se nas universidades onde “intelectuais buscavam ferramentas para a realização de uma nova crítica social, a “desconstrução foi a salvação suprema. . . em outras palavras, poderiam ser denunciadas intenções políticas em qualquer texto”, nas palavras de Brenman (2012, p. 31).

Os cânones começaram a ser destruídos, Shakespeare passou de um clássico da literatura universal, para – sob as novas classificações politicamente corretas – apenas um “homem branco, machista e antissemita”. Obras antes ratificadas pelo tempo, eram agora rotuladas como portadoras de discursos imperialistas, racistas, machistas etc. (Brenman, 2012). O que o autor menciona, é elemento premente do PC, qual seja, confundir a pessoa do escritor/artista/autor, com seu produto, o texto, a obra. No tópico a seguir iremos examinar algumas manifestações do discurso PC, dentre elas, exemplos desta confusão.

O grande problema não é levar em conta todos os elementos que compõem uma obra, até porque, como coloca Harold Bloom (2013), em “Anatomia da influência”, o presente cultural sempre deriva de uma anterioridade que o rege, e, segundo o autor, o processo da influência está sempre operando sobre todas as artes, bem como sobre as ciências, sobre o direito, política, cultura popular, mídia e educação. Porém, e aqui está o que Bloom nos oferece de mais valioso, ao conceitualizar o *poeta-em-um-poeta*, “essa. . . voz do poeta-em-um-poeta, livre de toda ideologia, inclusive dos tipos ocultos” (p.25).

O autor afirma ainda que:

Não acredito que os relacionamentos literários possam ser reduzidos a uma busca nua e crua por poder mundano, embora possam, em alguns casos, incluir tais ambições. O que está em jogo nessas lutas, para os poetas fortes, é sempre *literário*. Ameaçados pela perspectiva da morte imaginária, de sua inteira possessão por um precursor, sofrem de um tipo distintamente literário de crise. Um poeta forte busca não apenas vencer o rival, mas afirmar a integridade de seu próprio eu escritor [que não é o mesmo que sua pessoa]. (Bloom, 2013, p.21)

Trata-se de uma formulação a respeito do que é a própria poesia e não outra coisa, é aquilo que comunica o que não pode ser transmitido em palavras, mas pelas palavras, para além delas.

A poesia habita a possibilidade, isto é, convive com a linguagem em estado de latência, que se afirma, obviamente, mas como um sentido que não se pretende definitivo ou classificatório. Seu horizonte é precário devido à aversão ao tom peremptório de quem está sempre preparado para alardear o desfecho irrevogável. (Vieira, 2020, p. 7)

Izcovich (2018) ao falar sobre esta especificidade da poesia afirma que o efeito de sentido produzido por ela se sustenta a partir do não-sentido. É essa junção entre não-sentido como real e sentido como enlace entre imaginário e simbólico que a poesia demonstra.

Para o autor, a poesia é uma forma de mostrar como se acede ao sentido do não-sentido. Sendo ela um exemplo da articulação entre real simbólico e imaginário, exemplo da *ex-sistencia* do real, pois coloca dentro, aquilo que está “fora”.

Brunetto (2013) ao tratar da impossibilidade do dizer, em específico sobre o amor, demonstra o quanto a linguagem se mostra insuficiente para dar conta de tamanho afeto, e afirma, paradoxalmente, que é a própria linguagem que produz a nossa condição de mal-amados, uma vez que é ela também que nos possibilita a escrita dos mais belos versos de amor.

A autora recorre a Lacan ([1957-1958]/1999), em seu seminário “As formações do inconsciente”, quando o psicanalista se serve da anedota de Aquiles que persegue a tartaruga sem nunca a alcançar. É na tentativa, sempre vã, de alcançar a tartaruga, que Aquiles dá um passo a mais, e ele só pode ultrapassá-la, jamais juntar-se a ela, a não ser na infinitude, pois há um impossível de ser alcançado, afirma a autora, parafraseando Lacan. É um dizer, que só pode ultrapassar o dito, relaciona-se ao que chamaremos de *lalíngua* mais à frente.

Isto posto, pensamos que a poesia e a literatura em geral, assim como algumas manifestações languageiras (como os chistes, anedotas, ditos populares etc.) jamais devem estar ao alcance da censura politicamente correta. Tfouni (2020, p.233) destaca como algumas práticas escolares já veem desempenhando um papel nocivo nesta mesma seara:

Na maioria das escolas, a visão predominante é que a escrita não pode se misturar nem manter resíduos das práticas orais, seguindo-se daí que é preciso depurar os textos escritos de todos os “erros” que façam lembrar a fala. Desse modo, a cultura oral – mesmo quando está escrita, como no caso do cordel – é recalcada e silenciada pelas práticas escolares.

Como podemos ver, a autora segue em um verdadeiro manifesto científico contra a ideologia PC, que visa no campo da educação, tão precocemente atuar sobre o sujeito e sua liberdade pensante (Tfouni, 2020, p.234-235):

Acontecimentos recentes marcam os riscos das concepções tecnicistas de letramento que sitiam a leitura, a literatura e a estética em geral. Um deles é o recolhimento, por parte do governo do Estado de São Paulo, do livro que contém o conto “Obscenidades para uma dona de casa” de Ignácio de Loyola Brandão⁷, conto este que incomodara o pai de um aluno, conforme aponta Silva (2012); outro, o recolhimento por parte do governo federal do livro “Enquanto o sono não vem” baseado em contos populares, entre os quais estaria uma ameaça à moral dos alunos, e de desrespeito aos pressupostos do Pacto Nacional para a Alfabetização na Idade Certa (PNAIC): o conto denominado “A triste história de Eredegalda”⁴. Os casos acima ilustram bem que “...a tentativa inglória de proibir certos pensamentos privilegiando outros, mais compatíveis com uma moral ideal, pode ter sido a primeira figura do impossível em jogo na educação(...)”.

O grande problema que se observa, é que o PC não se pretende um crítico a fatores que desvelam discriminação, preconceito, por exemplo, mas antes, quando sob esta ótica, sua finalidade é excluir o todo, em nome de uma parte tida como “incorreta”. Tamanha incongruência é absurda, pois o que vemos é uma troca de posição, mas nenhuma mudança social, o que quer dizer que, o oprimido se transforma em opressor e o sistema permanece o mesmo.

Para Weigel (2018a) a expressão politicamente correto ganhou força em 1990, através de tentativas de desqualificar qualquer ação que denunciasse a naturalização de valores e privilégios de uma sociedade branca, heteronormativa e capitalista, tais críticas foram associadas à esquerda como sinônimo de radicalismo, pelo simples fato de ameaçar o *status quo*.

Vejamos o que afirma Bernstein (1990, p. 1), um desses grandes críticos:

Instead of writing about literary classics and other topics, as they have in the past, freshmen at the University of Texas next fall will base their compositions on a packet of essays on discrimination, affirmative-action and civil-rights cases. The new program, called "Writing on Difference," was voted in by the faculty last month and has been praised by many professors for giving the curriculum more relevance to real-life concerns. But some see it as a stifling example of academic orthodoxy. . . . The term "politically correct," with its suggestion of Stalinist orthodoxy . . . there is a large body of belief in academia and elsewhere that a cluster of opinions about race, ecology, feminism, culture and foreign policy defines a kind of "correct" attitude toward the problems of the world, a sort of unofficial ideology of the university.¹⁰

O crítico de arte Roger Kimball (2004) que escreveu “The rape of the masters: How political correctness sabotages art” (O estupro dos mestres:¹¹ como o politicamente correto sabota a arte) [tradução nossa], já desde o título de sua obra, também segue na esteira de Bernstein, e afirma que o PC visa transpor a vida à uma jurisdição estrangeira que julga todos os esforços humanos pelo viés de ditames peremptórios de uma virtude autoproclamada.

Para Bernstein, o PC portaria sugestão da ortodoxia stalinista. França e Grigoletto (2016), ao delimitarem o PC, fazem esse mesmo resgate a respeito da suposta origem da expressão, encontrando em Semprini (1999) a afirmação de que a expressão foi emprestada de um jargão stalinista de 1950 que se referia à obediência política irrestrita. Em nossas pesquisas, não encontramos tal jargão. Porém algumas outras definições concordes.

De acordo com Kohl (1992) a expressão politicamente correto era usada por socialistas contra comunistas, e tinha o intuito de separar os socialistas que acreditavam na

¹⁰ Ao invés de escrever a respeito de clássicos da literatura e outros tópicos como faziam antes, os calouros da universidade do Texas no outono seguinte escolheram como tema de suas dissertações ensaios sobre discriminação e ações afirmativas e até casos de direitos civis. Este novo programa, denominado “Escrevendo sobre a diferença”, foi votado pelo corpo docente no mês passado, tendo sido muito elogiado pelos professores, por oferecer crédito de relevância aos currículos, uma vez que abordam preocupações com a vida real. Mas alguns veem isto como um exemplo sufocante da ortodoxia acadêmica. . . . O termo “politicamente correto”, com sua sugestão de ortodoxia stalinista. . . . apresenta larga crença da academia e em outros lugares, que opiniões sobre raça, ecologia, feminismo, cultura e política para estrangeiros, define uma espécie de atitude “correta” em relação aos problemas do mundo, uma espécie de ideologia não oficial da universidade. [tradução nossa]

¹¹ Mestre aqui, é usado no sentido de grandes escritores, reconhecidos por obras que ultrapassam barreiras de tempo, credo, regime político etc.

equidade moral de ideias dos comunistas dogmáticos defendendo o partido a despeito de qualquer posicionamento moral¹².

Segundo o autor, aqueles que afirmam que as demandas PC infringem a liberdade dentro das academias, trazem nessa fala implicitamente uma acusação relacionada a historicidade da origem do termo acima citado, que demonstra uma aliança entre o dito “correto” com um pacto há época entre Hitler-Stalin. Tal insinuação carrega a conotação de como a expressão fora usada no passado, ou seja, de maneira autoritária e ortodoxa, uma vez que o partido comunista tinha forte influência sobre seus opositores.

Em concordância a essa afirmação, encontramos a obra “Child of Revolution”, de Leonard Wolfgang (1958). Se trata de um relato autobiográfico, de um jovem que viveu seu período escolar marcado pelo regime comunista, e dentre seus relatos, um deles conta com estratégias “politicamente corretas” de manipulação da linguagem, a seguir, o trecho na íntegra:

Apart from our theoretical political instruction, a very large proportion of our time was devoted to current affairs. It was unwritten law that “theory must be linked with practice”. On this basis there were frequent sessions on current political questions, in which each group had to deal with current situation and with the tasks confronting. We had to learn how to compose, within an hour, a “politically correct” leaflet on any subject set us. The subject chosen for the purpose were by no means easy. (Wolfgang, 1958, p.195)¹³

Entretanto, nas pesquisas feitas por Weigel (2018a), o que a pesquisadora diz ter encontrado no russo foi a expressão *ideinost*, que segundo ela pode ser traduzida como “ideologicamente correto”. A autora afirma que tal palavra nada tem a ver com pessoas ou minorias em desvantagem, como se vê afirmar, é que a expressão passou a ser disseminada

¹² The term “politically correct” was used disparagingly to refer to someone whose loyalty to the CP line overrode compassion and led to bad politics. It was used by Socialists against Communists, and was meant to separate out Socialists who believed in equalitarian moral ideas from dogmatic Communists who would advocate and defend party positions regardless of their moral substance (Kohl, 1992, p.1).

¹³ Além de teoria política, grande parte de nosso tempo era dedicado a assuntos atuais, tais como uma lei tácita que deveríamos linkar a teoria à prática. Com base nisso, regularmente tínhamos séries de questões sobre a situação política atual, na qual cada grupo deveria lidar com situações de confrontação. Tínhamos de aprender a redigir em questão de uma hora, redações “politicamente corretas” sobre qualquer assunto proposto. A propósito, os assuntos nunca eram fáceis. [tradução nossa]

como “politicamente correto” esparsamente em publicações norte-americanas, em tom de zombaria, provavelmente como empréstimo irônico de Mao Tsé-tung, que em 1957 teria feito discurso traduzido como “Sobre o tratamento correto das contradições no seio do povo”.

Para Zenardi (2018), o PC é uma postura/atitude de respeito ao outro nas relações sociais, com intuito de reduzir o preconceito, inicialmente contra os negros, em seguida com sua expansão, chegou a outros segmentos, como pessoas com deficiência, homossexuais, mulheres, indígenas e pessoas em situação de rua. Porém, como afirma o autor, tal postura, atitude PC, chegou no campo da linguagem, propondo nela uma mudança nas unidades lexicais, pois vê aí uma maneira de reduzir o preconceito e a discriminação.

Segundo a historiadora e antropóloga brasileira Lilian Schwarcz (2005) o PC se resume a um movimento que visa fazer alguma coisa, para que no fim tudo permaneça igual, “é possível dizer que a atitude politicamente correta consiste em alterar nomes e termos para que não seja preciso mudar a própria estrutura social” (2005, p.A10).

Borges (1996) afirma que a implementação do PC no Brasil se deu na década de 1980 como uma tentativa de institucionalizar um conjunto de normas com o intuito promover um reordenamento das relações nos inúmeros campos da sociedade.

Já para Jordão (2008), foi em torno de 1990 que o PC alcançou o Brasil. A autora também alega que a mudança relativa à maneira de se endereçar aos negros, mulheres, homossexuais e idosos, a fim de não os ofender, foi influência do movimento advindo da militância política pelos direitos civis, nos Estados Unidos nos anos 1970, que ganhou força nas universidades americanas nos anos 1980. Para ela, o PC consiste na abolição de certos termos do vocabulário considerados “marcados” para evitar manifestações preconceituosas de gênero, idade, raça, orientação sexual, condição física e social, este movimento tem sido incorporado pela sociedade, porém não sem causar controvérsias, afirma.

A definição de Borges (1996, p.110) aproxima-se mais de Schwarcz, do que de Jordão. Vejamos:

Ao se instituir, entretanto, como vigilância e patrulhamento, a militância politicamente correta silencia, no não-dito da sua fraseologia, acerca das origens sócio-históricas daquilo que tão acerbamente deseja modificar. Estabelece uma prática discursiva que condena atitudes e palavras discriminatórias, sem, contudo, se pronunciar, via de regra, a respeito dos condicionantes históricos que se encontram na “posição inaugural do sócio-histórico

e do imaginário social”¹⁴ Castoriadis, 1982:413), e que fornecem sustentação ideológica a essas atitudes e palavras politicamente incorretas.

Contrariamente, Rajagopalan (2000, p. 102) sustenta que os preconceitos são produzidos e mantidos pela linguagem, pois afirma que:

A luta contra os preconceitos terá que ser uma luta persistente e incansável. Serão necessárias inúmeras tentativas e, ainda assim, não haverá nenhuma garantia de que o mundo estará livre de todos os preconceitos e a linguagem politicamente correta “limpa” de uma vez por todas. Entretanto, uma das maneiras mais eficazes de combater os preconceitos sociais (que, ao que tudo indica, sempre existirão) é, de um lado, monitorar *a linguagem por meio da qual tais preconceitos são produzidos e mantidos* e, de outro, obrigar o usuário, em nome da linguagem politicamente, a exercer controle sobre sua própria fala e, ao controlar sua própria fala, constantemente se conscientizar da existência de tais preconceitos. Intervir na linguagem significa intervir no mundo. [grifo nosso]

Vemos nesses autores, apontamentos não ingênuos a respeito das expectativas do politicamente correto, pois evidenciam seu caráter inoperante quanto ao cerne da questão em jogo: o próprio preconceito e discriminação. Entretanto, há divergências entre eles quanto a origem e manutenção do preconceito, bem como no poder da linguagem diante de tal luta. Mas continuemos em nossa busca por delimitação quanto ao que é o PC.

Jordão (2008) comenta que as expressões difundidas pelos defensores do politicamente correto estão presentes, principalmente, na militância gay e no movimento negro. A Associação Brasileira de Gays, Lésbicas, Bissexuais, Travestis e Transexuais (ABGLT) editou uma cartilha para educadores e outra para comunicadores, sugerindo quais palavras devem ser usadas quando se referir a este grupo.

Conforme coloca Fiorin (2008), a linguagem politicamente correta é expressão do aparecimento na cena pública de identidades antes reprimidas e que agora ganham força onde antes eram discriminadas, ridicularizadas e desconsideradas. Pretende-se com essa linguagem,

¹⁴ Segundo Mariani (2003) Interessa à análise do discurso, diferente do politicamente correto, como vimos acima, as posições discursivas ocupadas pelo sujeito em condições determinadas tanto pela história quanto pela ideologia, dessa forma, um dizer inscreve-se na ideologia, ou seja, dentro de representações imaginárias constituídas a partir das condições materiais de existência, e que se naturalizam ao longo da história.

combater o preconceito, proscurendo-se um vocabulário negativo em relação a esses grupos com a ideia de que, alterando-se a linguagem, altera-se também as atitudes discriminatórias.

Silva (2012) reforça que o PC, mesmo tendo advindo de movimentos de revolta de grupos historicamente marginalizados, passou a tentar normatizar práticas sociais, com ponto forte no controle da linguagem: o objetivo era evitar o preconceito embutido nos atos discursivos. Grosso modo, a autora afirma que o PC prima pelo estabelecimento do neutro, ético e correto em detrimento do tendencioso, antiético e incorreto. Porém, aponta para a relatividade desta definição, uma vez que a interpretação desses aspectos varia de quem fala, para quem fala e em qual contexto se fala, fazendo assim com que o PC sirva quase como licença ou passe livre para justificar e condenar qualquer coisa que se deseje.

Outro fato importante de destacar é que a discussão sobre o politicamente correto teve grande repercussão no cenário brasileiro em 2004, quando a Secretaria Especial dos Direitos Humanos (SEDH), do governo federal, produziu a Cartilha intitulada “Politicamente correto & direitos humanos” (Queiroz, 2004). A obra contava com noventa palavras, expressões e anedotas seguidas de uma explicação a respeito do porquê seriam discriminatórias ou embutidas de preconceitos, consequentemente, devendo ser substituídas, contudo, foi massivamente criticada por exageros e engavetada.

Um exagero, por exemplo, é a palavra barbeiro, que segundo a cartilha PC deveria ser evitada por seu caráter preconceituoso ao motorista inábil, pois “obviamente é ofensiva ao profissional especializado em cortar cabelo e aparar barba” (2004, n.p.). Outro exemplo: funcionário público, pois durante o governo Collor (1990-1992), houve campanhas de desprestígio ao trabalhador público, e por isso “para justificar as políticas do Estado Mínimo do modelo neoliberal, os trabalhadores dos órgãos, entidades ou empresas públicas preferem ser chamados de servidores públicos” (2004, n.p.).

Esses e outros exemplos podem ser encontrados na cartilha mencionada, mas apenas atestam um certo caráter abusivo, na escolha arbitrária de algumas palavras ou expressões supostamente politicamente incorretas, relativizando o que seria padecer da violência, miséria, exclusão, descaso e discriminação.

Cabrera (2012) reconhece que o PC é muito presente nas mídias, encontrando na sociedade contemporânea terreno propício para fincar raízes e prosperar. Tal temática tem ganhado cada vez mais terreno não só na mídia, mas também na política, nas artes, nas instituições e na sociedade em geral. Dentre as razões para tal intento, parte deve-se às

minorias que buscam representatividade social, parte pela crítica crescente que faz pressão na direção contrária a tais avanços.

A exemplo disso, a própria publicação da cartilha acima citada, que teve como efeito incitar o debate sobre a temática, mobilizando diversas respostas por parte de pensadores e intelectuais, e dando mais notoriedade à questão. Dentre eles, o poeta Ferreira Gullar (2005, p. E12) fez algumas considerações sobre:

Como se vê, isso de falar politicamente correto envolve muitos problemas, porque não se trata de engessar apenas o humor (bom ou mau) das pessoas, mas de engessar o próprio idioma. Falar, de certo modo, é reinventar a língua, já que o que se diz estava por ser dito e, ao dizê-lo, damos-lhe uma forma imprevisível até para nós mesmos. Além disso, há pessoas especialmente dotadas de verve, que nos surpreendem (e a si próprias) com expressões às vezes irônicas, sarcásticas ou simplesmente engraçadas. Criam modos de dizer inusitados, apelidos, ditos, tiradas, que nos divertem e enriquecem o nosso falar cotidiano. É que falar é um exercício de liberdade (para o bem ou para o mal), que não cabe nos preceitos de uma cartilha ou de um código de censura.

E continua:

Exagero? Pode ser, mas, se exagero, é de propósito, para pôr à mostra o que há de perigoso e burro nesses defensores do politicamente correto, porque, se não há o perigo da fogueira, há o perigo do império da burrice ir tomando conta do país. E tudo devidamente enfeitado de boas intenções.

Outro pensador proeminente que se manifestou contra a cartilha foi o escritor João Ubaldo Ribeiro (2005), afirmando que esta seria uma forma totalitária do governo de instituir uma nova língua e baixar normas sobre as palavras que devemos ou não usar, como uma espécie de polícia da linguagem.

Em contrapartida, segundo as afirmações de Zenardi (2016), o politicamente correto não é em si uma legislação, nem um órgão público, tampouco parte de um marco regulatório legislativo, mas sim, integra recomendações de movimentos que defendem os direitos humanos, como uma atitude que pode ser individual, ou adotada de forma coletiva por segmentos sociais. Para o autor, trata-se antes de um projeto com muitos méritos, mas não sem algumas consequências, e que, de certa forma, tal projeto busca ainda aprovação ou reprovação da proposta.

Nessa mesma esteira Morato e Bentes (2017) alegam ser necessária a existência de um protocolo linguístico e comportamental em relação ao que se considera como sendo politicamente correto não apenas nas ações de Estado, mas especialmente em distintos contextos, interações e práticas discursivas e sociais cotidianas, assinalando o caráter sociopolítico deste fenômeno. Para os autores, o PC tem função atenuadora e conciliatória, necessária às democracias modernas, especialmente às caracterizadas pelas desigualdades e tensões sociais constantes e profundas: trata-se de uma iniciativa republicana, emancipatória, empoderadora e inclusiva, sendo capaz de desvelar e/ou combater certos pressupostos espreitados na sociedade e aquelas situações e práticas que, naturalizadas, permanecem silenciadas ou tomadas como consensuais. Para os autores, o PC é uma estratégia política fundamental nas sociedades pós-modernas.

Justamente o contrário do que afirma Brenman (2012, p.29), para quem o termo PC é completamente paradoxal, pois “nos últimos 500 anos, principalmente no Brasil, a palavra ‘político’ não combina em nada com ‘correção’”. Para o autor, “a palavra, representante da liberdade intelectual, da lógica, do absurdo, do riso, da tragédia, enfim, do humano imperfeito, agora deveria ser domada e transmutada para o bem da coletividade” (p.33).

Enfim, a questão está muito longe de se esgotar, porém, antes de passarmos para os próximos tópicos, vale elencar alguns outros aspectos que contemplam o PC. Dentre eles, a realidade de que “apenas” retirar algumas palavras do vocabulário consideradas “marcadas” não é suficiente para fazer uma linguagem neutra. Com efeito, viu-se a necessidade de criar palavras, isso mesmo, palavras neutras capazes de higienizar a língua portuguesa que é não só heteronormativa, mas também sexista, segundo a lógica politicamente correta.

A isso chamam de *língua neutra* ou inclusiva e esta proposta é apoiada principalmente por integrantes do movimento trans; adiante falaremos detalhadamente sobre esta proposta. Outro ponto importante, é a visão bastante simplória adotada pelo PC de compreender a realidade. Trata-se de uma perspectiva maniqueísta de compreender tanto a sociedade quanto a História, pois aponta para o PC como representante do bem, e o politicamente incorreto, seu oposto, o representante do mal. Pensar em uma denominação politicamente correta, no nível do não dito implica sempre um politicamente (in)correto, subentendendo a existência de apenas duas categorias antagônicas entre si.

Essa maneira de tomar as coisas, por mais tentadora que seja, uma vez que sustenta a ideia de que, aniquilando todo o mal, haveria só o bem, ao mesmo tempo é uma visão que

ignora absolutamente a complexidade do humano, se esquece do que Didier-Weill (2014, p.24) felizmente nos recorda:

À solução dualista do fascismo, que para abater a racionalidade do Iluminismo se valeu da obscuridade romântica, a psicanálise foi na época, como observou Thomas Mann, o único pensamento a se opor, a lutar, no plano do pensamento, contra o fascismo, uma vez que não jogava, como este, o irracional contra o racional, mas antes, conjugava o racional com o irracional. Entre a clareza da razão e a exigência obscura da pulsão, a psicanálise pôs em evidência a existência de um terceiro ponto: a palavra do sujeito do inconsciente, que carrega, a um só tempo, as luzes do século XVIII e o Romantismo do século XIX.

Último¹⁵ ponto. Žižek (2016) acredita que o problema sobre o PC pode ser equiparado ao que Hegel chamou de *Sittlichkeit*: a eticidade dos costumes, que é considerada como o espesso pano de fundo de regras da vida social – em seu nível não dito – de uma densa e impenetrável substância ética que nos diz o que podemos ou não fazer. Essas “regras” aparentam desintegrar-se na atualidade: o que era simplesmente indizível em um debate público algumas décadas atrás pode agora ser proferido com absoluta impunidade. “Acusações e ideias que estavam até agora confinadas ao obscuro submundo da obscenidade racista e do lamaçal xenofóbico estão agora ganhando respaldo nos discursos oficiais” (Žižek, 2026, n.p.).

Pode parecer que essa desintegração está sendo relativamente contraposta pelo crescimento do “politicamente correto”, que prescreve exatamente o que pode e não pode ser dito; no entanto, um olhar mais atento imediatamente revela como a regulação dita “politicamente correta” participa do mesmo processo de desintegração da substância ética. Para demonstrar esse ponto, basta retomar o impasse do politicamente correto: a necessidade de regras “politicamente corretas” surge quando os valores não ditos de uma sociedade não são mais capazes de regular efetivamente as interações cotidianas – no lugar de costumes consolidados seguidos de forma espontânea, ficamos com regras explícitas (“negro” se torna “afro-americano”, “favela” se torna “comunidade”, um ato de “tortura” passa a ser denominado oficialmente de “técnica aprimorada de interrogação”... de tal forma que “estupro” poderia muito bem passar a ser chamado de “técnica aprimorada de sedução”). O ponto fundamental é que a tortura – um ato de violência brutal praticada pelo Estado – passa a ser tornada publicamente aceitável a partir do momento em que a linguagem pública se verte ao politicamente

¹⁵ Último por hora.

correto para proteger as vítimas da violência simbólica. Os dois fenômenos são lados da mesma moeda. (Zizek, 2016, n.p.)

As discussões gravitam ao redor da temática. É um terreno fecundo, muito propício para pesquisa, pois quando falamos em “politicamente correto”, referimo-nos à tentativa de neutralização do discurso, de forma a evitar referências às diversas formas de discriminação existentes, como o racismo, o sexismo, a homofobia etc.

Pode-se observar que o PC criou uma cisão nas posições ideológicas contemporâneas, uma vez que este fenômeno controverso é em parte enaltecido e em outra parcela criticado, e por essa razão presta-se a ser um observatório da luta de classes na atualidade, como já mencionamos na introdução. É importante frisar, que, com exceção dos grandes críticos primeiros ao PC, bem como líderes *antiPC* e adeptos deste grupo, como colocam Weigel e Zizek, as discussões de maneira geral, criticam a lógica do politicamente correto, e não o fato de que ações contra preconceito, discriminação, racismo, machismo etc. não devem existir, muito pelo contrário, estas são questões urgentes, mas que acabam sendo deixadas de lado, inclusive, ficam por trás da grande confusão ¹⁶que é o PC.

Como apreendemos o PC na prática?

Tu, que me lêes, estás seguro de entender minha linguagem?

Jorge Luís Borges (1941/2007, p. 78)

Como podemos vislumbrar, o politicamente correto tem como finalidade a neutralização do discurso, de forma a evitar referências às diversas formas de discriminação existentes, como o racismo, o sexismo, a homofobia etc. Portanto, podemos dizer, que sua meta principal é acabar com a discriminação e o preconceito; mas será que ele obtém sucesso?

¹⁶ Ao falarmos no Capítulo III sobre o sintoma, ficará mais fácil para o leitor, compreender a lógica deste funcionamento, conforme nossa hipótese.

De acordo com Cabrera (2012) o politicamente correto visa corrigir representações da linguagem com impacto direto no vocabulário, com o intuito de não apenas extinguir das palavras qualquer juízo de valor, mas também de corrigir todas as acepções potencialmente discriminatórias que as palavras possam conter ou sugerir.

Entretanto, devemos nos questionar se esta pretensão é concebível. Borges (1941/2007), em seu primoroso conto “A biblioteca de Babel”, nos oferece algumas reflexões que trazem justa clareza para essa discussão.

Ninguém pode articular uma sílaba que não esteja cheia de ternuras e temores. . . falar é incorrer em tautologias. Um número n de linguagens possíveis usa o mesmo vocabulário; em alguns, o símbolo biblioteca admite a correta definição “ubíquo e perdurável sistema de galerias hexagonais”, mas biblioteca é “pão” ou “pirâmide” ou qualquer outra coisa, e as sete palavras que a definem têm outro valor. (Borges, 1941/2007, p. 77-78)

Levando em conta tais considerações, podemos entender que as palavras, a linguagem em si, é sempre potencialmente capaz de inúmeros sentidos, conotações, valores. Sejam eles pejorativos, como tentam proteger-se os politicamente corretos, sejam eles totalmente arbitrários, como nos demonstra tão bem Borges.

Alguns autores (Valente, 2002; Cabrera, 2012) entendem o PC como uma espécie de eufemismo, uma forma mais branda, suave, de dizer a mesma coisa. Vejamos alguns exemplos utilizados pelos adeptos da linguagem PC: trocar país atrasado por “emergente”; excluído por “país miserável”. Ou ainda, os antes chamados carteiros, passam a ser chamados “técnicos de distribuição postal”, os lixeiros, “coletores de lixo domiciliar”; os desempregados agora são “disponíveis para o mercado de trabalho”. Tfouni e Pimenta (no prelo, n.p.) oferecem comentário especialmente relevante sobre essa questão, afirmam:

Ciente de que precisa resguardar-se, o sistema oferece falsos escapes. Um deles é a “criação” de “novas” classes, como a dos microempreendedores individuais. Foi criada uma sigla, para atribuir status: MEI. De acordo com o site do INSS, “O Microempreendedor Individual (MEI) é a pessoa que trabalha por conta própria e que se legaliza como pequeno empresário. Nessa condição, ele poderá pagar o INSS com base em uma alíquota reduzida a 5%”. O efeito desse gesto é que se cria uma “nova” classe que vai abarcar (devorar) os sujeitos com empregos informais, que muitas vezes vivem “de bico”,

ganhando no dia a dia o suficiente para seu sustento. No entanto, desde que esse trabalhador precisa ser anexado ao sistema (para não se tornar um perigo à ordem capitalista), ele recebe um registro que lhe permite abrir conta na Caixa, a fim de pagar o INSS. Cremos desnecessário tornar óbvia a manobra perversa que aí se mostra.

Schwarcz (2005) não fala de eufemismo, mas aponta para a incongruência dessas trocas, principalmente no que se refere a algumas palavras levantadas pela Cartilha do Politicamente Correto (2004) já mencionada. A autora aponta que os termos escolhidos para as ditas mudanças, são aqueles que carregam alguma espécie de conflito político e social, como pobre, ou anão, e conseqüentemente devem ser evitados, pois justificariam discriminação ou inferiorização.

Conforme afirma a autora, a representação parece ser mais forte que a realidade mesma, uma vez que não deixará de existir pobreza, ou anões, ao nomeá-los “classe de baixa renda” ou “verticalmente comprometidos”, porém fica parecendo que é melhor não os pronunciar. Dessa forma torna patente seu paradoxo: ao tentar silenciar via censura, os termos inconvenientes, o politicamente correto os torna ainda mais evidentes.

Eis aqui o grande contrassenso do PC, pois o fato de que ao levantar essas palavras como “aquelas que não devem ser ditas”, sua carga negativa, contagiosa, é transmitida nesse momento enunciativo, é como se no ato de dizê-las, ao denominá-las incorretas coincidissem com o ato mesmo de transformá-las nisso, sendo possível fazer com que toda e qualquer palavra seja politicamente incorreta, sendo necessário apenas que a classifique assim, e que se justifique, sustentando-se em uma lógica onde as palavras são milagrosas, onde os nomes têm um peso maior que a realidade, onde as palavras determinam a realidade, e não o contrário (o que seria muito mais fácil).

Nesta seção, nossa proposta é trazer alguns exemplos do que temos acompanhado em termos de PC na contemporaneidade, tentando apenas responder à questão levantada sobre sua finalidade estar sendo alcançada ou não. Vejamos alguns deles, sem perder de vista o famoso ditame que afirma a prática demonstrar uma teoria outra.

Destarte, examinamos alguns exemplos que circulam no campo das artes: Segundo Campello (2018), a cantora Fabiana Cozza renunciou ao cargo de interpretar Ivone Lara em um musical após ter sido atacada por ser “clara demais” para o papel nas redes sociais.

No Facebook, Cozza escreveu um texto em que se lia: “Renuncio por ter dormido negra numa terça-feira e numa quarta, após o anúncio do meu nome como protagonista do musical, acordar ‘branca’ aos olhos de tantos irmãos. Renuncio ao sentir no corpo e no coração uma dor jamais vivida antes: a de perder a cor e o meu lugar de existência”. (Campello, 2018, n.p.)

Aparentemente, a justificativa para tal acusação de que Cozza era clara demais para interpretar uma negra muito escura, sustenta-se no *colorismo*, termo utilizado para diferenciar as diferentes tonalidades da pele negra, que, segundo Alice Walker (1892), responsável pelo termo, influencia o quanto um indivíduo será discriminado e marginalizado. A partir dessa ótica, ser negro então, está mais ligado ao preconceito que se sofre, do que propriamente à cor que se tem (é preciso avaliar dentro de uma graduação). Logo, Cozza, não seria negra, quando em comparação à negritude de Dona Ivone Lara, cuja personagem iria interpretar.

Na mesma reportagem, Campello nos apresenta outro fato interessante, uma artista plástica americana, branca, Dana Schutz, expôs uma obra em 2017, “Open Casket” (caixão aberto), tal obra figurava a tragédia de Emmett Till, jovem negro assassinado por dois supremacistas brancos em 1955. Emmett ficou desfigurado, mas sua mãe se recusou a velá-lo com o caixão fechado, queria que fosse visto, que não se calasse tamanha violência. Logo se abriu a bienal onde se expôs a obra supracitada:

. . . militantes exigiram a destruição de “Open Casket”, vestindo camisetas com a frase “espetáculo da morte negra”. Depois, em carta aberta, a artista britânica Hannah Black endossou a demanda, fazendo crítica semelhante à de Theodor Adorno em relação a canções de protesto sobre a Guerra do Vietnã —que, de acordo com ele, tornavam o horrendo uma qualidade consumível. No caso do Whitney Museum, o problema do consumo aliava-se a um debate racial e de apropriação, como Hannah Black sustentou de maneira categórica: “Não é aceitável que um branco lucre com o sofrimento dos negros”. (Campello, 2018, n.p.)

Nestes dois exemplos de manifestações PC, nota-se uma grande contradição no que diz respeito a sua finalidade. Isso porque, como vimos nas definições sobre as origens do politicamente correto, sua preocupação era abrir espaço onde não havia para as chamadas minorias. Tais exemplos estampam, não apenas o quanto o movimento acabou se perdendo quanto suas finalidades primeiras, mas também que ele próprio excluiu do campo da arte, da história, do discurso, do mercado de trabalho, essas mesmas minorias.

No segundo, por mais que a produção artística tenha sido produzida por uma pessoa branca, esta, enquanto artista presta-se porta-voz, como veículo, meio de transmitir ao mundo uma verdade, que a princípio, foi manifestada como desejo da própria mãe do jovem assassinado, mas que não é compreendido dessa forma pelos militantes, pelo fato de que a autora da obra, por não ser negra também, não portava o direito de manifestar-se em prol desta causa.

Propomos a seguinte reflexão: seria então, afora as questões de liberdade da produção artística, que neste caso foi tomada como de má-fé, que a história, que a realidade de Emmett Till não fosse exposta, mas ademais, destruída, que o alcance através da obra de Dana Schutz fosse impedido? Que seja silenciada, não só a imagem, mas toda a narrativa que embasa a criação artística – parte da história.

Vejamos outro exemplo e em que consiste a tensão neste. Segundo Meireles (2019), militantes exigem identidade negra a Machado de Assis. Um dos maiores escritores brasileiros, filho de pai negro e mãe branca, foi retratado como branco ao longo de 180 anos. Segundo militantes do movimento negro, as fotos de Machado que chegam até nós contam com truques de iluminação que afinariam seus traços, tornando-o embranquecido. Porém, em 1950, segundo afirma Meireles (2019), o pesquisador Jean-Michel Massa revelou imagens que sugeririam que o autor fosse mulato (termo politicamente incorreto, diga-se de passagem – ou, no *colorismo* supracitado, “claro demais para ser considerado negro”), logo, Machado de Assis, era mulato, branco, ou negro, dependendo da posição política que se adote. Mas qual a correta?

A Faculdade Zumbi dos Palmares em parceria com agência de publicidade ofereceu a possibilidade de imprimir a imagem do autor negro, para imprimir e colar em edições dos livros do autor, para o leitor que desejasse. Mas vale citar mais um ponto antes de finalizar.

Enquanto Machado foi tratado como branco, antes dessa polêmica vir à tona, antes da comunidade negra ter um autor de importância e reputação tamanha para se orgulhar, o mesmo muitas vezes foi criticado por essa mesma comunidade “por, em tese, não ter tratado da escravidão e do racismo em sua obra. Além disso, ele chegou a ser acusado de tentar embranquecer a si mesmo” (Meireles, 2019, n.p.).

Outro exemplo do PC que chega ao seu recrudescimento, é quando começa a exercer o cancelamento das opções dos sujeitos. Como no caso mencionado por Schuler (2020, 27 de fevereiro) observado no carnaval de 2020 que serviu de palco dessa ação do PC. Pela primeira

vez, afirma, esse momento festivo contou com uma cartilha editada por um conselho da prefeitura de Belo Horizonte com orientação sobre o que cada um deveria evitar no contexto do carnaval. Dentro dessa direção estavam as fantasias de índios, enfermeira sexy, homem vestido de mulher, dentre outros. Com isso, podemos perceber como a cartilha do politicamente correto se estende para diversos segmentos da sociedade, fazendo com que cada vez mais, as pessoas percam sua liberdade de escolha.

No campo da moda, Diniz (2019) afirma que o nome das peças de roupas femininas são claros exemplos de condenação à mulher, e de como ela não passa de um mero objeto à serviço do desejo do homem. Termos como *baby doll*, tomara que caia, calça *boyfriend*, compõem “o vocabulário da moda moderna [e] oferece um prato cheio de expressões que, embora não expliquem os ataques recentes ao feminismo, mostram nuances da misoginia que habita o dia a dia” (p. C1).

Segundo Diniz (2019), tais códigos e nomenclatura da moda, têm claro intuito de adestrar socialmente a mulher por meio de estratégias de dominação do homem. Mas a questão que fica é a seguinte: não poderiam as mulheres, não usar tais peças? Além disso, peças como calças *boyfriend*, por exemplo, que tem a característica de ser bastante descolada do corpo, estrutura solta, tem uma nomenclatura que remete ao masculino, pois dá a entender ser uma peça supostamente emprestada do namorado. Isso porque ela não tem um corte naturalmente feminino, que visa destacar as curvas naturais do corpo da mulher.

Tais afirmações fazem-nos levantar a seguinte reflexão. O nome *boyfriend*, advém do inglês e significa namorado. Sua significação por si só, e por estar atrelada ao universo masculino seria capaz de estar sujeitando a mulher ao universo masculino? Não se faz necessário, para engrossar a discussão, entender qual a função de uma peça de roupa, quem escolhe ou não usar esta peça, em qual contexto, dentre outras coisas?

Uma calça *boyfriend*, por exemplo, a despeito de seu nome, não passa de um objeto inanimado, que oferece uma opção à mulher dentre as inúmeras peças do vestuário contemporâneo. Sobretudo, trata-se de uma peça (veiculada à indústria da moda) que não mais dita que as roupas para as mulheres devem ser justas, por exemplo, pois se trata de uma calça com cortes soltos, largos, como se advindos do guarda-roupas de um homem: não poderia, em contrapartida, refletir uma moda mais andrógina, muito em consonância com as novas pautas de gêneros atuais?

Além disso, não se deve esquecer que a história da emancipação feminina desde o século 20, foi marcada pelo fim do espartilho, do uso de calças, de minissaias etc. Chegando hoje, no séc. 21, com a indústria da moda *plus size*, por exemplo. Dessa maneira, é preciso cuidado ao questionar se tal campo teria claramente intuito de dominação, como se apenas o nome de uma peça de roupa fosse capaz de determinar mais sobre um objeto inanimado, do que, por exemplo, como esta peça é usada, em qual contexto, com qual intuito, entre outros fatores.

Seria o PC um discurso, uma linguagem?

Como podemos observar, a discussão sobre o politicamente correto, mesmo dentre algumas controvérsias quanto sua origem e sua finalidade, invariavelmente leem o PC como tentativa de operar sobre a linguagem. Vejamos agora mais detalhadamente acerca deste aspecto, e sobre o que podemos entender sobre esta operação.

Para Fiorin (2008), a linguagem politicamente correta nos leva a pensar alguns aspectos do funcionamento da linguagem, tais quais, o etimologismo. A etimologia é o estudo da origem e desenvolvimento das palavras, e, segundo o autor, o termo é constituído de duas palavras gregas que querem dizer “estudo do sentido verdadeiro”. O PC aponta muitas palavras enquanto preconceituosas devido ao seu sentido primeiro, como judiar, ou denegrir, porém o que afirma o autor, é que certas etimologias foram sendo esquecidas na evolução da língua, e, portanto, não se sabe que judiar proveio de judeu, e denegrir de negro, e dessa forma, não se pode dizer que ao usar essas palavras, se está sendo racista. “Não se remotiva, por um ato arbitrário de vontade, o que a língua desmotivou” afirma o autor (Fiorin, 2008, p.4). No entanto, é o que temos visto nas notícias de agosto, por exemplo, em que grandes empresas, como *Amazon*, ou *Boticário*, retiram o termo *Black*, da campanha famosa *Black Friday*, por suposta origem racista do termo, mesmo que não tenha nenhuma comprovação quanto a origem. Porém as empresas em nome de movimentos negros que não simpatizam com o termo, têm aderido a estas mudanças (*ISTO É*, 2020).

Outro aspecto que é bastante levantado pela crítica ao PC, concerne à tentativa de produzir uma língua neutra, a partir da exclusão de algumas palavras consideradas “marcadas”. Britto (2004, p. 135) critica essa tentativa da linguagem politicamente correta, considerando esta uma das suas principais problemáticas, pois segundo o autor:

As palavras não são neutras, a língua não é neutra. A ideia de que as palavras nomeiam e, simplesmente porque no-meiam, o sentido está dado – de que elas não são prenes de sentidos outros, além daqueles que eu supunha tão ingenuamente – essa ideia faz com que eu seja traído pela língua, seja manipulado pela língua. Não tenho como me desenredar da teia das palavras, e de seus sentidos, e de suas implicações. Não tenho como falar delas senão usando elas, e dentro

dos espaços em que elas, circulando, tem significação. 'As palavras são tecidas a partir de uma multidão de fios ideológicos e servem de trama a todas as relações sociais em todo(sic) os domínios', ensina Bakhtin.

Sobre esse aspecto, França e Grigoletto (2016) afirmam que a linguagem PC tem um funcionamento ortopédico sobre a língua, uma vez que leva em conta que somente alguns termos são aceitáveis em detrimento de outros. Os autores abordam um exemplo interessante para tratar da questão do sentido, e de como este está muito mais relacionado às formações discursivas, do que com as palavras, propriamente. Iremos abordar essa questão mais detidamente no Capítulo IV, quando adentrarmos o campo da análise do discurso, entretanto, pode ser interessante nos servirmos dele agora, justamente para tentarmos cernir a questão primeira, sobre o PC ser uma linguagem, ou um discurso. Vejamos.

França e Grigoletto (2016) partem da proposta PC, que afirma que é necessário trocar o termo homossexualismo pelo termo homossexualidade. Nesse caso em específico, a primeira designação deve ser banida, pois segundo aqueles que são contrários a ela, essa remeteria ao caráter de doença da orientação sexual daqueles que se relacionam de maneira homoafetiva pois o sufixo *ismo* remeteria a patologia, como nos casos de tabagismo, alcoolismo etc.

Tocados pela questão da importância proposta pelo PC da troca de uma palavra por outra, os autores analisam um vídeo de Fernanda Brum no Youtube, em que aparecem tanto o termo homossexualidade quanto homossexualismo. Porém o que choca, é mais o quanto os defensores PC preocupam-se com a exclusão do segundo termo, e não exatamente com o caráter absolutamente preconceituoso do vídeo. Uma vez que, mesmo que Fernanda ora use um, ora use outro, em ambos os momentos, ela refere-se aos homossexuais enquanto aqueles que são pecadores diante de Deus, não havendo qualquer mudança quanto ao sentido, independente de qual palavra ela use.

“Essa disputa pela designação em um caso e não em outro nos aponta que, embora se assista na arena das palavras, a raiz da questão não é linguística, não apenas” (França & Grigoletto, 2016, p.89). Para os autores, o que se torna evidente, após a análise do vídeo em questão, é que para que o discurso do politicamente correto exista, ele precisa estar completamente alheio a diversos fatos fundamentais sobre a constituição e manutenção dos sentidos.

É a partir disso que os apontamentos de Weinmann e Culau (2014) são valiosos aqui, pois os autores levantam, grosso modo, três principais aspectos que desqualificam o PC perante as

críticas, e apontam uma grande complexidade, mas também certa inconsistência. São eles: a) o PC é equivocado, em termos linguísticos, na medida em que pressupõe uma relação unívoca entre a palavra e seu referente; b) o PC é politicamente ingênuo, pois pretende resolver o problema das relações sociais discriminatórias por meio da mudança de palavras; e c) o PC possui uma vocação autoritária, uma vez que acarreta a restrição da liberdade de expressão.

A partir deste breve levantamento, nos são fornecidos elementos para pensar o politicamente correto no campo do discurso. Quando adentrarmos este terreno, não podemos nos esquecer que se trata sempre de um poder em jogo. As coisas vão se esclarecendo, e as ditas “inconsistências” ficam mais justificadas, justificadas na medida de suas finalidades. Sigamos nessa linha de raciocínio.

Na esteira de Foucault (1970/2001) em “A ordem do discurso” encontramos a seguinte afirmação “o discurso não é simplesmente aquilo que traduz as lutas ou os sistemas de dominação, mas aquilo por que, pelo que se luta, o poder do qual nós queremos apoderar” (p.10). Logo, se o que impressiona nos comentários do vídeo acima mencionado, está no fato de que os militantes PC estão mais preocupados com a interlocutora não respeitar a palavra interdita, mais do que ela ser preconceituosa, onde estaria a preocupação primeira, justificativa do PC, de combater o preconceito? Parece que se ocupam, antes de qualquer coisa, de policiar, e não de conscientizarem as pessoas.

Isto posto, o que colocam Possenti e Baronas vem devidamente de encontro, pois afirmam que “analisar dados do movimento politicamente correto é, em mais de um sentido, analisar o funcionamento ideológico da linguagem”, pois:

Os elementos discursivos mais críticos da chamada linguagem politicamente (in)correta são dados empíricos de extrema relevância para sustentar teses centrais da AD (análise do discurso). Por um lado, a análise de certos itens lexicais (negro vs afro-brasileiro (ou americano), homossexual vs bicha, moça vs gata, por exemplo) mostra a clara relação desses itens com as formações discursivas históricas nas quais passaram a ter os sentidos que têm. Como os sentidos não são os mesmos para os diversos falantes locutores situados em lugares sociais diferentes, teses clássicas da AD ficam bastante confirmadas, e de modo muito claro. Por outro lado, também os locutores que produzem tais discursos acabam por ser classificados, por exemplo, como racistas, machistas (genericamente, preconceituosos), com base em sua prática discursiva, ou pelo menos também através. (Possenti & Baronas, 2006, p.50)

Como vemos, tais palavras “taxativas” a partir de classificações politicamente corretas, como racista, machista, comunista, sexista, homofóbico, gordofóbico, heteronormativo, classista, são palavras que visam apontar segmentações sociais, que apontam para desigualdades, não representatividade, direitos não igualitários, dentre outros, mas também, não escapam a sucumbir, como todas as palavras, a um discurso com fins políticos, camuflado por um significante nobre (correto) que justificaria a luta por poder.

Saímos da ordem gramatical, para ordem do discurso, segundo Foucault (1970/2001), que comporta o contraditório, o conflito e o instável. Nessa ordem, a língua é essencial, e deve ser tomada em pleno funcionamento, inalienável, sempre em relação com o social, com o histórico na materialidade discursiva: por uma linguagem que não pode ser tomada como transparente, como pretende o PC.

Vale ressaltar, que não estamos dizendo aqui, que não somos solidários à luta pela busca de direitos igualitários, nada disso. Uma sociedade, deve evoluir, no que diz respeito aos direitos civis. Entretanto, não nos parece que seja disso que se trate mais, em muitos casos, como ainda demonstraremos. Continuemos.

O politicamente correto é o termo politicamente correto equivalente à censura?

Pai, afasta de mim esse cálice

Chico Buarque e Gilberto Gil (1973/1978)

Uma das críticas mais substanciais perante o PC gravita ao redor da querela da censura. Nesta seção trataremos de apurar, se tal exame é antes, um ataque, ou aviso importante, de que devemos nos proteger.

Para Brenman e Pondé (2019), uma das principais correntes do politicamente correto consiste em uma “eugenia literária” (p.7), que pretende limpar e modificar as histórias a partir de sua ótica. Nessa perspectiva, o PC contribui para tanto apagar quanto censurar a história. Brenman (2012) aborda em seu trabalho que esse movimento em busca de purificação chegou primeiro nas cantigas infantis, em seguida, no mercado de literatura infantil, sempre com a

desculpa por trás de tal tendência, de salvar as crianças dessas tenebrosas cantigas/histórias. O autor oferece um exemplo de e-mail que recebe diariamente sobre as ditas cantigas:

O “Atirei o pau no gato” incita o sadismo e a violência; “Eu sou pobre, pobre, pobre, pobre, de marré”. . . mostra a desigualdade social brasileira, tornando-a aceitável por aqueles que a ouvem; “Marcha soldado. . . estimula o autoritarismo; “Fui no Itororó. . . estimula a depreciação da mulher; “O cravo brigou com a Rosa”. . . incita a violência conjugal. (Brenman, 2012, p.43)

Outro exemplo recente (2011– atual) e que será analisado mais detalhadamente no capítulo V, paira sobre a obra do escritor brasileiro Monteiro Lobato (1882-1948), considerado não só racista, a partir da personagem *Tia Nastácia* – mulher negra, que na obra de Lobato criou boneca *Emília*, tendo sido inspirada por uma babá do próprio escritor – mas também, ecologicamente intolerante, com a obra *Caçadas de Pedrinho* (1939/2008) – que preda a natureza, e destrói o meio ambiente.

A obra de Lobato ao cair em domínio público, foi revisada e editada. Cleo Monteiro Lobato, bisneta do autor (hoje em posse dos direitos autorais) foi curadora, junto a editores de um projeto que teve como finalidade retirar todos os termos considerados preconceituosos, os trocando por seus correspondentes politicamente corretos. Seria este um exemplo de apagamento histórico do Brasil, quando o preconceito era não só banalizado, mas também naturalizado e absolutamente “normal”, bem como quando não havia leis, que tinham como intenção proteger os animais, e o meio ambiente? Não seria Monteiro Lobato, antes, um produto de sua época, mais do que um militante racista e endossador da caça como afirmam os críticos?

A tentativa de apagamento sobre o caráter politicamente incorreto da obra de Lobato, aponta proximidades assustadoras com a obra de Ray Bradbury (1953/2007), “Fahrenheit 451”. O livro consiste em uma ficção científica que narra uma realidade distópica, num mundo onde bombeiros trabalham incendiando livros, por ordens governamentais, que tentam combater o pensamento crítico e autônomo dos cidadãos, como manobra manipulativa. A obra é uma crítica social a regimes totalitários e autoritários que repudiam o conhecimento, e que se fez muito presente durante guerras, como o exemplo de Freud, cujas obras foram queimadas pelos nazistas em 1933 em praça pública em Berlim.

A temática de livros e fogueiras, livro e censura, não é nada nova. Desde de “Dom quixote” (1605/2002), personagem de Cervantes, que viu seus livros sendo queimados por

estarem supostamente levando o Cavaleiro de La Mancha à loucura, mas também a própria obra de Cervantes, que por “coincidência” foi banida em 1981 pelo general Pinochet no Chile por achar “que o livro continha um apelo pela liberdade individual e um ataque à autoridade instituída” (Manguel, 1997, p.320).

É também o que ilustra a Figura 2, de Pedro Berruguete (1495): “São Domingos e os Albigenses” – onde vemos uma fogueira com livros sendo queimados, por serem considerados heréticos.

Figura 2- São domingos e os Albigenses (1495)

Fonte: Wahoo Art. (Museo del Prado, Espanha).

Caso retratado por Umberto Eco em “O Nome da Rosa” (1980/2011), título que alude ao poder das palavras, justamente àquilo que a igreja visava proibir aos povos, detendo o poder dos livros. Segundo Possenti e Baronas (2006), este é um aspecto do PC que funciona como uma tentativa de varredura na linguagem, uma vez que tenta apagar, ou retirar palavras do vocabulário. Segundo os autores, essa medida do politicamente correto estampa uma postura totalitarista e cerceadora, buscando uma língua perfeita, ideal, que caminha em direção à afirmação da transparência da linguagem, esta que é cara aos discursos totalitários nazistas, fascistas e stalinistas.

É também o que remonta a ficção de Orwell já citada, onde aqueles que contrariavam os ditames do governo:

. . . simplesmente desapareciam. . . seus nomes eram removidos dos arquivos, todas as menções a qualquer coisa que tivessem feito eram apagadas, suas existências anteriores eram negadas e em seguida esquecidas. *Você era cancelado, aniquilado. Vaporizado, esse o termo costumeiro.* (Orwell, 2009, p. 30) [grifo nosso]

Courtine (1999) faz algumas considerações sobre o estatuto da memória no campo do discurso político em “O chapéu de Clementis”, e sobre a importância de se pensar o processo de anulação, perda de referência, que geram uma lacuna, marca de um desaparecimento. Segundo o autor, tais apagamentos operam na ordem discursiva, diferente da materialidade da língua, pois realizam-se no que é ou deixa se ser enunciável. Tais determinações tem um cunho ideológico.

Dessa forma, se seguimos o autor, os acontecimentos de um dado momento histórico são produtos da história real, porém são, ao mesmo tempo “produção de uma história fictícia, “efeitos de memória” que suscitam. . . constroem a ficção de uma história imóvel” (Courtine, 1999, p.21). Tornam-se um tempo congelado na discursividade, uma vez que tais apagamentos têm o poder de modificar os fatos pela maneira como são narrados.

Curioso que Orwell use já em 1948 a palavra *cancelado*, pois é algo que tem sido muito dito na contemporaneidade: a cultura do cancelamento. Se tomarmos em conta as considerações de Courtine, e como as manipulações PC se relacionam ao que foi mencionado, vemos que as suas consequências se tornam ainda mais pujantes. Quantas coisas, em nome do politicamente correto, não estariam sendo aniquiladas?

Começemos pelos seguintes exemplos. Segundo Gielow (2020), “o prefeito de Londres, Sadiq Khan, anunciou que revisará a conveniência de se ter estátuas ou nomes de logradouros públicos em homenagem a pessoas ligadas à escravidão” (n.p.). Tal postura adveio como resposta a protestos após a morte de George Floyd (1973-2020). Neste mesmo ano, em Bristol, foi derrubado e afundado num rio a efígie de Edward Colston (1636-1721), um mercador de escravos. Também a estátua de Winston Churchill (1874-1965), foi pichada de racista, bem como o líder indiano Mahatma Gandhi (1869-1948).

No Brasil, logradouros em São Paulo, que homenageiam figuras da ditadura militar, foram renomeados, como o Minhocão, que passou de Arthur da Costa e Silva (1899-1969), para João Goulart (1919-1976), segundo Gielow (2020). Outro exemplo, segundo Dias

(2020), é a figura dos bandeirantes, dentre elas, a estátua de Borba Gato, que está na mira do politicamente correto. Conforme colocado por Dias, se levarmos esse revisionismo de forma literal, não terá fim, pois as figuras, estátuas, nomes de ruas, prédios etc., advêm de homens, figuras históricas, que nunca serão 100% politicamente corretas e inclusivas.

Sobretudo, as últimas consequências desse revisionismo/apagamento são afirmativas como as que vemos atualmente, onde o passado, a história, não passam de mera especulação/opinião, podendo ser anulado, apagado, manipulado por intenções pessoais e relativistas. Manifestações como a do vice-presidente Mourão, por exemplo, que afirma que para ele não existiu racismo no Brasil: "Para mim, no Brasil não existe racismo. Isso é uma coisa que querem importar aqui para o Brasil. Isso não existe aqui" (Mourão, 2020). Ou, afirmações desta mesma cepa, como do presidente do Brasil, que afirma que: "Se você for ver a história realmente, o português não pisava na África, era [sic] os próprios negros que entregavam os escravos", disse Bolsonaro numa entrevista à TV Cultura (Bolsonaro, 2020 em comunicação pessoal).

Língua Neutre: alguém me entende? – manuais, guias e cartilhas

Se um homem que se acredita rei é louco, não menos o é um rei que se acredita rei.

Jacques Lacan (1950/1998, p.171).

Outro campo de discussão que é bastante tocado pelas tensões do politicamente correto, é onde na língua encontramos as questões relativas aos gêneros. Contudo, a confusão reside na indiferenciação entre os gêneros linguístico, e biológico/social. Vejamos.

Conti (2019) levanta alguns debates ocorridos na França a partir de 2017 sobre a obrigatoriedade de uma escritura inclusiva. Tal medida zela pela paridade, e vê a língua como um órgão sexualizado. O jornalista faz uma brincadeira sobre a confusão da língua órgão, e a língua falada/escrita, uma vez que a pauta opera sobre os gêneros masculino e feminino no campo da semântica e da sintaxe, mas com a finalidade de erradicar o patriarcalismo e o machismo, com a aposta de um novo gênero: o neutro.

Escritura inclusiva vem a ser a ferramenta linguística criada por setores do feminismo francês. Seu objetivo é acabar com a invisibilidade das mulheres na língua escrita. Ela utiliza pontos no meio das palavras. . . “acadêmic.a.o.s” quer dizer “as e os acadêmicos e acadêmicas”. O equivalente em português seria o x. Em vez de escrever “boa parte dos deputados são pilantras”, se redigiria “boa parte dxs deputadxs são pilantras”, para assim abarcar o conjunto dos membros da Câmara, sem marginalizar as mulheres da pilantragem. (Conti, 2019, p. C10)

A parte à brincadeira do Jornalista, uma questão séria é levantada, e que nos é bastante cara: “o universo das coisas e pessoas não é da mesma natureza que a língua. O gênero gramatical e o gênero biológico não são homólogos” (p. C10).

De acordo com Salhani (2015) o uso do pronome neutro é apoiado por pessoas que consideram a língua sexista. Estes alegam que no português, por exemplo, há predominância do gênero masculino no discurso. Um grupo constituído por várias mulheres e apenas um homem é referido pelo pronome pessoal masculino “eles”, desconsiderando a presença das mulheres e o uso do pronome “elas”. Algumas soluções são propostas para colaborar com a dita “neutralidade da língua”, são elas: 1) o uso da barra ou parênteses, como em “os(as) alunos(as)”. 2) diferenciação na pronúncia de pronomes e palavras de outras classes gramaticais, como “êla” (junção dos pronomes “ele” e “ela”), a supressão da vogal determinante de gênero (“dele”, por exemplo, ficaria “del”) ou a substituição dessa vogal por “e” (as palavras “menino” e “menina” se tornam “menine”). Todavia, essa tentativa de correção reproduz a divisão binária dos gêneros, limitando as pessoas a se definirem, obrigatoriamente, como masculinas ou femininas – o que excluiria pessoas que se consideram de outro gênero que não estes dois.

Uma das formas de neutralização da língua mais utilizada atualmente no português é: 3) a troca da vogal “o” e “a” pela letra x ou pela arroba (@) em que, por exemplo, “Caros amigos” se tornaria “Carxs amigxs” ou ainda “Car@s amig@s”. Porém, muitos priorizam o uso do x sobre a arroba, afirmando que a letra possui um caráter mais forte de neutralidade, já que a arroba se constitui de uma vogal “o” em torno de um “a”, reafirmando a binariedade nos gêneros, e mais uma vez se mostrando excludente (Salhani, 2015).

Em novembro de 2020 as discussões sobre essa temática fervilhavam em todo o país após o colégio Franco-Brasileiro, do Rio de Janeiro, enviar um comunicado aos pais e alunos notificando-os de que adotaria o gênero neutro em suas comunicações. Dentre aqueles que

debateram sobre o assunto, muitos linguistas se pronunciaram, além de pais que se mostraram bastante contrariados, afirma Mello (2020). Mas o que os especialistas podem dizer sobre?

Jamilk (2020), Dr. Em Letras, afirma que uma alteração de cunho formal na língua, como a que se pretende, deve ser pautada por uma série de discussões acadêmicas e seriamente fundamentadas. Além disso, segundo ele, uma alteração de tal natureza “deveria ser proposta pela comunidade lusófona depois de se ter notado que, em todos os países envolvidos, há registros comuns de fala e escrita dessa pretensa ‘linguagem neutra’” (n.p.).

Outro ponto levantado por Jamilk, é sobre a ideia de que o gênero linguístico corresponde ao gênero biológico/social, segundo ele:

Esse “o” que aparece ao fim das palavras da língua (substantivos, pronomes entre outros) é o que se chama de vogal temática, ou seja, ela ajuda a formar a palavra para sua realização na fala, por exemplo. Quero dizer que, por mais que o senso comum creia o contrário, isso não é um rótulo de gênero; um carimbo que diz “isto é masculino”. Aliás, não faria qualquer sentido, uma vez que palavras como “tribo” e “libido” terminam com “o” e são femininas (Jamilk, 2020 em entrevista para pleno. news n.p.).

Como já mencionado por Conti (2019), o que o professor demonstra, é a existência de uma grave confusão entre uma análise de gênero biológico/social e gramatical, pois estes possuem propriedades absolutamente diferentes. Assim, dizer que uma palavra é marcada, para designá-la seja como masculina, machista, ou politicamente incorreta, não significa em nenhuma instância, dizer que a coisa que a representa, a palavra pela qual esta coisa é representada, possa ser identificada a um gênero biológico/social, qualquer que seja (Jamilk, 2020).

O “o” é um pronome demonstrativo de gênero masculino, mas não quer dizer a mesma coisa que homem, e pode inclusive ser utilizado de forma neutra. O autor nos oferece o seguinte exemplo:

Maria gostaria de comprar uma nova empresa; só não o faz porque está investindo em ações. A palavra “o” é um pronome demonstrativo, que faz referência a o que foi dito anteriormente. Independentemente do fato de eu usar elementos como “Maria”, “empresa” e “nova”, a retomada se fez com um pronome de gênero (gramatical) masculino. (Jamilk, 2020 em entrevista para pleno. news, n.p.)

De acordo com Collischonn e Schwindt (2015) gênero representa uma categoria linguística inerente aos substantivos. Um subconjunto desses substantivos está relacionado ao sexo, em torno de 13%, ao restante, gênero é uma categoria formal e classificatória com a finalidade de determinar a concordância. É importante enfatizar que mesmo nos substantivos em que o gênero tem relação com o sexo, as associações são arbitrárias, como por exemplo o substantivo “mulher”, que é feminino, mas “mulherão” é masculino.

A disseminação através do movimento PC, principalmente os movimentos LGBTQIA+, da proposição de um gênero neutro na língua portuguesa, segundo os autores, é complexo, uma vez que ignora questões essenciais para a ciência linguística, como a distinção entre gênero biopsicossocial e gênero gramatical, a função da escrita enquanto sistema representacional que se relaciona com a fala e a dinamicidade das línguas naturais.

Ainda sobre o assunto, os autores ressaltam que para melhor compreensão da questão, é crucial que em qualquer sistema linguístico haja “marcação”. A língua portuguesa é um sistema de dois gêneros, e em geral um dentre eles é não marcado. Isso significa que um é usado como genérico, que significa englobar os dois gêneros, como por exemplo o “todos” que representa tanto homens quanto mulheres, já a forma “todas” inclui somente as mulheres. É importante levantar que essa determinação arbitrária (que o gênero não marcado é o masculino) não significa uma soberania do homem sobre a mulher, afirmam.

Diferentemente do suposto por muitos, o uso de uma língua está sujeito a princípios gerais que não podem ser trivialmente controláveis por seus falantes, esses esforços não mudam a estrutura de uma língua deliberadamente. Dessa forma, qualificar o português como sexista é assaz precipitado, uma vez que é preciso conhecer, antes, a estrutura social de povos cujas línguas não têm distinção de gênero, não sendo possível afirmar que é a língua que produz ou sustenta as desigualdades de gênero (Collischonn & Schwindt, 2015), como ampara a tese do PC.

Mas como em tudo que já citamos quando o assunto é o politicamente correto, mesmo entre linguistas e especialistas em línguas, ainda assim não há consenso. Severo (2020) acredita que aderir à linguagem inclusiva é aderir a uma forma de expressão que se identifica com adolescentes e com aqueles que utilizam estes marcadores linguísticos. Bizzocchi (2020) pelo contrário, levanta que a proposta tem inconsistências incontornáveis do ponto de vista da

estrutura da língua, sendo, portanto, uma proposta praticamente impossível de ser aderida pelos falantes como um todo.

De toda forma, não faltam guias, cartilhas e manuais para aqueles que desejam aprender e aderir as chamadas linguagens neutras e inclusivas. É curioso que ainda não entraram em algum consenso sobre a dita neutralidade, e uma pesquisa dentro dos citados manuais pode facilmente apontar para diferentes maneiras de se dirigir àqueles que não se sentem representados pelos já ultrapassados “a” e “o”.

Outro aspecto curioso, são algumas afirmações encontradas em um desses manuais acima mencionados.

Não obstante, e apesar de tudo o que foi visto até agora, é necessário assinalar, como já dissemos na introdução deste manual, que a língua em si não é sexista como sistema, mas o que é sexista é o mau uso que se faz dela, uso consolidado, aceito e promovido pela sociedade. Em todas as línguas existem, sim, múltiplos recursos para incluir mulheres e homens sem preconceito ou omissão de uns e outros. Mas isso raramente é feito. (Secretaria de políticas para as mulheres, 2014, p.25-26)

Essa citação confirma que os dados aqui discutidos concernem a uma teoria do discurso, não da língua, pois aponta justamente para o fato de que o preconceito está em um uso, e não no sistema em si, denotando uma grande contradição na própria proposta de uma linguagem que visaria mudar os pronomes, como já mencionado, por exemplo.

Na superfície discursiva as aparências não se comprometem com a verdade das coisas, podendo deslocar-se e se mostrar de diversas formas, demonstrando inclusive qualquer teor intencional que esteja ligado ao fundo das aparências, como afirma Foucault (1970/2001).

A problemática do PC gravita ao redor do encantamento que os rótulos produzem, capazes de enganar no mais das vezes. Em “Argonautas”, Maggie Nelson (2017) desenrola uma espécie de romance autobiográfico, atrelado de diversas teorias que compõem as mais prementes ideias nos estudos sobre a sexualidade, gênero, identidade, onde narra seu

relacionamento com Harry Dodge (pessoa com gênero fluido¹⁷), que ao lado de Maggie, constituem uma família *queer*.¹⁸

No meio da beleza dos relatos da vivência dessa relação afetuosa, desde sua inserção no universo das “novas nomenclaturas”, até o casamento, a gravidez, entre outras experiências, alguns depoimentos da autora, no que tocam as questões relativas à linguagem são extremamente valiosos para nós.

Durante a escrita de *By Hook or By Crook*, seu filme sobre a amizade entre duas lésbicas masculinizadas – duas butches-, você e Silas Howard decidiram que os personagens se tratariam por “ele”, mas que no mundo lá fora. . . as pessoas as tratariam por “ela”. Não é que tudo seria perfeito se o mundo soubesse adequadamente o pronome que os personagens preferiam. Porque se as pessoas de fora os tratassem usando “ele”, seria um tipo diferente de “ele”. As palavras mudam de acordo com quem as fala; não há remédio para isso. Não basta introduzir palavras novas. . . e começar a reificar seus significados. É preciso também prestar atenção à multiplicidade de usos possíveis, de contextos possíveis, as asas com que cada palavra pode voar. (Nelson, 2017, p. 12)

Tem gente que se incomoda com a história de que Djuna Barnes, em vez de se identificar como lésbica, preferia dizer que “só amou Thelma” . . . Eu entendo por que essa atitude é politicamente enlouquecedora, mas também sempre achei um pouco romântica – o romance de deixar que uma experiência de desejo individual preceda uma categórica. (Nelson, 2017, p. 13)

Caetano Veloso (2017) ao comentar algumas das críticas sobre a publicação de “Verdade Tropical”, sua autobiografia, chama a atenção para aquela que considera uma das mais importantes, que tocam na questão de sua orientação e definição sexual. Tudo porque à época, o cantor havia se autoproclamado, segundo a crítica em questão, um homossexual que tinha se relacionado sobretudo com mulheres. Tal constatação lhe soou verdadeira, porém ainda difícil para ele afirmar-se entre uma categoria específica.

¹⁷ Aquele que não se identifica com uma única identidade de gênero, mas o qual flui entre vários gêneros, ou é insólito, mudando de tempos em tempos.

¹⁸ Palavra proveniente do inglês utilizada para denominar aqueles que não correspondem a um padrão cis heteronormativo. Visa representar quem não se identifica como heterossexual ou cisgênero, de forma análoga à sigla LGBTQIA+.

Em seu comentário a 3ª edição de *Verdade Tropical*, 20 anos após a primeira publicação, o autor afirma: “Hoje penso, com mais coragem, que o certo é mesmo dizer: não sou nem bi, nem hétero, nem homo. Está melhor assim, como no resumo que ficou no livro. *Somos sexuais*”. (Veloso, 2017, p. 17) [grifo nosso]

Ambos os exemplos foram destacados não à toa. Primeiramente porque tratam de categorias, nomenclaturas, mas também, por de alguma forma abordarem aquilo que visa se expressar por palavras, e que justamente delas escapam. Veloso menciona o caráter do ser sexual, Nelson levanta a experiência individual do romance, do relacionamento amoroso.

No início de nossa dissertação mencionamos a problemática do sujeito, de seu ser em falta, por dividido pela linguagem. O ensejo de ambas as citações é importante para adentrarmos o campo da psicanálise, da divisão do sujeito, e do que toca o caráter pulsional do inconsciente, sobretudo do que diz respeito a *lalíngua*, ao que da linguagem escapa ao sentido e não pode ser comportado em categorias pré-estabelecidas.

No capítulo seguinte abordaremos, a partir da psicanálise como este campo se entrecruza com a proposta politicamente correta, produzindo mal-estar no sujeito, uma vez que se apresenta como medida de redução de sofrimento, mas é justamente mais uma forma de apagamento do sujeito contemporâneo.

Capítulo III**O POLITICAMENTE CORRETO E A PSICANÁLISE**

*E que o mesmo signo que eu tento ler e ser
É apenas um possível ou impossível em mim em mim em mil em mil em mil
E a pergunta vinha
Eu sou neguinha?*

Caetano veloso (1987)

O POLITICAMENTE CORRETO E A PSICANÁLISE

Nossa pesquisa parte da hipótese de que o discurso do politicamente correto oferece um campo discursivo, dentre diversos existentes, no qual submete o sujeito a uma relação constante de mal-estar na sua relação com a sociedade. Tal estrutura discursiva, é pensada por nós como um sintoma contemporâneo.

Partindo de tal premissa, a psicanálise enquanto campo teórico, nos oferece respaldo para sustentar esta hipótese, uma vez que esta disciplina se ocupa a tratar o sujeito em seus diversos modos de se relacionar com o mundo. Além disso, encontramos na psicanálise fundamentação necessária para, primeiramente, compreender como um sujeito se constitui, e, quais as consequências e interferências da sociedade, por se tratar de uma constituição no campo da linguagem, a partir do discurso do Outro (campo da linguagem).

O discurso politicamente correto, ao ser tomado em sua estrutura discursiva, revela consequências diretas nos sujeitos por ele afetado, mas sobretudo, enquanto discurso próprio de uma época, comporta em si contradições e junto a isso, um recalque, lido por nós como uma impossibilidade de integrar as formas desproporcionais de conviver em sociedade, permeadas por pulsões de destruição, além de ser porta voz de um gozo capaz de reduzir a meros rótulos, aqueles que se propõe defender. Esta ignorância central, é própria de um funcionamento sintomático – que visa uma resolução de compromisso capaz de fazer funcionar de um lado, uma meta consciente, e de outro, um fim inconsciente, produto de satisfação pulsional (Freud, 1917).

Destarte, começamos a inserir a psicanálise neste campo de discussão, pela vertente do mal-estar. Para tanto, lançamos mão da questão levantada por Birman (1999/2020) ao final de sua obra “Mal-estar na atualidade”: “o que a psicanálise tem a ver com isso?” (p. 312).

O argumento sobre o mal-estar nos é bastante caro, e o texto supracitado é um dentre os diversos trabalhos que foram produzidos como efeito da publicação de Freud (1930[1929]/1974) “O mal-estar na civilização”. Não diferente dos demais, visa discutir as mazelas que os homens compartilham por estarem inseridos no campo da civilização, engendrando desconformidade entre pares que dividem uma mesma cultura, resultando em descompasso; sofrimento; tropeços; desatinos; infortúnios, ou seja: mal-estar.

Recortamos o trabalho de Birman, em específico, por considerarmos valioso dois pontos para nossa observação, e que o autor levanta tão bem, nos ajudando a situar tanto nosso objetivo, quanto nossa posição diante das discussões que gravitam ao redor do politicamente correto.

O autor (Birman,1999/2020) ao tentar responder sobre o que a psicanálise teria a ver com a problemática do mal-estar na atualidade, erige que a noção de pulsão de morte em Freud serviu para justificar todas as mazelas do homem contemporâneo na sua inserção social, entretanto, para o autor, cabe menos interpretar os problemas sociais a partir de funcionamentos psíquicos dos agentes sociais, e mais de visar um pensamento acerca da maneira “como a ordem simbólica e política do social é a condição de possibilidade para a produção de sujeitos que funcionam segundo certas regularidades psíquicas, e não conforme outras” (p.313).

Segundo o autor, a psicanálise enquanto radicalmente diversa da psicologia, não pode se permitir o uso de psicologismos para interpretação do social. Cabe a ela pensar o sujeito em sua inscrição no campo simbólico e em que medida, tal sujeito, em sua singularidade – no campo intersubjetivo – é permeado por valores simbólicos que o ultrapassam, bem como por forças pulsionais que lhe afetam. A proposta de Birman é a de uma psicanálise que possa, no que toca o que é do social, pensar o sujeito em sua constituição linguageira, articulando dentro e fora, concomitantemente.

Ianini e Santiago (2020), ao prefaciá-la nova tradução de “O mal-estar na civilização”, alçam apontamentos importantes sobre o papel da psicanálise e sua inserção tanto no social, quanto na política, e resgatam outros trabalhos de Freud, além do já citado, como textos posteriores a Grande Guerra, que apresentavam uma percepção cada vez mais aguda do papel da psicanálise na cultura, e como pensar psicanaliticamente o estatuto desta inserção.

Para os autores, trata-se de pensar a posição do analista, uma vez que as questões técnicas, implicam aspectos éticos e políticos, ou seja, a clínica, o trabalho do analista e sua posição, é constantemente atravessado pelo que se precipita no campo social, na vida psíquica do sujeito, sendo praticamente impróprio traçar uma divisão entre clínica e social, pois no interior do social, as formas de mal-estar e seus sintomas se subjetivam. É o que Lacan, seguindo Freud, elucida com a afirmação de que (1945/1998a, p. 213) “o coletivo não é nada senão o sujeito do individual”, e vice-versa.

Cabe, portanto, ao psicanalista, não ignorar o fato de que ao se tratar de um sujeito, que se constitui em um sistema simbólico que lhe é anterior, este mesmo sistema lhe transmite os contornos de uma época, que advém da ordem social. Mas não só. Lacan em 1964, define o sujeito do inconsciente enquanto uma aparição evanescente, entre a realidade vivida e a tentativa sempre malograda de narrá-la plenamente. Esta aparição, contudo, se dá entre dois pontos que se inserem no tempo. “O inconsciente é o evasivo – mas conseguimos cercá-lo numa estrutura, uma estrutura temporal” (Lacan, 2008/1964, p. 39).

Este cercar, que compreende um tempo lógico, diz respeito a bateria de significantes, que já é dada ao sujeito, mas que dependem do arbitrário, do acaso. Podendo à posteriori ser localizada, seja pela análise, mas também pelos efeitos que produz em um sujeito as influências históricas – temporais que lhe cabem. Segundo Lacan, “a função-tempo é de ordem lógica, e ligada a uma colocação do real em forma significativa” (Lacan, 2008/1964, p. 46).

Levando isso em conta, a construção da psicanálise como disciplina não depende da história e sociedade na qual foi produzida, tampouco pode ser contida em limites pré-estabelecidos, muito menos ser considerada a-histórica, imune às transformações de cada época. Contudo, trata-se de um edifício conceitual, que contém sua dimensão clínica (dimensão preferencial e privilegiada), sem que se reduza o psiquismo ao individual, assim como os fenômenos sociais e institucionais não são abordados sem que se leve em conta o funcionamento psíquico do sujeito (Ianini & Santiago, 2020).

Em outras palavras:

A forma como uma cultura escolhe nomear e narrativizar o sofrimento psíquico, a maneira como ele é incluído ou excluído por determinados discursos, o modo como ele reconhece sujeitos para certas demandas e estados informados de mal-estar possuem valor etiológico, tanto quanto as determinações orgânicas. A maneira como interpretamos o sofrimento, atribuindo-lhe causalidade interna ou externa, imputando-lhe razões naturais ou artificiais, agregando-lhe motivos dotados ou desprovidos de sentido, muda literalmente a experiência mesma de sofrimento. Isso é crucial na determinação dos sintomas. . . O corpo sempre foi essencialmente plástico frente à cultura. (Safatle; Junior & Dunker, 2020, pp. 12-13)

O que os autores estão dizendo, que é extremamente pertinente, podendo ser aplicado a esta pesquisa, qualquer discurso, seja ele o do politicamente correto, ou outro, é capaz

de nomear-rotular o sofrimento do sujeito de maneira bastante específica, sendo determinante para formação de sintomas. Assim, o PC, pode ser considerado um discurso que constrói e impõe um sofrimento ao sujeito, como tentativa, sempre vã, de responder a questões absolutamente complexas, e sobretudo, de se oferecer como solução para tal sofrimento, como quando sugere/impõe que a simples troca de palavras preconceituosas, por palavras consideradas neutras, seria capaz de encerrar a discriminação, por exemplo.

Pensar a problemática do politicamente correto, tomando-o como um sintoma, nos demanda um desvio até Freud, principalmente no que de sua obra toca as problemáticas inerentes a vida em massa, como esta inserção se produz e quais consequências comporta.

Em “Psicologia das massas e Análise do Eu” (1921/2011), Freud determina que as leis que regem o individual, são as mesmas que regem o social. Tal determinação freudiana, como veremos a frente, produz possíveis equívocos àqueles que pretendem uma leitura do social. Isso porque, existe uma confusão própria aos coletivos – as massas– que é a busca de resolução generalizada, para questões que são particulares, porque próprias a cada sujeito.

Esta resolução simplória e genérica, como se pretende o politicamente correto, tem como pior consequência a anulação dos sujeitos em suas diferenças, e é por isso, que como já levantamos, constantemente engendra mal-estar.

Isto posto, seguiremos uma cronologia, sobre alguns aspectos teóricos provenientes da psicanálise que acreditamos importantes para nossa sustentação teórica. Primeiramente, abordaremos o trabalho de Freud, em “Totem e Tabu: algumas concordâncias entre a vida psíquica dos homens primitivos e a dos neuróticos” (1913), pois neste texto, o autor institui um mito que tenta explicar a constituição da sociedade, e quais as vicissitudes deste acontecimento.

Em seguida, daremos continuação a conceitualização da noção de sujeito, que afetado pela linguagem, padece de uma perda de satisfação plena, fonte de mal-estar. Abordaremos “O mal-estar na civilização” (1930[1929] /1974). e as possíveis tentativas de o sujeito conciliar-se com ela, como a via sintomática.

Totem e Tabu

Regressamos à horda primitiva, disse o velho da venda preta, com a diferença de que não somos uns quantos milhares de homens e mulheres numa natureza imensa e intacta, mas milhares de milhões num mundo descarnado e exaurido.

José Saramago (1995/2017, p.245).

Em “Totem e Tabu: algumas concordâncias entre a vida psíquica dos homens primitivos e a dos neuróticos”, Freud (1913/2013) aplica a psicanálise a problemas ainda não solucionados da psicologia dos povos, mais precisamente referente aos tabus e ao totemismo. Para tanto, Freud traça as concordâncias entre a vida psíquica dos neuróticos com a dos homens primitivos para lançar luz sobre ambos os temas, e afirma que ambos subsistem nos homens civilizados.

“Totem e Tabu. . .” é um texto no qual Freud (1913/2013) elucubra acerca da origem da civilização. Baseando-se em estudos da antropologia, da biologia, e da história, o autor conjectura o mito do assassinato do pai primevo da horda primitiva pelos seus filhos, mito este que aborda o ato fundador da sociedade humana.

O texto já citado, apresenta o totemismo, o classifica como um sistema que, em certos povos primitivos, têm a função de uma religião além de oferecer a base para a organização social. Este tipo de sistema supõe usos e costumes que ainda permanecem como resíduo nas sociedades contemporâneas, sendo a lei da proibição do incesto e seu corolário, a exogamia, um deles. Dessa forma, podemos afirmar que a cultura totêmica teria sido, em toda parte, uma espécie de estágio preliminar para os desenvolvimentos posteriores da civilização (Freud, 1913/2013).

Freud (1913/2013) questiona-se “de onde vem, em última análise, o horror ao incesto, no qual se deve reconhecer a raiz da exogamia” (p.125), a partir desta pergunta, o autor tenta derrubar a construção de alguns pensadores que declaram que a proibição do incesto existe por haver no ser humano um horror inato ao incesto. Para ele, só há instauração de uma lei –da proibição do incesto – pois esta se faz necessária, uma vez que há inclinação para o incesto. Vemos aqui, como pano de fundo, as bases para a noção de complexo de Édipo, de desejo inconsciente e de seu caráter incestuoso.

O mito estabelecido por Freud, supõe a existência de dois irmãos que, uma vez unidos, tem o objetivo de assassinar e depois devorarem o pai primevo, pois muito violento e ciumento, além de possuir para si todas as mulheres. Segundo Freud, somente quando unidos os irmãos foram capazes de concretizar o que individualmente cada um jamais ousaria. A figura do pai temido, era também invejada por cada um dos irmãos. Dessa forma, foi no ato de devorá-lo que eles puderam se identificar com ele, além de apropriar-se de sua força. Para o autor, esse ato memorável e criminoso, é inicial de muita coisa, como “as organizações sociais, as restrições morais, a religião” (Freud, 1913/2012, p.148).

Como consequência, houve o arrependimento, mas também a consciência de culpa. Contudo, a partir disso, outros desdobramentos foram possíveis em prol da civilização. Os irmãos revogaram seu ato, e no lugar do pai assassinado, elegeram um substituto, o totem. Como lei, absterem-se das mulheres então liberadas, criando-se uma ordem a partir da consciência culpa, além de, articulada ao totem o resultado de dois tabus fundamentais ambos com a função de reprimir os desejos relativos ao complexo de Édipo: o do homicídio e do incesto (Freud, 1913/2012).

Para Garcia-Roza (1985) é importante ressaltar, que o momento do Édipo demarca uma passagem importante, tanto para o sujeito, quanto para a civilização, qual seja: por um lado, a passagem do imaginário ao simbólico (da agressividade à lei) e por outro, uma divisão subjetiva entre os sistemas inconsciente e consciente (o que implica a inscrição da castração e consequentemente o recalque desse processo). Essa passagem, em termos antropológicos, afirma o autor, pode ser entendida pela passagem da natureza à cultura, e é marcada pelo interdito.

Entretanto, Garcia-Roza (1985) ressalta que, muitos autores acabam transpondo o fenômeno do Édipo para a concepção antropológica da interdição do incesto no plano psicanalítico, entendendo que o complexo de Édipo seria nada mais que a inscrição no nível do indivíduo daquilo que é constituinte do social. Para o autor, por mais que ambos interditos apresentem semelhanças e relações, eles não são idênticos, pois a interdição do incesto refere-se a uma regra que diz respeito às alianças e às trocas no interior do grupo social, e o complexo de Édipo refere-se ao desejo inconsciente.

Freud afirma ainda que, os dois tabus do totemismo que dão início à moralidade não são de igual valor psicológico. Àquele que tem como finalidade preservar o totem, baseia-se nos afetos, uma vez que o pai já fora eliminado. Contudo, o tabu relativo à proibição do incesto, tem uma fundamentação prática, pois a necessidade sexual divide os homens. Os irmãos que haviam se

unido para vencer o pai, tornam-se rivais no tocante às mulheres, e na luta para conquistá-las, uns contra os outros, fariam com que a nova organização social sucumbisse. Ambos eram semelhantes no tocante a força, não podendo ocupar o lugar do pai, assim, só lhes restou a renúncia das mulheres do totem para que pudessem salvar a organização (Freud, 1913/2013).

Para Freud (1913/2013), um evento como a eliminação do pai pelos irmãos, deixam traços indeléveis na história. Inclusive, afirma que, quanto mais for esquecido, encontrará expressão substituta em igual proporção. Para Koltai (1999) “Totem e Tabu. . .”, além de fundamentar uma teoria sobre o social e a cultura, afirma que ambas nasceram sobre um crime do qual a humanidade não se desvencilhou jamais, sendo este, o prelúdio para uma série de assassinatos que podem ser tidos hoje como “normais”, haja vista o caráter da existência humana em sociedade.

Ainda, segunda a autora, é necessário admitir mesmo que infelizmente, que este conhecimento não pertence apenas a história, mas aos nossos dias, ao cerne das preocupações atuais, pois os meios colocados a serviço da guerra, por exemplo, são infinitamente mais destrutivos hoje que outrora e que esse primeiro conflito fratricida, seja ele mítico, longe de estar resolvido, continua em ação.

Dado isso, não se trata de um momento ultrapassado, mas de uma agressividade estruturante, comum a todos, sendo o crime, fundador. Logo, não há como a violência não estar no âmago do humano, afirma a autora (Koltai, 1999). Tendo isso em vista, como podemos pensar um discurso como o do politicamente correto, que oferece um compromisso de bem-estar aos sujeitos, através de uma solução tão simplória quanto prática aos embaraços proporcionados pela cultura e seu constante assédio, seja pelas diferenças que nos obriga a conviver, seja pela medida de satisfação pulsional que determina que se abra mão?

Para Nakasu (2005), a elaboração freudiana da hipótese do mito da horda primitiva, bem como a escolha do parricídio como ato fundante da civilização, possibilita pensar o fenômeno da destrutividade, e sua relevância, bem como trabalhar o conceito de pulsão de morte, tão caro à obra de Freud, deslocando essa noção para o terreno da cultura. Segundo o autor, cabe observar como a marca da destruição e da violência, inerentes a história do homem e seu funcionamento psíquico, sempre permeiam as atividades humanas e suas realizações culturais.

Segundo Teixeira (2002), o trabalho de Freud deixa evidente que a entrada na cultura e na sociedade é marcada pela castração e pela falta, uma vez que é ao preço da renúncia pulsional que ela se instala. Com isso, o programa de ser feliz por completo, é irrealizável. Além disso, afirma o

autor, o texto freudiano, faz emergir da história humana seu caráter trágico, onde coexistem amor e ódio em uma tensão contínua de guerra.

Outro ponto importante, enfatizado por Teixeira (2002) é o de que a psicanálise em si, não é contra a cultura, apenas reconhece seu caráter paradoxal, uma vez que ela provém ao sujeito vínculos que lhe são suas maiores armas contra si, pela possibilidade sempre latente de ruína ante os esforços de coesão. Esse paradoxo, afirma, está sempre ultrapassando as tentativas modernas de garantir uma sociedade não conflituosa, supostamente coesa, feliz: ideal.

É por essa razão que Lacan ([1960-1961] /1992 a) afirma que só conhece uma origem para a fraternidade humana, que é a segregação. A relação que se estabelece entre os irmãos após a morte e engolimento do pai se dá como necessária para que se constitua projetos comuns, mas isso não garante, muito pelo contrário, que esteja abolida a culpa, a inveja, o ciúmes, o ódio, a rivalidade, bem como o sofrimento relativo à condição de desamparo, entre eles (Teixeira, 2002).

Segundo Lacan (1992a), a morte do pai é, ao mesmo tempo, interdição do gozo primário e condição para o gozo. Essa é a função da lei, diferente da repressão, é o que representa a função da castração quando inscrita. Quando o pai estava vivo, ele gozava de todas as mulheres, e os filhos de nenhuma. Com sua morte, os filhos são interditados das mulheres do totem, mas descobrem a possibilidade de usufruir das mulheres que não são interditadas - aquelas que não pertencem ao totem.

Neste mesmo trabalho, o autor afirma que a castração se transmite de pai para filho, via complexo de Édipo. Essa passagem do imaginário para o simbólico, como já mencionado, não é apenas privativa, diferentemente de quando o pai estava vivo, e os filhos viviam em constante privação, mas ela autoriza também, o que implica que mesmo que eles percam uma parcela de satisfação (perda pulsional, ou de gozo), eles ainda possam gozar de outras mulheres, além das conquistas relativas à cultura, uma vez que esta parcela de satisfação que é renunciada, é justamente a necessária para que a “sociedade”/totem não se desintegre. Nesse sentido, há um equilíbrio entre perda e ganho, que é possibilitado pela instalação da lei, concomitantemente.

Podemos dizer que a palavra-chave de “Totem e Tabu. . .” é ambivalência, pois evidencia o dualismo entre pulsão de vida e pulsão de morte. A tendência destrutiva que constitui a sociedade ao mesmo tempo que destrói o pai, é signo de toda e qualquer relação entre os homens e a sociedade. Segundo Teixeira (2002), “Totem e Tabu. . .” aponta justamente para as tensões relativas aos avanços com os quais o sujeito se depara frente a relação entre civilização e

sexualidade, entre as mencionadas perdas e ganhos, que são em última instância, o núcleo da teoria das neuroses.

Portanto, o discurso politicamente correto, como mera tentativa de excluir a ambivalência, o conflito, a dualidade, pode ser compreendido como sintoma justamente por seu compromisso em esconder o que é constituinte e estrutural, tanto das sociedades, quanto do sujeito. Contudo, sabemos que o recalque é o mesmo que seu retorno, e este mal-estar, proveniente desta agressividade, ao ser jogado fora, retorna com mais virulência. É a leitura que fazemos ao observar a constante promoção de mal-estar que o politicamente correto gera, através de seus conflitos, oposições, controvérsias, tensões, polêmicas que promove, sempre dividindo, cindindo a sociedade em campos discursivos diversos, em classes opostas, em constante embate. Sobretudo, opera como sintoma, por ignorar e desejar (inconscientemente) manter-se ignorante a respeito das razões pelas quais uma coesão plena não se faz possível.

Segundo Koltai (1999), o ser humano não é bom nem ruim, mas sim ambivalente, uma vez que coabita nele ódio e amor, altruísmo e egoísmo. Como afirma Teixeira (2002), pulsão de vida e morte estão sempre em constante conflito, como forças do mesmo aparelho psíquico, ambas constitutivas e originárias, geradoras de mal-estar e conflito.

Segundo Mapurunga e Carneiro (2011), a violência e o ódio são traços marcantes da contemporaneidade. Não poderia o uso de uma fala limpa e correta impedir o ódio de revelar-se nos laços sociais? Atualmente, é visto como violência contra o outro qualquer fala ou ato considerado politicamente incorreto. Como já colocado, sabemos com Freud da importância da agressividade na constituição da subjetividade.

Partindo desse referencial, Mapurunga e Carneiro (2011) observam que não mais vigora o recalque do sexual e conjecturam se o recalque não poderia advir da agressividade e violência recalçadas nas novas palavras para designar as mesmas coisas, mas com assepsia da correção política. E continuam: poderia o politicamente correto, atuar como um recalque da violência, fazendo com que esta retorne com mais virulência, uma vez que a fala é o que daria conta do ódio dirigido ao outro? Proibidos de falar, os sujeitos não ficariam ainda mais próximos do ódio, pois falar supõe um vazio e um distanciamento do objeto, supondo um recuo, estando não mais ligado diretamente às coisas, mas com um distanciamento delas, próprio do simbólico?

A linguagem não é apenas ferramenta como nos faz crer a cartilha do politicamente correto, mas é o que subverte a biologia do humano e faz depender nosso desejo da língua. A linguagem não preenche a falta, com seu simbolismo constrói novos caminhos para se lidar com

esta, mas não infelizmente quando esta estrutura é constantemente esquecida. Na lógica do politicamente correto, o fator principal é o enunciado, sem que se pense que o ódio pode muito bem ser camuflado por detrás de belas palavras (Mapurunga & Carneiro, 2011).

O mal-estar: sintoma contemporâneo

A civilização (ou cultura) produz um mal-estar no sujeito que nela vive. Após notar isso, Freud teorizou essa questão a fim de compreender quais seriam as causas deste mal-estar, comparando a vida dos homens “civilizados” com a dos “selvagens”. Em “O Mal-Estar na civilização”, Freud (1930[1929] /1974) descreve as três fontes do sofrimento humano, que segundo ele são: 1) o poder superior da natureza; 2) a fragilidade de nossos próprios corpos e 3) a inadequação das regras que procuram ajustar os relacionamentos dos seres humanos, seja na família, no Estado ou na sociedade.

Essas fontes de sofrimento, segundo o autor, submete os seres humanos ao que é inevitável, pois “nunca dominaremos completamente a natureza, e o nosso organismo corporal, ele mesmo parte dessa natureza, permanecerá sempre como uma estrutura passageira, com limitada capacidade de adaptação e realização” (Freud, 1974, p. 43). Contudo, quanto à terceira fonte – a fonte social do sofrimento – Freud afirma que o homem não a admite de modo algum pelo fato de não perceber que os regulamentos estabelecidos pelos próprios homens os protegem e apresentam benefícios, já que “as coisas que buscamos a fim de nos protegermos contra as ameaças oriundas das fontes de sofrimento fazem parte dessa mesma civilização” (p. 44).

No trabalho que citamos, Freud explora elementos importantes para pensar o motivo pelo qual as relações humanas geram sofrimento. Dentre estes está a agressividade. “[Os homens] são criaturas entre cujos dotes instintivos deve-se levar em conta uma poderosa quota de agressividade” (Freud, 1974, p. 71). “A existência da inclinação para a agressão. . . constitui o fator que perturba nossos relacionamentos com o nosso próximo” (Freud, 1974, p. 72).

Em resultado disso, Freud afirma que:

[O próximo/semelhante] não [é] apenas um ajudante potencial ou um objeto sexual, mas também alguém que os tenta a satisfazer sobre ele a sua agressividade, a explorar sua capacidade de trabalho sem compensação, utilizá-lo sexualmente sem o seu consentimento, apoderar-se de suas posses, humilhá-lo, causar-lhe sofrimento, torturá-lo e matá-lo. *Homo homini lupus*¹⁹. (Freud, 1974, p. 71)

Como conclusão, o autor descreve “o homem como uma besta selvagem, a quem a consideração para com sua própria espécie é algo estranho” (Freud, 1974, p.71). Sobretudo, que “[a agressividade] constitui a base de toda relação de afeto e amor entre as pessoas” (Freud, 1974, p. 73).

Ora, Freud está dizendo que inclusive amar – sentimento tão valorizado pela sociedade – inclui sempre uma parcela de agressividade. Nesta obra, o autor nos oferece uma compreensão sobre a natureza humana, em que a agressividade sempre estará presente, uma vez que viver em civilização implica diversas perdas pulsionais - de felicidade, como ele coloca - e é preciso que o homem se “vingue” sobre essas privações que ele experimenta e julga ser o outro o responsável.

A partir disso, como pensar a finalidade e efetividade do politicamente correto? Bauman (1929/1998), retomando a obra de Freud, traz contribuições para pensar estas questões, propondo que “talvez possamos também familiarizar-nos com a ideia de que há dificuldades inerentes à natureza da civilização que não se submeterão a qualquer tentativa de reforma” (p.8).

Segundo o autor:

Varrer o assoalho e estigmatizar os traidores ou expulsar os estranhos parecem provir do mesmo motivo de preservação da ordem, de tornar ou conservar o ambiente compreensível e propício à ação sensata. Isso bem pode ser assim, mas a explicação em termos de tão largo espectro, universais e extra temporais, não adianta muito para a avaliação de várias formas da busca de pureza do ponto de vista de sua significação política e social e da gravidade de suas consequências para o convívio humano. (Bauman, 1998, pp.16-17)

¹⁹ O homem é lobo do homem [tradução nossa].

Ser ou não ser - eis a questão (!).

*Será mais nobre sofrer na alma
Pedradas e flechadas do destino feroz
Ou pegar em armas contra o mar de angústias –
E, combatendo-o, dar-lhe fim? Morrer; dormir;
Só isso. E com o sono – dizem – extinguir
Dores do coração e as mil mazelas naturais
A que a carne é sujeita*

William Shakespeare (1599-1600/2015, p. 111).

Como já mencionado brevemente, a temática referente ao sujeito, é bastante cara à psicanálise, e tem sido muito discutida pelos teóricos e psicanalistas desde Lacan. Conforme Zizek e Daly (2006) a questão acerca da subjetividade tal qual cernida pelo sujeito deslocado, dividido, pode ser localizada na obra freudiana em seu conceito de pulsão de morte. Segundo os autores, tal conceito é resultado desta lacuna no ser, lacuna mesma – ou furo – que revela uma “autonomia radical do sujeito- e é algo que ameaça constantemente sabotar ou derrubar a estrutura simbólica da subjetividade” (p. 10).

O que os autores colocam como ameaça a estrutura simbólica, consequência da pulsão de morte, efeito desta lacuna, ferida do ser, refere-se ao excesso de gozo, que Freud (1920) denominou de mais além do princípio do prazer. Trata-se de um empuxo do sujeito, a tapar essa lacuna na ordem do ser através da satisfação total, pois a parcialidade é irmã do furo.

O que, com efeito, se mostrou de começo a Freud, aos descobridores, aos que deram os primeiros passos, o que se mostra ainda a quem quer que na análise acomode por um momento seu olhar ao que é propriamente da ordem do inconsciente – é que ele não é nem ser nem não-ser, mas é algo de não-realizado. (Lacan, 1964/2008, p. 37)

Assim, o sujeito do inconsciente, como efeito da produção de uma cadeia significativa, poderá advir, dentro das mesmas condições, sempre como não realizado totalmente, inclassificável, e não como aspira um discurso como o do politicamente correto.

*Hamlet*²⁰ (entre ser e não ser) arquiteta que escapar às intempéries, só se dá na morte, no sono anestésico, capaz de anular as mazelas da carne. Ao sujeito, em seu des-ser, cabe sempre uma parcela de *dores do coração*. Dores estas, advindas justamente de seu caráter, sempre evanescente – que lhe revela castrado.

Segundo Rivera (2016) o sujeito e a cultura travam uma relação peculiar de dependência. Qual seja: assim como o sujeito está no campo da cultura, a cultura está no campo do Outro. Ambas as afirmações carregam algumas implicações, a principal delas, é o fato de que enquanto sujeito dividido, nunca somos, mas sim, podemos nos dizer sempre estando, em mal-estar. Este estar para o sujeito, é delimitado pelo campo do Outro, o sujeito por ser efeito de significantes, só pode estar no campo Outro: em última instância, na cultura.

Para a autora, isso quer dizer que o sujeito tal como a psicanálise o entende, não trava uma relação com a cultura, pois ele está nela, jamais sendo encontrado fora dela, podendo apenas apropriar-se deste campo que lhe é outro.

Assim, ao pensarmos na relação de interdependência entre sujeito, discurso e cultura é impossível separar, por exemplo, o sintoma e o sofrimento, dos discursos que circulam na atualidade, sendo o do politicamente correto, mais um deles. Para Milner (2006) a realidade a qual o sujeito tem acesso tem valor de laço social, e está se mostra através das palavras, sendo por estrutura, fantasmática. Dessa maneira, a realidade se presta a dar corpo às "nossas crenças incansáveis" (p.57) proporcionando aos sujeitos uma referência comum, capaz de atrelar a ela sintomas compartilháveis.

Pensando nisso, cabe a nós indagar que tipo de relação é esta que se trava na contemporaneidade. Fragoso (2016, p. 155), afirma que: “na contemporaneidade, presenciamos condições sociais, econômicas, políticas e culturais que determinam novas roupagens dos sintomas”.

O autor defende que na contemporaneidade é possível notar uma ausência de suportes simbólicos que outrora serviram como referências identificatórias para a constituição da subjetividade, e hoje encontram-se desfalcadas. Como consequência, o domínio simbólico passa por uma nova reorganização.

²⁰ Personagem escrito por Shakespeare (1599-1600/2015).

Fragoso (2016) alega que o SuperEu segundo Freud, é um dos recursos mais eficazes com o qual o sujeito conta para submeter-se às normas sociais, ao mesmo tempo que é a instância geradora de culpa – afeto que origina o mal-estar (não nos esqueçamos de “Totem e Tabu. .”).

Na contemporaneidade, retira-se de cena a dor de existir e põe-se em seu lugar a promessa de um gozo-a-mais. O sujeito, como objeto de um pai denegrido, um pai destituído de suas insígnias viris, um pai com quem não é preciso mais travar combate porque já se apresenta como vencido, não precisa desejar, mas sim esperar a realização da promessa de um gozo para além do falo. (Ferreira, 1997, citado por Fragoso, 2016, p. 156)

Poderíamos pensar o politicamente correto, como uma dentre as várias promessas contemporâneas de gozo-a-mais, na mesma medida que seu oposto, o politicamente incorreto, como acusador moral, daqueles que se comportam indevidamente, operar como um Supereu cultural?

Para Soler (2018) trata-se de pensar como o laço social, em tempos dos direitos dos homens, faz-se necessário afirmar que somos “todos iguais”, sem que se esqueça que os homens são desiguais: “não apenas pelas contingências da natureza e da história, mas pela ordem que instauram os discursos” (2018, p. 21). O laço social comporta o “não todos iguais”, mestre e escravo é um exemplo dado pela autora. Quando se trata da ordem social, é sempre ao preço de uma desigualdade que a ordem linguageira instaura. Quando isso está ausente – e o PC, como veremos, é uma tentativa disso – o que resta é a segregação.

Em concordância à Freud, a autora afirma ainda que “o laço social inclui sempre uma violência” (Soler, 2018, p.23). Para Soler, os racismos têm uma definição precisa: “[são], antes de tudo, a aversão pelas modalidades de satisfação do Outro, pelos seus costumes, estejam eles ou não mais além do princípio do prazer e, ao mesmo tempo, a preferência pelos seus próprios costumes” (Soler, 2018, p. 65).

Soler relata ter tido notícias em programa de rádio, em 2013 (ano de seu seminário), que na Noruega, depois da Suécia, creches experimentais se esforçam para erradicar, desde a tenra idade, os marcadores da linguagem da diferença dos sexos.

Espera-se reduzir a disparidade que se julga discriminatória, ao se modificar o vocabulário, os pronomes pessoais, por exemplo, o “ela” e o “ele” devendo ser proscritos em proveito dos pronomes neutros; ao se

modificar o vestuário, com certeza. Como se a moda unissex tivesse modificado alguma coisa. (Soler, 2018, p.93)

Conforme afirma a autora, constata-se atualmente, no que tange o movimento da libertação das mulheres, já em marcha com a paridade que se realiza cada vez mais, um desenvolvimento sombrio, com efeitos ao nível das relações dos corpos, uma vez que esse progresso aponta para a redução da *heteridade* social das mulheres e se duplica pelo aumento, também em marcha, das sevícias feitas às próprias mulheres.

Para a autora (Soler, 2014), o laço social exclui a ética individualista e inclui uma disparidade. Num laço social há sempre dois termos não havendo paridade entre os dois. Atualmente ama-se a paridade. No mundo capitalista jura-se em nome da paridade, entretanto, isso é incompatível com o laço social tal qual define Lacan (1992a). É preciso desenvolver o fato de que no laço social, não se trata simplesmente de conexões; não são simplesmente relações com os outros, ou com a vizinhança, isso não faz laço social, no sentido de Lacan, para quem o laço social é uma ordem.

O sentimento de identidade está ligado à estabilidade dos laços sociais porque, quando o laço social é consistente, todos que entram nesse laço social recebem o que a autora chama de marcadores identitários, que são lugares a ocupar, como a profissão, os títulos, a função etc. A estabilidade identitária desse sujeito está ligada à estabilidade dos laços sociais.

No mundo capitalista em movimento e em reconfiguração constantes, o sentimento de identidade é, evidentemente, ameaçado, na medida em que os lugares, as profissões, os laços, se tornam precários (Soler, 2014). Na mesma medida, o que não falta, são ofertas de discursos capazes de nomear, dar uma identidade, seja o discurso científico, do neoliberalismo, ou o do politicamente correto, por exemplo.

Capítulo IV**O POLITICAMENTE CORRETO E A ANÁLISE DO DISCURSO**

O que será que será

...

O que não tem decência, nem nunca terá

O que não tem censura, nem nunca terá

O que não faz sentido.

Chico Buarque de Holanda (1976).

O POLITICAMENTE CORRETO E A ANÁLISE DO DISCURSO

Orlandi (1997a) afirma que o trabalho teórico de Pêcheux importa principalmente por não se alojar em regiões já categorizadas do conhecimento, mas sim nos vãos que as disciplinas – sejam as que estudam a linguagem, ou outras – deixam ver em suas articulações contraditórias. Pêcheux procura justamente aquilo que não funciona das disciplinas já estabelecidas, fazendo aí, trabalhar os procedimentos da AD, “na (des)construção e compreensão incessante de seu objeto: o discurso” (Orlandi, 1997a, p.7).

É com Michel Pêcheux que o impossível de tudo saber e o desejo de assim mesmo compreendê-lo se instalam no fazer científico. A análise do discurso, bem como a psicanálise, inclui em sua teoria o saber enquanto incompleto, sem que, contudo, isso impeça os sujeitos de se lançarem na pesquisa.

Para Lacan a verdade só pode ser meio dita, o que quer dizer que ela só pode ser tocada no contorno traçado a partir tanto do sintoma, quanto da fantasia. É através destes que algum saber pode ser articulado sobre o que é desejado permanecer não-sabido (Carreira, 2015). Para o impossível de tudo saber, quanto a verdade que só se apresenta enquanto parcial, o que está em jogo é o real, que tanto AD, quanto psicanálise lidam.

Para a psicanálise, o real tem estatuto de impossível e contingente, e se inscreve na estrutura como um buraco, comparecendo como furo real, tanto no imaginário, como pela falta de um significante no simbólico. Assim, tudo que se fala e que se escreve, sustenta-se na impossibilidade de se escrever a relação sexual (Ferreira, 2002). Abrir-se ao real significa levar em conta que suas manifestações têm um alcance, não recaindo em um positivismo lógico, que o despreza por o considerar ilegível e resistente à decifração (Izcovich, 2018).

Lacan ([1975-1976] /2007) concebe o real como aquilo que não se liga a nada. Para o autor trata-se do impossível na medida em que o real é sem lei, não se submete às ordens da lei. Como na canção que nos serve de epígrafe, o real equivaleria àquilo *que não tem censura, nem nunca terá, o que não faz sentido*. Para Monteiro (2012), falar sobre o real é falar sobre o que não é representável e não se deixa dominar pelas palavras, entretanto, é somente pelas palavras que é possível compor o que elas não dão conta.

No campo da AD, estudos sobre a origem das línguas repousam sobre uma ideia mítica de língua, que é inatingível. Gadet e Pêcheux (2004) tratam esse não-todo, essa

incompletude constitutiva do simbólico (que gera o impossível de dizer tudo), apontando que há um real da língua, como impossível.

Todavia, nos perguntamos como esse real se mostra no discurso, uma vez que “o real se capta, se persegue, se caça, se apreende por meio do discurso” (Izcovich, 2018, p. 200). Para Orlandi (1999, p.74), “o que temos, em termos de real do discurso, é a descontinuidade, a dispersão, a incompletude, a falta, o equívoco, a contradição, constitutivas tanto do sujeito como do sentido”. Por isso nos propomos a pensar a relação entre língua e discurso e em como o real os afeta, a fim de lançar luz sobre o discurso politicamente correto sob este prisma, e quais suas relações e consequências.

Alguns autores se detiveram sobre essa questão (Tfouni, 2008a; Tfouni, 2008b, Baldini & Ribeiro, 2016) para levantar a noção de real para a análise do discurso, uma vez que seu aparecimento/ irrupção se deu bem à maneira do real: sem que se buscasse, mas que fosse encontrado. Para os autores, é através do encontro de Saussure com os anagramas (o Saussure “noturno”) e Jakobson com a função poética – ambos autores fundantes para a análise do discurso – que é possível pensar o real, em um primeiro momento nesse campo.

Para tanto, elegemos alguns fatos linguísticos que consideramos serem capazes de atestar a existência do real, bem como seus desdobramentos para pensarmos a língua, e consequentemente o discurso, quais sejam: lalíngua, dispersão e deriva, equívoco e a função poética, que, com efeito, possibilitam notar que a língua é afetada por algo que lhe escapa – seu real – e que podemos assinalar como manifestação de lalíngua (Monteiro, 2012). Esses fatos linguísticos prestam-se para sustentar nossa crítica quanto a ineficácia do movimento politicamente correto (PC) já que o PC desconsidera todos esses fatores constitutivos da linguagem, desconsiderando assim, o sujeito.

Lalíngua

O conceito de lalíngua (*lalangue*), neologismo que aparece pela primeira vez no texto de Lacan intitulado “O aturdido” (1973/2003), sendo no seminário “Mais, ainda” (1972-1973/1982) que o autor melhor o desenvolve, é muito importante para essa discussão, uma vez que sustenta nossas argumentações a respeito do real, e como ele irrompe no discurso.

Izcovich (2018, p.102) afirma que, o que Lacan busca ressaltar com a noção de lalíngua é que “o inconsciente é lalíngua, e que ser falante é coabitar com lalíngua”, o que quer dizer que ao pensarmos o simbólico, e o sujeito do discurso, precisamos estar advertidos que lalíngua faz fundo, o que implica dizer que sempre há um real em jogo. Para Soler (2012), lalíngua equivale à língua emitida antes da entrada na linguagem estruturada sintaticamente. Segundo a autora, o que difere lalíngua das línguas é que o sentido falta a lalíngua, e dessa forma, lalíngua nada tem a ver com o dicionário. É na falta em desconsiderar lalíngua e seus efeitos, que reside a principal crítica dirigida ao PC. Vejamos em maior detalhe.

Para pensar no conceito de lalíngua, é preciso dizer que nesse território o que menos importa é a comunicação de um sentido pré-estabelecido. A ideia de lalíngua aponta para a exuberância, para o que extrapola a condição da língua enquanto liame social. A cada criação vinda do equívoco da língua, é lalíngua enquanto real que se mostra (Monteiro, 2012).

Para Monteiro (2012), tomar a língua pela perspectiva de lalíngua resulta dizer que estamos no registro do que consagra toda a língua ao equívoco e ao que este promove, como a homofonia, homossemia e homografia²¹. Como colocado pela autora, a unicidade²² de uma locução, quando tratada pelo equívoco, proporciona que ela seja igualmente ela, e ao mesmo tempo, outra, o que torna a língua desestratificada.

Em seu trabalho “O Amor da língua”, Milner (1987) burila a noção de lalíngua. O linguista perfaz seu trabalho a partir das consequências de pensar a língua considerando a existência da psicanálise e seu postulado teórico. A alocação primeira do autor consiste em pensar na existência do inconsciente enquanto afetando os seres falantes. Essa fulguração deduz decorrências para as teorias da linguagem, qual seja: que a língua consiste em uma partição.

Essa partição pode ser entendida como aquilo que da língua não pode ser apreendido de maneira direta, bem como que toda língua forma um todo que é não-todo, pela junção da

²¹Do ponto de vista gramatical, a homofonia é a relação entre duas ou mais palavras, que apresentam tanto significado quanto grafia diferentes, mas são pronunciadas de maneira idêntica. Por exemplo: sinto(sentimento) e cinto (adereço). Já a homossemia ou sinonímia, são palavras diferentes, mas que portam o mesmo sentido, por exemplo: fazer e realizar. Por fim, a homografia consiste em palavras escritas da mesma forma, mas com pronúncia e significado diferente, por exemplo: colher (talher) e colher (colheita).

²² A unicidade é a qualidade de algo ser único, de não poder ser de outra forma; no sentido proposto pela autora, podemos entender que a unicidade equivale a um significante portar exclusivamente sempre o mesmo significado, subentendendo assim, que ele nunca irá portar outro sentido, independentemente de seu contexto.

língua e da lalíngua que lhe causa. Há partição entre o que se escreve e o que não cessa de não se escrever²³, bem como entre o que é do domínio consciente e o que é inconsciente, podendo ser apreendido em sua constante abertura e fechamento, através de suas formações. Para o autor, cada língua é uma maneira dessa partição se dar, cada dialeto sendo uma “reorganização específica de uma partição particular” (p.18). Logo, “falar de língua e de partição é colocar que tudo não se pode dizer. Em outros termos, o puro conceito de língua é aquele de um não-todo marcando a alíngua²⁴; ou a língua é o que suporta a alíngua enquanto ela é não-toda” (Milner, 1987, p.19), afirma.

A diferença entre língua e lalíngua é essencial, uma vez que as línguas normatizadas se garantem pelo dicionário. O dicionário opera um levantamento dos elementos da língua – os significantes – indicando o sentido que o uso fixa, através de citações que confirmam esse uso corrente. Ocorre, no entanto, que nas trocas languageiras, ou seja, no uso cotidiano da língua entre sujeitos, não existe a estabilidade do dicionário, visto que “o sentido sempre pode vir a ser outro” (Pêcheux, 1997) e tal fato gera mudanças na estrutura da língua, em seus níveis morfológico e sintático.

“Novas” palavras e “novas” combinações de encadeamento entre elas podem ocorrer, devido a novas necessidades discursivas, e isto produz efeitos de sentido diversos ou até antagônicos para a mesma expressão. Para elucidar, vejamos o seguinte excerto da canção “Genipapo Absoluto”, de Caetano Veloso (1989):

Como será, pois, se ardiam fogueiras
Com olhos de areia quem viu
Praias, paixões fevereiras
Não dizem o que junhos de fumaça e frio.

Este recorte é conveniente para evidenciar alguns elementos do fazer poético que “jogam” com as regras da linguagem. Esses elementos são exemplos de novas possibilidades para o uso comum das palavras, desobedecendo às normas, fazendo ressoar algo que está para além do que da língua é codificado pelo dicionário. Em *paixões fevereiras*, Caetano Veloso “adjetiva” o substantivo fevereiro, criando o efeito de que em fevereiro as paixões possuem uma especificidade que falta aos outros meses (talvez pela existência do carnaval?), já em *não dizem o que junhos de fumaça e frio*, notamos a elipse do verbo, que em contexto usual

²³ Para Lacan, o real é “o que não cessa de não se escrever” (Lacan, 1982, p.127).

²⁴ Aqui seguimos a tradução da obra de Milner (1987), entretanto vale advertir que alíngua equivale a lalíngua em outras traduções. A fim de uniformizar, optamos por lalíngua no restante do texto.

indicaria uma incongruência da sentença, uma vez que do ponto de vista gramatical, a sentença é correta quando carrega um sentido completo, se apresentando como unidade mínima de comunicação.

Também, a palavra *junho* aqui provoca um enigma, pois o sentido não fica claro, deixando para o leitor diversas interpretações possíveis, como por exemplo, que o mês de junho, que acompanha lembranças de fumaça e frio, dizem algo para o autor no nível das emoções que evocam, e marcam uma experiência singular para este sujeito. Vale ressaltar, que apostamos na singularidade da experiência, uma vez que o sentido não pode ser generalizado, mas que pode dizer algo específico para àquele que escreve, bem como pode querer dizer outra coisa para quem lê – contudo, como é específico das artes, por mais que o sentido falte, por esta mesma razão é possível sempre comunicar algo no nível dos afetos.

Esse enigma é um exemplo de equívoco, uma vez que o sentido não está claro, podendo caminhar para vários lugares. Tal trecho é tomado por nós como exemplo da função poética da linguagem, pois, ao cantor fugir das normas, faz com que aquele que lê se surpreenda pelo que é colocado por ele.

Podemos dizer que o discurso não é um monólito, uma vez que a língua comporta o equívoco, fazendo com que a língua não seja dura, mas sim maleável, capaz de poesia, pois os sentidos não são estáveis e previamente estabelecidos como prega o PC. Vejamos em detalhe de que se trata o equívoco, e em que esse conceito sustenta nossa crítica ao movimento PC.

Dispersão, deriva e equívoco

Tfouni (2001) ao falar sobre sua teoria do letramento, trabalha a autoria dentro dos pressupostos da análise do discurso. Neste escopo, a autora adentra as noções de dispersão, deriva e equívoco. Servimo-nos dessa discussão para versar sobre a dispersão e a deriva e sua relação com o equívoco a fim de fundamentar nossa discussão, partindo dos conceitos necessários para este trabalho, uma vez que, a partir do equívoco podemos atestar a existência de lalíngua, e por conseguinte, o real, e em decorrência disso, a inconsistência do movimento politicamente correto.

Sabemos com Tfouni (2001), que o autor é uma posição de sujeito na qual ele estrutura seu discurso partindo de um princípio organizador e contraditório. Esse princípio é

necessário pois, no processo de produção de um texto, há um movimento de deriva e dispersão de sentidos inevitável, sendo o autor aquele que visa controlar esse movimento, promovendo ao seu discurso uma unidade imaginária aparente. Segundo a autora, a posição do sujeito autor é aquela que visa garantir um ajuste perfeito entre as palavras e o real que lhe escapa, e, para isso, é preciso sempre descartar outras formas possíveis de dizer, uma vez que o discurso é sempre marcado pelo desejo de completude, e por conseguinte sua falta.

O texto com autoria é também aquele que visa escamotear as formações do inconsciente que se mostram através dos lapsos, por exemplo. Assim, a autoria visa apresentar uma estrutura de discurso linear que se mostra completa e una (ilusoriamente), indicando que “o sujeito ocupa a posição de autor quando retroage sobre o processo de produção de sentidos, procurando “amarrar” a dispersão que está sempre virtualmente se instalando, devido à equivocidade da língua” (Tfouni, 2001, p. 79).

Tfouni (2001) ainda afirma que quando falta autoria (seja a um texto escrito, ou uma narrativa oral, por exemplo) o que vigora é a dispersão. Para que o autor possa contornar a dispersão, restará sempre como impossível evitar a deriva de sentidos, pois ela, para Pêcheux (1997) é equivalente a um relançar infinito das significações, possibilitando que o sentido possa sempre vir a ser outro, já que a estrutura da linguagem acolhe uma falha que se interpõe entre as palavras e as coisas e tem como efeito a opacidade, ou seja: entre palavra e mundo, os significantes resvalam, podendo sempre se deslocar (Tfouni, 2001). Outro ponto importante colocado pela autora, é que a deriva é um processo inconsciente para o sujeito, e esse processo é fruto de dois esquecimentos²⁵, como descritos por Pêcheux.

Para Carreira (2011), a língua é marcada por um equívoco que a constitui, impedindo que tudo possa ser dito, e por consequência a configura como estrutura que comporta uma falta. Em outras palavras, vemos que no texto, uma vez que o equívoco é constitutivo, a deriva sempre existe de forma latente, cabendo ao autor o trabalho para que ela não se torne patente, recaindo na dispersão. A dispersão contempla o real do discurso por um lado, pela dispersão do texto e do sujeito, e por outro pela unidade do discurso (Orlandi, 1999).

²⁵ Segundo Pêcheux (2014), chamamos de esquecimento nº 1 o esquecimento que dá conta do fato de o sujeito falante não poder estar em exterioridade em relação a uma formação discursiva, ou seja: não pode ser fonte de seu dizer, esse esquecimento equivale a noção psicanalítica de recalque. Já o esquecimento nº 2, consiste no fato de cada ser falante, esquece-se que seleciona, em uma formação discursiva, formas e sequências que nela se encontram, o que quer dizer que o sujeito tem a ilusão de que escolhe as melhores palavras, e controla o sentido.

Entretanto, conforme afirma Tfouni (2001), não podemos atribuir a dispersão um juízo de valor, como se se tratasse de uma falta de coesão ou coerência. Esse fato aponta para heterogeneidade enunciativa, o que quer dizer que em sua constituição, a linguagem é heterogênea, o que faz com que a língua seja, nas palavras de Henry (2013), uma ferramenta imperfeita.

Em outro trabalho, que expande essa discussão, Tfouni (2008a) propõe, para pensarmos essas qualidades da língua, uma outra leitura de Saussure e de Jakobson – autores que serviram de base para propostas racionalistas da comunicação humana – levando em conta o que parece ter sido recalcado por essas propostas, haja vista: o Saussure dos anagramas e do Jakobson da poesia. É esta perspectiva sobre a língua como instrumento da comunicação humana (bem-sucedida) e como transmissão do pensamento – que não incluem a noção de inconsciente – que Tfouni (2008a) tece críticas, propondo uma releitura, ou seja, uma interpretação e ressignificação, de acordo com um outro paradigma, neste caso, o paradigma da análise do discurso e da psicanálise.

A autora busca ressaltar, com o que denomina de Saussure noturno, que através dos estudos sobre os anagramas, realizados pelo autor, podemos ver o deslizamento dos significantes, deixando evidente uma autonomia do significante sobre o significado. Lacan opera uma inversão no signo linguístico proposto por Saussure (2012), postulando que o significante tem primazia sobre o significado, além de instaurar uma barra entre eles, fazendo com que esse elo não seja mais unificante, mas sim uma cisão entre o significante e o sentido que a este advém a cada sujeito. Isto posto, o ideal da língua enquanto clara e transparente cai por terra, pois, como afirma a autora, o anagrama proporciona a ocasião de notarmos que algo escapa ao domínio do consciente, que é justamente o controle total do sentido, “controle este impossível de ser alcançado, devido à ocorrência constante de deslizamentos entre significante e significado, além de falhas, ranhuras, no intradiscurso, ou seja, a deriva do sentido” (Tfouni, 2008a, p.72).

Afora o trabalho de Saussure sobre os anagramas, Tfouni (2008a) tece considerações sobre Jakobson, e seus trabalhos sobre a poesia, mais precisamente, sobre o que o autor denomina de função poética da linguagem. Como levantado por Tfouni, essa função é uma dentre várias funções possíveis da linguagem, contudo, é dela que podemos extrair uma relação de intimidade com a língua. Voltaremos a isso de forma mais minuciosa adiante, porém, vale ressaltar, como discutido pela autora, que é nesse ponto da teoria de Jakobson que temos notícia sobre a deriva dentro dos estudos da linguagem.

Vejamos o que Tfouni (2008a, p. 73) discorre sobre a deriva a fim de fundamentar seu ponto de vista:

Ao construir a cadeia intradiscursiva, o sujeito depara-se - a cada “vazio” após a seleção de uma palavra - com um buraco de significação, que teoricamente pode ser preenchido por qualquer palavra que venha completar aquele arranjo. Obviamente, não existe uma liberdade completa de seleção, visto que o simbólico tem suas delimitações, e também porque a palavra que vai entrar ali já está comprometida com o contexto. Porém, o grau de liberdade é imenso. É nesses momentos que a deriva se instala como possibilidade. No momento seguinte, a deriva tanto pode instalar-se concretamente - criando um non-sense, ou a dispersão - quanto pode ser evitada, através da escolha da palavra “exata”. Dentre esses momentos bem-sucedidos, Jakobson chama a atenção para o aparecimento do inesperado no seio do esperado, fato que, segundo ele, que cita Põe em seu auxílio, provoca um sentimento humano de satisfação. Trata-se da ruptura da mensagem, ou do discurso ordinário – trata-se daquilo que Pêcheux (2002) mais tarde irá tratar como o advento do acontecimento na estrutura, e que Lacan (1998a) define como “(*a poesia é*) *aquilo que faz adormecer*” (no meu entendimento, Lacan refere-se aí ao fato de que na poesia não é a mensagem que importa, mas sim o jogo de significantes que produz o insólito: rimas, aliterações, ressonâncias, ritmo).

O enfrentamento da deriva envolve momentos bem e mal-sucedidos de controle do discurso, e presta-se especialmente para esta argumentação, visto que o sentido em deriva passa a ser considerado como parte do funcionamento geral da língua, fato que introduz as noções de equívoco e de mal-entendido no âmago da análise de um conjunto de enunciados (Tfouni, 2008 a).

Deste modo, aqueles dados, ou fatos linguístico-enunciativos, que são desprezados por serem tidos como residuais para as teorias da comunicação e da informação, assumem lugar de destaque na análise, pois é exatamente ali, onde o sujeito falha, que aparece sua verdade, ao contrário do que preconizam as teorias da informação. (Tfouni, 2008a, p.78)

Tal qual, Cavallari (2010) sustenta que o equívoco desvela a verdade do sujeito enunciator evidenciando o que foge ao seu controle, produzindo uma falha materializada na e pela língua, que não pode ser recoberta e tem como consequência a possibilidade da produção de sentidos outros – mesmo que sejam indesejáveis e denunciadores de uma posição discursiva em que seu dizer está inscrito – além de deixar às claras que a própria língua fala a

verdade do sujeito. A autora ainda afirma que a equivocidade suporta o duplo, o heterogêneo e tudo o que ultrapassa a vontade do sujeito que fala.

Também a psicanálise sustenta em sua perspectiva teórica este argumento, pois aquilo que “falha” e insiste em se mostrar à revelia do sujeito, é sempre do âmbito do inconsciente. De acordo com Lacan (1975/1986, p.302):

Na análise, a verdade surge pelo que é o representante mais manifesto da equivocação - o lapso, a ação a que se chama impropriamente falhada. Nossos atos falhados são atos que são bem-sucedidos, nossas palavras que tropeçam são palavras que confessam. Eles, elas revelam uma verdade de detrás.

Tfouni (2008a) propõe uma leitura que leve em conta a irrupção do inconsciente na fala do sujeito, sempre insistindo em se mostrar. De acordo com Lacan, “o inconsciente, a partir de Freud, é uma cadeia de significantes que em algum lugar [numa outra cena, escreve ele] se repete e insiste, para interferir nos cortes que lhe oferece o discurso efetivo e na cogitação a que ele dá forma” (1960/1998b, p. 813). Segue-se daí que o inconsciente está implicado em todo ato de enunciação.

Ora, considerar o inconsciente como fator significa aceitar que a comunicação humana se dá dentro de dois eixos: o do enunciado e da enunciação e que o sujeito do enunciado nem sempre coincide com o da enunciação. “O que se evidencia pelo fato de que todo significante do sujeito da enunciação pode faltar no enunciado” (Lacan, 1998b, p. 814), o que pode ser entendido da seguinte forma: ao trabalharmos com um enunciado (um recorte discursivo concreto), há sempre algo no nível do não dito em jogo (nível da enunciação, onde operam inconsciente e ideologia), que é aquilo que não está no enunciado, mas pode ser lido através de um trabalho criterioso do analista – seja do discurso ou do psicanalista em seu consultório.

Estes são conceitos chave tanto da AD quanto da psicanálise e devem ser explicados na sequência, para então retomarmos a discussão sobre a dispersão e o equívoco. Tfouni (2003, p.148) comentando a relação entre sujeito do enunciado e sujeito da enunciação afirma que:

Lacan (1998a), criticando o sujeito cartesiano do cogito, afirma que o sujeito pensa antes de ter certeza, e que o correlativo do sujeito é da ordem do Outro enganado. O autor analisa o clássico paradoxo do mentiroso (“Eu minto”) a partir de uma distinção entre

sujeito do enunciado e sujeito da enunciação. Diz o autor que, para a Psicanálise, “Eu minto”, não se constitui numa antinomia, visto que o “eu” do enunciado é diferente do “eu” da enunciação. Aquele que mente é de fato o sujeito da enunciação, e não o do enunciado. De uma visão psicanalítica, o sujeito da enunciação pretende dizer ao analista “Eu o engano”, visto que, para Lacan, toda enunciação fala do desejo de ser aceito pelo Outro e por ele ser amado. Assim, ao pretender enganar o analista, o sujeito é traído pelo inconsciente e se revela, avisando-o do engodo.

Relacionando essa questão, da relação entre enunciado e enunciação para a AD, Courtine (1999, pp.17-18) comenta que:

As concepções linguísticas de enunciação, herdeiras da tradição de uma linguística da fala, que tenta caracterizar as modalidades da presença do sujeito falante no discurso a partir da identificação de certas marcas. . . impedem, assim, que se pense a especificidade do discurso e a questão do assujeitamento, rebaixando-os a uma problemática instrumental da língua em uso.

Courtine (1999) enfatiza que aqueles que consideram o sujeito falante como origem do seu dizer, pleno e sem memória, serão lembrados – a partir das teses sobre a existência histórica e material das ideologias - que “há sempre já um discurso”, ou seja, que o “enunciável é exterior ao sujeito enunciador” (p.18).

O PC considera o sujeito como a origem de seu dizer, para a AD, bem como para a psicanálise, este é um engano fundamental deste discurso, pois se esquece da relação entre enunciado e enunciação, e principalmente da existência de uma memória do dizer (interdiscurso, enunciados) que servem de origem para todo e qualquer ato de enunciação.

Em diálogo com Courtine (1999) (conservando-se as diferenças teóricas) Bakhtin (Voloshinov) coloca que “no processo da relação social, todo signo ideológico, e, portanto, também o signo linguístico, vê-se marcado pelo horizonte social de uma época e de um grupo social determinados” (1929/1981, p.31). Pode-se encontrar aí, com modificações, aquilo que Courtine propõe denominar de interdiscurso ou domínio da memória, ou seja, a enunciação. Entende-se que todo signo é ideológico e, portanto, o signo linguístico está incluído dentro desta categoria. A respeito do signo ideológico Bakhtin (1981, pp.32-33) irá afirmar que:

O signo se torna a arena onde se desenvolve a luta de classes. Esta pluralência social do signo ideológico é um traço da maior importância. Na verdade, é este entrecruzamento dos índices de valor que torna o signo vivo e móvel, capaz de evoluir. O signo, se subtraído às tensões da luta social, se posto à margem da luta de classes, irá infalivelmente debilitar-se, degenerará em alegoria, tornar-se-á objeto de estudo dos filólogos e não será mais um instrumento racional e vivo para a sociedade.

Para o autor, em si mesmo, um instrumento não possui um sentido preciso, mas apenas uma função: desempenhar este ou aquele papel na produção. E ele desempenha essa função sem refletir ou representar alguma coisa. Todavia, um instrumento pode ser convertido em signo ideológico: é o caso, por exemplo, da foice e do martelo como emblema da União Soviética. “A foice e o martelo possuem, aqui, um sentido puramente ideológico. Todo instrumento de produção pode, da mesma forma, se revestir de um sentido ideológico. . . nem por isso o instrumento, assim tratado, torna-se ele próprio um signo” (Bakhtin, 1981, p. 32).

Levando essa questão do signo ideológico para o terreno do politicamente correto, pode-se afirmar que qualquer movimento intencional de modificação da língua, ou do uso dos signos, é impossível, uma vez que, isso significaria anular a história e a memória do dizer. É partindo deste conceito de signo ideológico que a AD irá formular sua teoria sobre a ideologia. Na AD se trabalha com os processos de constituição da linguagem e da ideologia e não com seus conteúdos (Orlandi, 1996a).

De acordo com Tfouni e Pantoni (2004), Pêcheux, partindo das contribuições do materialismo histórico no que diz respeito à superestrutura ideológica em sua ligação com o modo de produção e realizando um novo deslocamento, mostra o importante papel que a ideologia representa no processo de interdição dos sentidos. Propondo o conceito de condições de produção, ele mostra que o discurso é efeito de sentidos entre os interlocutores. Assim, como colocado pelas autoras, temos que o sujeito não está livre para escolher deliberadamente, numa determinada situação, o que falar, pois o seu dizer será afetado por este *já lá*, que Pêcheux denomina de interdiscurso. Esse *já lá* são sentidos que foram se construindo historicamente a partir da constelação das relações de poder, que podem ser assumidos ou não pelo sujeito, a depender das posições discursivas que este poderá ou não ocupar em função do funcionamento da ideologia (Tfouni & Pantoni, 2004).

É preciso, como propõe Pêcheux (1982, p.119) “aceitar todas essas questões como sérias, e não como folclóricas ou como ‘anexos da literatura’, o que significa não tratar a

língua como um mero *Meio*”, permitindo descrever esses processos, a partir de um campo de forças constitutivo destes, por meio dos jogos de linguagem, do trilhar metafórico dos sentidos e dos paradoxos de enunciação, que as discursividades trabalham na e contra os corpos de regras de cada língua.

Agora, retomando a discussão sobre a dispersão e o equívoco, como colocado por Tfouni (2008a), a deriva se constitui pela palavra que falta, e essa tem o mesmo grau de importância quanto a palavra que é enunciada, pois atesta a presença da alteridade. Dessa forma, a autora coloca que a deriva se constitui por momentos de controle da informação mal e bem-sucedidos, e deve ser entendida como parte do funcionamento da língua em conjunção com a língua, fato este que introduz o equívoco e o mal entendido dentro da análise, em decorrência disso, todos os fatos linguísticos que supostamente seriam evitados, por serem entendidos como residuais nas teorias da informação e da comunicação, são tomados, no panorama da AD em interface com a psicanálise, como destaque para a análise pois é aí que a verdade pode ser encontrada, já que:

Atribuir um sentido é trabalho do imaginário, da ideologia: fazer laço, estabelecer relações, ordenar, classificar, comparar, transformar este novo que perturba em algo sempre-já-lá: domesticar a instabilidade da “lalangue” através da “langue”, fixando, assim, por metáforas e metonímias, uma nova unidade transitória, que logo também se dissolverá sob o assédio incessante do real, do retorno do recalcado, daquilo que é impossível de se dizer enquanto tal. (Tfouni, 2008b, p.143)

Em outras palavras, o equívoco e a deriva, quando pensados à luz da análise do discurso e da psicanálise lacaniana evidenciam o real. Para a AD, a dispersão e a deriva - inerentes ao discurso - apontam para o equívoco na/da língua, já para psicanálise, é pelas formações do inconsciente que irrompem na fala do sujeito, produzindo uma “quebra” da mensagem supostamente coesa e clara que podemos pensar “a deriva [enquanto] a irrupção do real, visto que o real está na falta, e, pela deriva, outras possibilidades de significação irrompem, quebrando a unidade aparente, e instalando o não-UM” (Tfouni, 2008b, p.151).

Ademais, as noções de equívoco e deriva põem em xeque “a concepção tradicional que sustenta que ‘comunicar é informar, é tornar comum um pensamento’, ou que somente mensagens bem formadas (de acordo com as regras da língua) podem ser aceitas.” (Tfouni,

2008a, p.74). Pêcheux, o principal teórico da análise do discurso francesa, define o equívoco recorrendo ao conceito de deriva. Para ele,

Todo enunciado é intrinsecamente suscetível de tornar-se outro, diferente de si mesmo, se deslocar discursivamente de sentido para derivar para um outro (a não ser que a proibição da interpretação própria ao logicamente estável se exerça sobre ele explicitamente). Todo enunciado, toda sequência de enunciados é, pois, linguisticamente descritível como uma série (léxico sintaticamente determinada) de pontos de deriva possíveis, oferecendo lugar a interpretação. (Pêcheux, 1997, p. 53)

Lalíngua, lugar do equívoco

De acordo com Baldini (2012) lalíngua introduz o equívoco na língua, e nos provoca repensar o conceito de língua ou linguagem. Para o autor, lalíngua compreende aquilo que não se restringe ao que é entendido por comunicação ou diálogo. Dessa forma, temos que o equívoco se articula com a lalíngua. O equívoco, bem como a poesia, e as formações do inconsciente, atestam a existência do real da língua, pois apontam para algo que resiste ao sentido, para algo que escapa à língua, comprovando que esta é incompleta. Para Milner (1987) o equívoco é uma forma de refratar a univocidade, ou seja, é no equívoco que lalíngua se entremostra.

E de que se trata? Segundo Tfouni, Massolini e Bartijotto (2017) algo do real irrompe na cadeia de significantes, essa irrupção do real se dá na forma de equívoco, o que tem como efeito a possibilidade de um outro sentido, sempre. Para as autoras, o equívoco é a aparição, no simbólico, do real, e pode ser entendido como aquilo que faz furo nos ditos (simbólico), e rompe a consistência dos espaços já estabilizados logicamente.

Gadet e Pêcheux (2004) afirmam que o equívoco aparece como o ponto em que o impossível linguístico (o simbólico não recobre todo o real) alia-se a contradição da história, para os autores, a contradição é onde a língua atinge a história, sobremaneira, o equívoco irrompe afetando o real da história.

Ferreira (2005) afirma que o equívoco enquanto fato linguístico, não é meramente casual, mas sim constitutivo da língua e inerente ao sistema. Em decorrência disso, temos uma língua passível de falhas, por onde os sentidos podem deslizar, e ficar à deriva.

Em outras palavras, o equívoco, produto da deriva, aponta para o fato de que o sentido pode ser outro, que o enunciado e o acontecimento, pode suportar mais de uma interpretação, o que quer dizer que, no equívoco, o que se mostra é a existência de lalíngua, tendo como suporte a língua. É através do equívoco que podemos, na língua, nos deparar com a incompletude e com a presença de um real impossível de ser dito, ou totalmente recoberto. “O equívoco, manifesto nas artimanhas da língua, preserva, no interior da língua, uma relação com o impossível que impede sua articulação como um mero sistema lógico gramatical” (Baldini, 2012, p.9).

Como colocado por Tfouni et al. (2017, p.154):

O real se manifesta no equívoco e revela ao sujeito sua incompletude constitutiva, interditando a esse sujeito o fazer-UM com a língua; esse não fazer-UM relaciona-se diretamente com duas máximas lacanianas: “não há relação sexual” (pois o desejo nunca pode ser satisfeito, afinal o objeto do desejo é uma ilusão) e “não existe metalinguagem” (nada pode ser dito fora da linguagem, e tudo não se diz). Incompleto e sem conseguir fazer-UM, o sujeito continua a desejar um objeto ilusoriamente perdido e que é trazido a todo o momento no discurso.

Para Quinet (2009), lalíngua é aquilo que da língua materna é recebido pelo sujeito na forma de tormenta de significantes que se depositam para ele como material sonoro, ambíguo, equívoco e cheio de mal-entendidos, que suportam diversos sentidos ao mesmo tempo que o sem sentido, “lalíngua, portanto, produz como efeito a impossibilidade de fechamento da língua, pois permite o jogo incessante entre os significantes” (Baldini, 2012, p.7), além de portar em si, como vimos, o fora do sentido, o real.

Conforme Gorog (2019), todos encontram o real, seja ao chamarmos ele de lalíngua, traumático, ou não, a diferença consiste na resposta que cada um dá como explicação para esse encontro impossível. Para a psicanálise, essa resposta se constitui como sintoma, uma vez que o sintoma é o encontro com o impossível de dizer, e a partir disso cria-se uma ficção para dar conta de respondê-lo pelas vias imaginárias e simbólicas. Nesse sentido, nossa hipótese de que o PC se daria como um sintoma do mal-estar contemporâneo, é justificada pelo fato de o discurso politicamente correto negar o real que o causa, visando justificar os desencontros da linguagem por meio de adjetivos como correto e incorreto, ao invés de acolher em seu seio, o impossível de fazer um, como já mencionado.

A língua inatingível

Tendo em vista o trabalho traçado por Pêcheux (1997), no qual sustenta de maneira científica, através de explanações e exemplos, não há como negar a equivocidade da língua. O autor desbanca a ideia da existência de uma estabilidade lógica patente e em contrapartida elucida o iminente aparecimento do real que se choca com o racional. Com o autor, sabemos que é preciso levar sempre em conta as determinações históricas e ideológicas para cada acontecimento, discursivo.

Para Baldini e Ribeiro (2016), Pêcheux cerne o campo do real em 3: o real da história, da língua e do inconsciente. Para os autores, a partir da noção de *acontecimento*, Pêcheux avança em sua teoria, promovendo o fato de que o acontecimento não garante a inequivocidade dos sentidos, de que é possível que vários sentidos sejam atribuídos ao mesmo acontecimento, mesmo que em alguns casos o sentido tenha efeito de cola ao acontecimento. Tudo isso para trabalhar a ideia de controle e equívoco, uma vez que em suas pesquisas, o que o autor encontrou foi a impossibilidade de negar o equívoco na língua, e o acontecimento. Essas duas são variáveis não controláveis, é em relação a elas que não se tem o controle. Esse ponto diverge radicalmente das teorias clássicas do discurso, afirmam os autores.

Baldini e Zoppi-Fontana (2015) alegam que o percurso teórico de Michel Pêcheux constantemente faz referência ao pensamento lacaniano em relação ao seu objeto: o discurso. Além de Lacan, Pêcheux constitui seu trilhamento teórico a partir da leitura da obra de Marx, via Althusser, e pela leitura de Saussure.

Nesse sentido, sabemos que tanto inconsciente quanto história irrompem no discurso. É com Gadet que podemos pensar a irrupção da história e do inconsciente no interior da língua, saindo de uma oposição aparente entre psicanálise e história. Em “A língua inatingível: o discurso na história da linguística” (2004), o conceito de *lalíngua*, produz um verdadeiro deslocamento da compreensão de língua na AD de Pêcheux (Baldini & Ribeiro, 2016), vejamos.

De acordo com Gadet e Pêcheux (2004), o objeto da linguística baseia-se no fato de que existe língua e línguas. Para ilustrar essa divisão, os autores nos propõem pensar na

imagem de babel, mito que apresenta a divisão das línguas e que coincide com o começo do estado de direito, bem como das ciências e do prazer sexual. Este mito retrata o começo de um impossível retorno ao paraíso perdido – no caso babel em sua língua universal (todos compreendem e falam a mesma língua) – ao mesmo tempo que instala esta perda (a queda de Babel).

O mito de Babel comporta a suposição de que em um tempo pregresso, na existência de uma língua única e universal, teria havido também a possibilidade de comunicação clara. Porém, sua dissolução instaurou a obscuridade, tornando a língua falha e imperfeita.

Para Gadet e Pêcheux (2004), a linguística é a ciência dessa divisão, e em seu destino tem inscrito o desejo irrealizável de cura dessa ferida narcísica que foi aberta através do saber sobre essa divisão. Existe um ensurdecimento a respeito desta divisão que se mostra como um sintoma. Esse sintoma ilustra o real da língua, haja vista: que é impossível o retorno ao mito, de uma língua que fosse universal, livre de confusões entre os homens. Vale lembrar que para Lacan ([1960-1961] /1992b), o mito aparece como resposta possível para dar conta do real.

A torre de babel ilustra o nascimento desse conflito entre os homens que tem origem na e pela linguagem. A palavra babel em hebraico significa confusão. Durante a construção da torre de Babel, segundo o mito, Deus criou outros idiomas em detrimento daquele falado por todos, assim a origem dos conflitos causados pela linguagem pode ser identificada neste fato: não existe apenas uma língua, e a língua em si não pode ser universalizável. O estado mítico é a plenitude de quando todos se entendiam através de uma só língua. Eis o real da língua.

O discurso politicamente correto ignora a existência do real e seus efeitos, além de negar o equívoco, como vimos, e classifica os fatos e/ou palavras apenas como corretas ou incorretas, tendo como referência apenas seu postulado, e nisso, sustenta a existência da univocidade, ou seja, entende que a relação entre as palavras ou o discurso e as coisas ou fatos, é direta e transparente, servindo-se de apoio de teorias tradicionais da linguagem, e nesse movimento, não leva em conta todo o trabalho teórico tanto da AD quanto da psicanálise.

Devemos pensar no problema que concerne ao PC por outros ângulos, uma vez que a cada vez, as soluções que se buscam desembocam no mesmo fracasso. Podemos dizer que esse fracasso se evidencia tanto nas teorias clássicas da linguagem – que buscam saídas pensando em uma língua universal - quanto na proposta que visa erradicar os problemas

sociais através de uma linguagem neutra/politicamente correta, do politicamente correto. Sobre isso afirmam os autores:

As finalidades últimas da linguística, longe de visar a uma solução teórica, parecem manter uma relação estreita com o desejo político de terminar de uma vez por todas com os obstáculos que entravam a “comunicação” entre os homens. Do esperanto às línguas lógicas, os linguistas não param de procurar a nova língua universal capaz de reproduzir o milagre de uma Pentecostes científica: Babel reencontrada. (Gadet & Pêcheux, 2004, p. 21)

E por que existe um inatingível quando pensamos na possibilidade de uma língua sem equívocos/mal-entendidos? Para Gadet e Pêcheux (2004), a relação entre as palavras e as coisas, além de não ser natural, é resultado da pura arbitrariedade, sendo a língua um código que forma um sistema, produzindo um simbólico que se sobrepõe ao mundo exterior por consequência de atos humanos que produzem concessões tácitas de uso, bem como servem-se de um exercício legislativo.

O caráter arbitrário do signo, de acordo com Saussure (2012), o criador da linguística moderna, reside no fato de que a relação entre significante e significado não é unívoca, podendo haver desvios. É por isso que toda língua não pode ser dita por qualquer língua que seja. Segundo os autores, a dificuldade das línguas naturais provém do fato de que suas marcas sintáticas são essencialmente capazes de deslocamentos, transgressões, reorganizações

Para os autores, o real da língua inscreve-se nessa disjunção entre uma ordem própria à língua e uma ordem exterior, seja pela dominação ou conservação a se restabelecer ou inverter. Portanto, a língua é uma divisão, e as línguas são formas construídas, cada uma a sua maneira, a partir dessa divisão, sempre na tentativa vã, de apagar a mesma.

Esta pesquisa tem como objetivo não apenas apontar os problemas suscitados pela temática do politicamente correto – que como temos apresentado, são inúmeros – mas antes pensar em um esboço de solução que promova alívio para as tensões, mas que não recaia sobre o ideal mítico. O que se nota, em seus diversos avatares – e classificamos o PC enquanto um deles –, são as tentativas múltiplas de instauração de uma língua universal, que visaria remediar a confusão babélica.

Conforme Cavallari e Chiaretti (2016), o que diferencia a língua humana natural (marcada pelo deslocamento, transgressões e reorganizações) de uma língua marciana, que

consistiria em uma língua asséptica, e dócil, é a justamente sua condição de ser afetada pelo real, seja da história, seja do inconsciente, seja da língua. É esse caráter não transparente que possibilita, em última instância, que a língua seja capaz de política, afirmam as autoras.

Tfouni, Pereira e Monte-Serrat (2011) afirmam que o sentido transita entre o visível e o invisível, uma vez que, o sujeito discursivo é determinado pelo político de um lado, e pelo confronto com o real do outro, além de não ser dono de seu dizer, pois o recalque opera uma cisão radical entre significante e o significado.

De acordo com os autores, podemos ler na obra de Lacan, especificamente em seu seminário sobre “A carta roubada” (1955/1998), o valor político que o significante toma, em uma determinada posição, em uma relação. Seu valor político é atribuído de fora (aquele que o detém). Para os autores, os efeitos de sentido do significante, circulam dentro de relações interpessoais, as quais são marcadas por relações de poder que determinarão os sentidos.

Os autores ainda afirmam que o significante é um campo híbrido em que tanto o político quanto o acontecimento atuam. Logo, o que conta para que um determinado sentido venha a corresponder a um significante específico, depende de quem fala, pois, segundo Pêcheux (2014, p. 82), “a língua se traduz pelo fato de que todo processo discursivo se inscreve numa relação ideológica de classes”.

Para Tfouni et al. (2011), em uma perspectiva discursiva, o político produz embate entre as várias posições-sujeito, esse jogo político denuncia o real da luta de classes. Ou seja, podemos pensar que num conflito entre classes, ou no conflito entre politicamente correto versus incorreto, uma unificação nunca se dá, quer dizer, classes distintas (posições discursivas distintas) não formam um todo, haja vista a existência da diferença. Entendemos essa tensão, como resultante do mal-estar, que como colocado por Freud, resta sempre como insolúvel.

O discurso politicamente correto torna o mal-estar na civilização patente, produzindo, assim, uma contradição. O PC evidencia um incômodo ocasionado pelo embate de duas formações discursivas opostas. Há um conflito que sustenta esse movimento. Por um lado, aqueles que o defendem, e por outro, os que são fervorosamente contra. Aqueles que se intitulam politicamente corretos, buscam fazer regra o que no seu entender seria incorreto em frases, comportamentos, palavras, expressões etc. Já por outro lado, os que visam combater essa frente, são os que se sentem cerceados pelo postulado PC de que determinadas ações/expressões são “proibidas” e devem ser silenciadas.

Orlandi (1997b) faz formulações sobre o silêncio e o silenciamento. O primeiro, como proposto pela autora, é constitutivo e indica que para dizer alguma coisa é preciso não dizer outra coisa, uma vez que se apaga outros sentidos possíveis que não aquele que foi “escolhido”, operando uma inserção do dizer em uma região de sentido – vemos aí os limites do dizer. Já o segundo equivale ao que a autora nomeia como silêncio local, que é quando um sujeito é impedido pela censura que determina sobre o que pode ou não ser dito. O silenciamento produz um enfraquecimento de sentidos (uma vez que muitas “escolhas” ficam impedidas) e é entendido pela autora como política da palavra, já que a censura enquanto silêncio imposto, é imposto por um determinado grupo dominante, intervindo na formação de sentidos, impedindo a sociedade de trabalhar o movimento de identidade, bem como de elaborar sentidos histórica e ideologicamente constituídos.

Nossa posição, com relação ao PC, com base no que foi discutido acima, é que é impossível estabelecer uma língua neutra, pois é impossível livrar-se da incidência da ideologia e do inconsciente. A ação do politicamente correto procura violar a castração simbólica operada pela Lei do Pai, em que os falantes pagam um preço (castração) por estarem inseridos na linguagem e, portanto, na vida em sociedade. Consideramos que a censura promovida pelo PC, promove um silenciamento, pois proíbe o sujeito de circular por determinadas formações discursivas.

Em síntese, considera-se inatingível, impossível, uma língua sem equívoco (ambiguidade, mal-entendido), pois a relação entre as palavras e as coisas, além de não ser natural, é resultado da pura arbitrariedade, sendo a língua um código, um sistema que possui a sua ordem própria. O discurso politicamente correto, propõe uma tentativa de atingir o inatingível, como discutido acima, ao buscar instituir uma linguagem neutra, supõe a possibilidade de fazer UM da língua, não aceitando dentro da linguagem nada que lhe seja exterior.

Função poética e a língua

Para Milner (1987) a poesia é uma maneira de transcrever a língua. Para o autor a poesia trabalha exatamente com o ponto em que algo falta em se escrever. Dessa forma o poeta não fracassa diante do real, mas sim, reconhece no fracasso a ocasião para o fazer poético, trabalhando com a língua, escrevendo com impossível de escrever.

Monteiro (2012) afirma que podemos nos servir do fazer poético, como um recurso fértil para compreender a língua, para compreender que a língua não incide em uma privação da língua, mas antes, que sua existência caracteriza a língua como tensionada por algo que escapa ao uso comum do código linguístico.

Tfouni, Martha e Carreira (2014) tecem considerações importantes acerca da função poética em Jakobson, afirmando que essa função pode demonstrar o conceito de deriva e afirmam que o que Jakobson pode nos oferecer de mais valioso para os estudos da linguagem, é a inclusão, dentro da estrutura da linguagem daquilo que pode parecer “desvio da norma”.

Quais as consequências disso? Para as autoras, essa tomada de posição anula a possibilidade de uma comunicação puramente referencial, mas antes, “crê no pluralismo das situações comunicativas que se beneficiam da diferença, do diferente, das organizações inusitadas” (Tfouni et al., 2014, p.72). Além disso, as autoras frisam que a função poética evidencia a não univocidade lógica, e que existem muitos modos de dizer; que são variados e múltiplas as formações ideológicas, os discursos, as subjetividades e as sociedades.

Há algo que sempre escapa, seja do domínio consciente do poeta, seja do controle total de sentidos. O controle total é impossível, uma vez que a linguagem é um constante deslizamento entre significante e significado, e porta falhas, ranhuras: a deriva do sentido, que se caracteriza pela possibilidade de o sentido vir a ser outro (também qualidade da poesia) (Tfouni et al., 2014).

A função poética tem estreita relação com a língua já que a língua é o que escapa e desliza, é o que as autoras atestam, seguindo Jakobson (1960/1999) a respeito do aparecimento do inesperado no seio do esperado.

Como conclusão acerca dos efeitos possíveis de se incluir dentro da língua a noção de a língua (e seus efeitos como a deriva e o equívoco), Tfouni et al. (2014, p.93) afirmam que “as sociedades serão mais justas se aceitarem as misturas e as tensões em oposição ao separatismo de qualquer espécie”. Nesse sentido, o que o discurso PC faz, é produzir mais tensão, que resulta em mais mal-estar, criando uma batalha que visaria excluir a inscrição da castração – na busca impossível de uma sociedade sem mal-estar – mas que, com isso, produz mais conflito.

Com o trabalho acima citado, podemos perceber que a via mais produtiva seria incluir a diferença dentro do universo discursivo, para assim poder fazer algo mais produtivo com ela ao invés de negá-la, e pagar o preço de seu retorno voraz.

A poesia, em seu caráter contingente, não pode existir dentro de um discurso como o do politicamente correto. Pois o PC visa instalar uma língua dura, de madeira, em que os sentidos seriam previamente estabelecidos e estáveis, essa dureza não possibilita a maleabilidade da poesia, mas a exclui. “A consideração da contingência obriga uma visão de mundo não dualista, que se alicerça em combinações e relações e não apenas em esquemas classificatórios” (Toneto, 2011, p. 68). Para a autora, sem o equívoco e a contingência, a vida seria “monofônica, monotônica, moribunda” (p.74). Assim como propõe, um discurso, e um mundo politicamente correto/ neutro, em última consequência.

Capítulo V**ANÁLISE DE DADOS**

*Ah, esses moralistas...
Não há nada que empeste
mais do que um desinfetante!*

Mario Quintana (2005, p.286).

ANÁLISE DE DADOS

Referências ao politicamente correto não faltam para dar corpo ao *corpus*. Muitas, o leitor pôde encontrar ao longo do texto, outras, uma rápida busca em notícias nos maiores veículos de comunicação, e não faltarão exemplos. Polêmicas, protestos, ativismos, pautas, controvérsias e todo fim de ação, sejam elas tidas como positivas ou maléficas, agressivas ou pacíficas, sejam inúteis ou necessárias, veiculadas ao discurso politicamente correto, viralizam.

Como já mencionado, deve-se isso a duas razões, em primeiro lugar, à um aspecto pouco definido do que seria o politicamente correto, e como diversas ações são classificadas como tal, desde movimentos de todo tipo de ativismo a favor de minorias, até protestos onde são derrubados patrimônios históricos, por outro lado, pelo politicamente correto tensionar no social os campos discursivos produzindo mal-estar.

Sobretudo, nossa pesquisa propõe tomar o politicamente enquanto um discurso, e sendo um discurso, tal qual pensado por Foucault (1987) e Pêcheux (2014), este sempre remete a regras e práticas, construindo representações sobre determinados objetos e conceitos, definindo o que se pode dizer sobre estes, em um determinado momento histórico.

Enquanto discurso, o politicamente correto apropria-se de saberes, mesmo que equivocados, ou ignorados sobre a língua, e determina as maneiras sobre como uma sociedade pode se tornar mais igualitária a partir das mudanças que devem ser feitas na e pela linguagem. Como discurso, ele não é sem semelhança a discursos já existentes, enquanto uma prática, só pode se dar através e sob uma ideologia, e essa, por sua vez, só ocorre através de e para um sujeito (Pêcheux, 2014).

Propomos que, enquanto discurso, o politicamente correto opera como um sintoma do mal-estar contemporâneo, expondo a relação de alienação fundamental do sujeito em sua constituição como efeito de linguagem, além de revelar-se como arena ideológica para a luta de classes heterogêneas, como veremos, a partir do *corpus* escolhido.

Trata-se do debate envolvendo o escritor Monteiro Lobato (1882-1948) e sua obra colocada hoje em questão devido ao conteúdo definido pelo discurso PC como racista. Dentro desta discussão, que perpassa desde a pessoa de Monteiro Lobato, até o papel das escolas, e sua responsabilidade diante do racismo, chegando à cogitação da edição/alteração da obra,

onde os termos cotados racistas seriam trocados por aqueles considerados neutros e/ou amenos.

Entendemos que o *corpus* há de ser sempre um recorte dentro do vasto arquivo existente acerca do PC, tal escolha, dá a observar – por meio da análise, como o leitor poderá ver, a articulação singular entre língua e ideologia, e como neste caso, a ideologia opera, além de propiciar mal-estar pois, longe de se resolver, o problema iniciado em 2011, segue em avaliação pelo Supremo Tribunal Federal (STF).

Vale frisar que o discurso PC produz um dano colateral ao considerar tanto a linguagem quanto a língua como causadores das mazelas da sociedade. Acreditamos que, enquanto insistir em alienar-se de um mal-estar que advém de um outro campo, o politicamente correto continuará atuando da maneira como brilhantemente pontuou Mario Quintana (2005), como um desinfetante que não desinfeta, mas antes, empesta tudo onde é posto.

Servimo-nos da análise do discurso e da psicanálise como forma de resgatar o espanto, a indignação necessária, para fazer frente e levantar questionamentos sobre esses discursos já muito bem estabelecidos na contemporaneidade. Só assim poderemos estabelecer um pensamento crítico que sirva para resistir a esta realidade regulatória, e já muito difundida do politicamente correto.

O caso Monteiro Lobato

Antônio Gomes da Costa Neto, pesquisador em Políticas Públicas em Educação, Relações Étnico-Raciais da Universidade de Brasília, foi quem trouxe à baila, a partir de uma queixa dirigida à Ouvidoria da Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial (SEPPIR), que a obra “Caçadas de Pedrinho” (Lobato, 1939/2008) “veicularia preconceitos e estereótipos contra grupos étnico-raciais” (Junior, Nascimento & Eisenberg, 2013, p.71).

Em 30 de junho de 2010 a Câmara de Educação Básica do Conselho Nacional de Educação (CEB/CNE) acolheu a solicitação feita pela SPPIR a partir da denúncia de Antônio Neto, que, não só levantava em pauta as questões tidas como racistas, mas também colocava em questão a utilização da obra já citada pela Secretaria de Estado da Educação do Distrito Federal, bem como a mesma compor o acervo distribuído pelo Programa Nacional de

Biblioteca na Escola (PNBE), ou seja, trata-se de uma obra de grande alcance nacional, e a denúncia consistia em considerar todos estes aspectos atrelados ao seu conteúdo.

Em resposta, a CEB/CNE produziu dois pareceres, o primeiro em 1 de dezembro de 2010, e o segundo, com mínimas mudanças, apenas com algumas correções e incrementos teóricos para justificar as posições assumidas no primeiro parecer, em junho de 2011. De forma geral, o parecer feito por profissionais, trouxe algumas recomendações partindo de diretrizes internas do próprio MEC (ministério da educação e cultura que estabelece as diretrizes e critérios curriculares para a educação no país) a respeito das legislações relativas à educação das relações étnico-raciais.

Em suma, as medidas sugeridas foram três, que podem ser colocadas da seguinte forma: 1) considerou-se necessárias políticas públicas pelo Governo do Distrito Federal junto às instituições de ensino superior e de educação básica, a fim de formar professores capazes - segundo critérios pedagógicos – críticos as situações como a supracitada, qual seja: como lidar com obras clássicas presentes na biblioteca das escolas, que apresentem estereótipos raciais.

2) A coordenação geral de material didático do MEC deve responsabilizar-se a cumprir com o próprio critério que prima por avaliar e indicar à PNBE, livros com ausência de preconceitos, estereótipos, não selecionando obras clássicas ou contemporâneas com tal teor; 3) Na existência de obras selecionadas por especialistas que componham o acervo do PNBE, e apresentem preconceitos e estereótipos, a Coordenação-Geral de Material Didático e a Secretaria de Educação Básica do MEC deverão exigir da editora responsável pela publicação a inserção no texto de notas explicativas com a finalidade de esclarecer ao leitor sobre os estudos atuais e críticos que discutam a presença de estereótipos raciais na literatura.

Por fim, o parecer recomenda que a última ação deve ser aplicada à obra em questão (“Caçadas de Pedrinho”), bem como qualquer outra obra que se enquadre em situação semelhante, fazendo parte do acervo do PNBE.

Tão logo foi emitido, o parecer foi assunto em incontáveis matérias de jornais, e opiniões públicas, ganhando extrema notoriedade, e dividindo opiniões, causando controvérsia, embate, e calorosa discussão, estando em aberto ainda hoje (2021) pois a despeito das sugestões emitidas pelo parecer, uma solução para o caso tampouco se encontrou. Por falta de qualquer decisão das autoridades administrativas, o caso encontra-se junto ao STF desde 2011 por meio do mandado de segurança n. 30.952, havendo tentativa de

conciliação, pedido de liminar, pedido de reconsideração etc., neste ínterim, “se inseriu em concursos públicos, pesquisas científicas, discussões por intelectuais, imprensa, movimento social e dentro da Academia Brasileira de Letras (ABL)” (Costa Neto, 2015, p.16).

Entendemos que a situação referente à obra de Lobato entrou no campo do politicamente correto, e neste capítulo através de análise discursiva, tentaremos compreender o porquê. Para tanto, selecionamos alguns recortes a partir do material bruto que se apresentou *a priori*, como o arquivo que contornava a obra de Monteiro Lobato, e a questão acerca do racismo contido nela.

Notamos de antemão, que duas formações discursivas antagônicas, como teses e antíteses se formavam ao redor da questão: aqueles que defendiam a preservação da obra e do autor – muito em defesa da liberdade da livre expressão – e os críticos ao autor, consonantemente, favoráveis a um policiamento da linguagem. Observamos também, e este parece ser um traço presente e que promove o aumento das discussões PC, que elas estão muito vinculadas à mídia, e a desinformação, uma espécie de “meias verdades”, que atribuímos a uma maneira específica da ideologia atuar neste discurso.

Para Pêcheux (2014) a ideologia não é consciente, mas sim produto da relação que o sujeito estabelece entre língua e história a partir de sua necessidade conjunta, sendo a singularidade, antes, não um resultado da vontade do sujeito, mas o modo único como a ideologia o afeta.

Meias verdades pois, em nome de, seja a liberdade de expressão, ou a defesa das minorias e as práticas que regulam a linguagem como um meio para isso, ambos os lados dessa luta de classes, o que se revela é uma desintegração, uma exclusão das partes pelo todo – e é importante ressaltar que falamos aqui do todo não no sentido da coesão unificadora e uniformizadora, mas de uma sociedade que comporte enquanto todo, as diferenças de classes. Essa ignorância como recalcado, se mostra no seu próprio retorno, sendo o motor não para a mudança, mas antes, para a preservação dele.

O politicamente correto e o caso Monteiro Lobato

*. . ., mas se tantos homens em quem
supomos juízo são reclusos por dementes,
quem nos afirma que o alienado não é o alienista?*

(Machado de Assis, 1881, p. 59).

À primeira vista, as acusações acerca da obra de Monteiro Lobato, em nome de um discurso que se preze politicamente correto, a fim de resguardar as crianças, especialmente as negras, além de professores, pois estes não seriam capazes de lidar e orientar as crianças diante de uma situação tão absurda e constrangedora como a que contém nas obras do escritor, parece advir, segundo o que se afirma, de um lugar mantenedor da promoção da harmonia e bem-estar social.

Recorte 1:

O solicitante encaminha denúncia no sentido de se abster a Secretaria de Estado da Educação do Distrito Federal de utilizar livros, material didático ou qualquer outra forma de expressão que, *em tese*, contenham expressões de prática de racismo cultural, institucional ou individual na Educação Básica e na Educação Superior do Distrito Federal. (Parecer CEB/CNE nº 15/2010, p. 1) [grifo nosso]

O intuito, segundo o parecer emitido pelo CEB/CNE, é o de abster a Secretaria de Estado da Educação do Distrito Federal de utilizar material que carregue qualquer expressão de prática de racismo. Dentre essas expressões, o parecer cita as seguintes:

Pedrinho pediu à boneca que repetisse a sua conversa com os besouros espiões. Emília repetiu-a, terminando assim: — É guerra e das boas. Não vai escapar ninguém — nem Tia Anastácia, que tem carne preta. As onças estão preparando as goelas para devorar todos os bípedes do sítio, exceto os de pena. (Lobato, 2008)

Destacamos também, quando em questão o Recorte 1, a expressão “em tese”, esta expressão relativiza o afirmado no parecer, uma vez que uma tese precisa de evidências para ser afirmada como verdadeira. “Em tese” atesta como, quando em questão os sentidos de uma

obra, não é possível a universalidade de uma expressão por si só, ser considerada racista ou não; “em tese”, em última análise, é confirmar estar a partir de um pressuposto específico, de acordo ao que se supõe a princípio, pressuposto este, politicamente correto, que pretendemos mostrar como um equívoco.

Cada ato discursivo não pode ser considerado inocente, tampouco isento de efeitos profundos inconscientemente pré-determinados. Sendo todo discurso provido de politização e ideologia, o que significa afirmar que intrinsecamente, todo discurso é envolvido por intenções silenciadas, uma vez que a linguagem nunca é descompromissada, mas sempre um ato de significação sobre o mundo – mesmo que o sujeito pelo qual esta significação se apresenta, não a perceba (Santana & Leal, 2019).

Na leitura de Rajagopalan (2000), dentro da crítica ao politicamente correto, poderíamos encontrar dois grupos heterogêneos, ou, mais precisamente, grupos que a história produziu, e que se colocam diante do PC, de forma diversa, por razões distintas. Seriam eles, segundo o autor, os intelectuais progressistas, que veem o PC como uma mera maquiagem, incapaz, e ineficaz quanto a capacidade de chegar a uma mudança concreta na sociedade pelo meio que se propõe, e por outro lado, aqueles que se identificam com ideais conservadores, que em nome da liberdade de expressão, e resistência contra qualquer mudança que abale a estrutura social já estabelecida, se mostram intolerantes com toda e qualquer mudança proposta pelo PC, por serem pautas baseadas em críticas ao racismo, sexismo, machismo, homofobia, que são inexistentes para estes.

Oliveira e Maia (2021) afirmam que hoje podemos presenciar a cultura do politicamente incorreto, em defesa da liberdade de expressão, em nome da negação das diferenças. Segundo os autores, essa corrente provoca uma tensão nos sujeitos que precisam processar tais conflitos na esfera pública. Esta tensão constante, que demanda constantemente por assimilação, gera um mal-estar social, interferindo diretamente na maneira como cada um tende lidar com os desacordos.

Uma primeira leitura que não leve em conta o caráter ideológico e inconsciente que determina as formações discursivas e interpela o sujeito, é coerente com essa interpretação, que seria feita pelo PC, pois não leva em consideração a relação biunívoca entre significante e significado, entretanto, à segunda vista, ela pode ser tida como superficial, pois, como vamos mostrar, os discursos quando sob a perspectiva da análise do discurso e da psicanálise, podem trazer para a análise aspectos a princípio ignorados, e que possibilitam uma outra maneira de

compreensão. Para tanto, faremos uma pequena digressão para explicar alguns conceitos necessários para contribuir na análise que propomos aqui.

Em seguida, pensando na contribuição dos autores -pois tomamos suas colocações como coerentes - vamos analisar o discurso PC a partir da crítica que consiste em afirmar que ele é uma prática de censura, bem como na afirmação de que ele é uma mera “maquiagem” no que tange a problemática relativa à solução do preconceito e discriminação social.

O sujeito e a alienação

Tomar a psicanálise e o sujeito na esteira de Lacan é levar em conta os desdobramentos que a leitura da obra freudiana proposta pelo autor implica. Assim, “se a psicanálise deve se constituir como ciência do inconsciente, convém partir de que o inconsciente é estruturado como uma linguagem” (Lacan, 1964/2008, p.199).

Como já mencionamos, essa tomada de posição não é sem efeitos, um deles é pensar o sujeito e a estrutura do inconsciente produzidos pela linguagem. Além disso, a constituição do sujeito, e como é pensado pela psicanálise e pela AD é relevante para nossa análise, pois este fato está diretamente relacionado a dois pontos principais à crítica ao discurso PC, a alienação do sujeito, e como a ideologia opera nos discursos de forma inconsciente.

Isso porque, conforme nos indica Lacan,

Toda a ambiguidade do signo se prende ao fato de ele representar algo para alguém. Esse alguém pode ser muitas coisas, pode ser o universo inteiro, na medida em que nos ensinam, há algum tempo, que a informação circula por ele ao negativo da entropia. Todo nó em que se concentram signos, no que eles representam algo, pode ser tomado por qualquer um. O que é preciso acentuar, em contrário disto, é que um significante é o que representa um sujeito para um outro significante. O significante produzindo-se no campo do Outro faz surgir o sujeito de sua significação. (Lacan, 1964/2008, p.203)

Na aula “XVI – O sujeito e o outro (I): A alienação”, Lacan (1964/2008), esclarece uma confusão a respeito da submissão do sujeito à linguagem muito importante para esta discussão. Segundo Lacan, não devemos entender que o sujeito está condenado a só se ver

surgir desde o início no campo do Outro, uma vez que atrelamos a sua constituição ao Outro da linguagem, mas sim que, a alienação consiste no que Lacan designa como *vel*, lugar de reunião, entre o campo do ser, e do sentido. Em suas palavras:

A alienação consiste nesse *vel* que – se a palavra *condenado* não suscita objeções da parte de vocês, eu a retomo – condena o sujeito a só aparecer nessa divisão que venho, me parece, de articular suficientemente ao dizer que se ele aparece de um lado como sentido, produzido pelo significante, do outro ele aparece como *afânise*. (Lacan, 1964/2008, p.206)

Figura 3 – Reprodução dos Círculos em Reunião que representam a alienação do sujeito.

Fonte: Elaborado pela autora.

Lacan (1964/2008) ilustra este uso específico do *vel*, que ele vai chamar de *vel* do “ou” Trata-se de uma proposição lógica, que aparentemente simples, como toda lógica, mas não necessariamente. Para entender o ou em questão, Lacan precisa em que consiste a reunião. Na figura 3, vemos dois círculos, que podemos tomá-los cada um como dois conjuntos distintos. Suponhamos que em cada um tenhamos 5 objetos, somá-los, seria fazer dos dois, 10, entretanto reuni-los, levando em conta aqueles objetos que pertencem aos dois conjuntos, por exemplo, 2, reuni-los, não consistiria em reduplicar seu número, tomando a teoria dos conjuntos, nesta hipótese, a reunião consistiria em 8 objetos (Lacan, 1964/2008).

O *vel* da alienação se define por uma escolha cujas propriedades dependem do seguinte: que há, na reunião, um elemento que comporta que, qualquer que seja a escolha que se opere, há por consequência um *nem um, nem outro*. A escolha aí é apenas a de saber se a gente pretende guardar uma das partes, a outra desaparecendo em cada caso. (Lacan, 1964/2008, p.206)

Retomando a Figura 3, se o significante que se produz no campo do Outro faz surgir o sujeito de sua significação, conforme proposto por Lacan (1964/2008), o ser do sujeito, sob o sentido, só pode desembocar no desaparecimento do sujeito – Lacan localiza esse desaparecimento no lugar do não senso (fading/afânise). Por outro lado, quando priorizado o sentido (aqui podemos entender o sentido como as nomeações, os rótulos, as classificações, todas as formas de, na linguagem, tentar localizar, apreender, o sujeito, fixá-lo) este só pode se dar a custas de uma parte deste não senso, que é justamente, o que constitui a realização do sujeito, o inconsciente (Lacan, 1964/2008).

De certa maneira, o que o sujeito tem de mais próprio, é seu inconsciente, e seu caráter de não senso. Mas este *ou* alienante é efeito de linguagem, e, portanto, inescapável para o sujeito, por ser submetido ao significante. Contudo, não é o mesmo que dizer que, incontornável. Por ser submetido ao significante, o sujeito passa por duas operações que Lacan classifica de alienação e separação, sendo esta última um contorno possível à alienação.

Seria possível aqui, uma associação entre o discurso politicamente correto, e a noção de alienação em Lacan? Propomos essa aproximação, mas para tanto, é preciso ainda alguns outros elementos. Vejamos. Segundo Colette Soler, “o politicamente correto do qual se fala, com seu vocabulário correto, é sempre feito de um pensar correto equivalente ao não pensado” (Soler, 2013, p.35).

Quando falamos de um não pensado, tomando em conta o sujeito do inconsciente, este estaria sempre do lado da alienação, como uma reprodução de um discurso advindo do Outro, mas que não implica o sujeito em sua singularidade, na sua possibilidade de separação - operação possível em relação ao Outro, também proposto por Lacan (1964/2008).

Segundo a autora, podemos entender este discurso como uma reprodução que está a serviço da regulação, da mínima tensão. Soler afirma que a razão disso é de estrutura, alguns discursos, como o do politicamente correto, enquanto dispositivos de regulação “matam o pensamento” no sentido de regular condutas, se impondo contra o choque das singularidades. Mais uma vez, a obra de Freud (1921/2011), “Psicologia das massas e análise do eu”, aparece

quase como premonitória, pois, já em 1921, Freud havia percebido como tudo aquilo que ia em direção a coesão das massas, ia contra o pensamento individual: na massa, o sujeito estava inibido em sua singularidade, na sua condição de julgamento próprio, sendo possível apenas aderir às condutas regulatórias (Soler, 2013).

Recorrendo a figura 3, para ilustrar o funcionamento discursivo do politicamente correto, e seu caráter alienante, poderíamos propor que ele equivaleria ao lado azul dos círculos da reunião, em que o sujeito está anulado da sua parte de singularidade, sendo produto de um efeito discursivo que advém, “pronto” de fora. Neste caso, a produção do sentido fica muito fixa, presa, colada, como propõe o PC, com seus significados já estabelecidos de antemão, impossibilitando o deslizamento, a abertura, o trabalho do sujeito por algo de si, enquanto sujeito de sua significação, segundo Lacan.

Para entender melhor como o discurso opera sobre o sujeito, sem que ele perceba, atuando de maneira onde ele é posicionado, ao mesmo tempo que se posiciona em uma formação discursiva, vamos partir da afirmação de Althusser de que “a ideologia interpela os indivíduos como sujeitos” (Althusser, 1970, p. 131), e como Pêcheux (2014) a partir da AD explica a ideologia e sua função alienante.

A ideologia como alienação

O fato de que a língua seja indiferente a divisão de classes e a sua luta, não quer dizer que as classes sejam indiferentes à língua

Étienne Balibar (1966 citado por Michel Pêcheux, 2014, p. 82).

Segundo Pêcheux (2014), os processos discursivos se desenvolvem sobre um sistema linguístico, este sendo regido por leis internas determinadas por um conjunto de estruturas fonológicas, morfológicas e sintáticas, as quais constituem o objeto da linguística.

Os processos discursivos, no entanto, não podem, ou devem ser caracterizados como uma mera fala, quer dizer, uma forma individual de dizer, ou habitar a língua, pois, conforme afirma o autor, tais processos, sempre se inscrevem em uma relação ideológica de classes.

O sujeito ao ocupar uma posição discursiva não pode ser tido como indiferente ou neutro diante a ideologia, por duas razões que se realizam espontaneamente como relações no interior do que se constitui o pensável (Pêcheux, 2014), são elas, 1) a existência de uma exterioridade-anterioridade (há um pré - construído); 2) apoia-se sobre um “retorno do saber no pensamento” (Pêcheux, 2014, p. 114).

Podemos entender este pré - construído ao qual o autor se refere como outros discursos já disponíveis ali, latentes, operando as vezes de forma inconsciente, refere-se também a parte do pensamento impensado, mas que atua em todo ato discursivo, contribuindo para determinar as tomadas ou retomadas de posições discursivas, que preexistem ao próprio sujeito.

Como processo discursivo, entendemos o sistema de relações de substituição, paráfrases, sinonímias etc., que funcionam entre elementos linguísticos – significantes em uma formação discursiva (Pêcheux, 2014, p.148).

É neste sentido, que Pêcheux (2014) afirma serem sócio historicamente constituídos os domínios do pensamento, uma vez que é através destes processos supracitados, que produziram o sujeito, concomitantemente ao que a ele é dado a ver, compreender etc.

Parece que aqui ele está falando da constituição do sujeito, e do fato de ele estar na cultura, e que esta cultura se dá em um momento histórico, ou seja, os significantes do tesouro de significantes (o grande Outro, a linguagem) disponíveis, em um determinado momento, como diz Lacan (2008), não podem ser aleatórios, logo, o sentido, também não.

Contudo, essa significação não pode ser entendida da maneira tal qual prega o politicamente correto, por exemplo. Quando falamos de racismo, quando no caso Lobato, para entender as raízes desta questão, seria preciso voltar às bases da formação de todo um país.

Para o analista do discurso, o que está em jogo é a ordem do discurso, neste campo, a instância das intenções (o nível da formulação), segundo Orlandi (1996b), já está determinada ao nível da constituição do discurso onde posições são definidas por uma relação desigual e sobretudo contraditória, entre formações discursivas, ou seja: as intenções são o resultado de processos significativos aos quais o sujeito não tem acesso, pois tem caráter ideológico e inconsciente. Este caráter ideológico, como afirma a autora, já está definido antes do sujeito tomar a fala, não sendo afetado pela posição do sujeito, sua posição, esta sim, deriva desta ideologia.

Levar isso em conta, é levar em consideração que não apenas o discurso de Monteiro Lobato estava inserido em uma determinada formação discursiva, derivante de uma ideologia, mas que os discursos que circulam em torno de sua obra, também. Vemos uma confusão, na contemporaneidade, de classificar como ideológica ou ideologia, apenas discursos que claramente vinculam-se a temas que foram tomados no campo do político, mas tanto a psicanálise, quanto a análise do discurso nos lembram que essa distinção é impossível.

A língua não é só um código ou um instrumento de comunicação ideologicamente neutro. Nem apenas um sistema abstrato. Não há conteúdos ideológicos, há funcionamento, modo de produção de sentidos ideologicamente determinados. A língua funciona ideologicamente, e suas formas têm papel fundamental nesse funcionamento. Este funcionamento é parte da natureza da ligação da língua com o mundo [no caso, com a ordem social]. (Orlandi, 1996b, p. 30)

A análise de discurso procura levar em conta os efeitos do imaginário. Nessa perspectiva, no nível da formulação, o sujeito já tem sua posição determinada e ele está sob efeito da ilusão subjetiva, afetado pela vontade de verdade, pelas suas intenções, pelas evidências de sentido. (Orlandi, 1996b, p.32). E não confundamos vontade de verdade, com controle dos sentidos, pois o sujeito é incapaz de dizer o que gostaria de dizer pois está submetido ao esquecimento número 1 (Pêcheux, 2014)²⁶, o que significa que ele não controla aquilo que pretende dizer, tampouco pode dar conta dos efeitos que sua fala pode gerar naquele que a recebe.

Isso porque, “os fatos nunca ‘falam por si’, mas são sempre levados a falar por uma rede de mecanismos discursivos” (Zizek, 1996, p.17), o que torna, “em tese” impossível classificar de antemão, uma palavra ou expressão como politicamente incorreta/correta, a não ser, que se deseje, ou queira, mesmo que inconscientemente, deter uma posição de poder sobre outrem.

Recorte 3:

A Academia, na linha das suas convicções democráticas, rejeita qualquer tipo de censura. E entendeu a manifestação do conselho como uma forma de censura. (Academia Brasileira de Letras citado por Costa, 2012, n.p.)

²⁶ Já tratamos sobre os dois esquecimentos abordados por Pêcheux (2014), ver página 91.

Uma determinada maneira de se endereçar a uma determinada pessoa ou parcela da população, cai em desuso a partir do momento em que tal relação se modifica – isso é um processo natural da linguagem, pois ela é viva e tende a acompanhar a cultura, são as condições materiais de produção de sentidos que determinam antes, como um determinado autor será lido, e não o inverso.

Segundo Pêcheux (2014) é o que chamamos de caráter material do sentido das palavras e dos enunciados, que é mascarado por sua evidência de transparência para o sujeito. Contudo, embora a transparência seja tomada por evidente, tampouco ela é patente, pois o sentido de uma palavra ou expressão é considerado como um efeito, sendo a sua relação de transparência com a literalidade das palavras determinada por posições ideológicas em jogo (Pêcheux, 2014).

Neste caso, como responsabilizar categoricamente um livro, um escritor, um significante, como o pináculo da discriminação quando todo um país, está embebido em racismo? Não é possível fazer uma análise discursiva desses elementos sem travar contato com as condições de produção de sentidos no e pelo Brasil, ou seja, seu caráter sócio-histórico.

É de assinalar, como bem afirma Coetzee (2016), que a força da história possibilitou a hipótese de que o mundo da censura estaria desacreditado para sempre. Entretanto, para o autor, não se pode mais fazer este tipo de suposição, haja vista, a defesa de sanções legais e institucionais contra publicações e filmes, antes indesejáveis, e agora tidos como ofensivos; é o caso da discussão em questão.

Del mismo modo que hay una diferencia enorme entre las ideas subversivas y representaciones moralmente repugnantes (por no hablar de las expresiones blasfemas), en teoría debería existir una gran diferencia entre la censura ejercida para supervisar los medios de comunicación y la censura que vigila las artes. En la práctica, sin embargo, los censores que controlan los límites de la política y de la estética son los mismos. (Coetzee, 2016, n.p.)²⁷

²⁷ Da mesma forma como há uma grande diferença entre ideias subversivas e representações moralmente repugnantes, sem falar em blasfêmias repugnantes, em tese deveria haver uma diferença entre a censura que vigia os meios de comunicação e a que opera sobre as artes. Contudo, a censura que controla os limites políticos, bem como aquela sobre a estética, são os mesmos. [tradução nossa]

Não se pode separar a prática de censura, pois em tese a origem deste discurso é a mesma. Resquícios da censura no Brasil, herança de séculos de colonização, mas não somente. A ideia de apagamento do negro, dos traços distintivos de uma raça que compôs a brasilidade, a negritude, parece advir das mesmas distinções de branqueamento, de homogeneização, promovida por uma ideologia de um racismo classista.

É de extrema importância ressaltar que a censura exercida pelo discurso politicamente correto, em um primeiro nível é a censura sobre a linguagem, sobre as palavras, as obras, as produções e comunicações, mas quando analisamos mais profundamente, estamos falando de uma censura em níveis estruturais e subjetivos, que equivalem ao recalque, sobre aquilo que faz do sujeito, sujeito, e das sociedades, sociedades, ou seja, uma censura sobre a diferença, sobre a alteridade, sobre um discurso que não se presta a ser homogêneo e regularizado, por uma linguagem que é passível de equívocos e desvios, em outras palavras, por um real que não pode ser abarcado completamente pelo simbólico.

Recorte 4:

Como explicar para crianças de 6, 7, 8 ou 9 anos que Monteiro Lobato, este escritor infantil magnífico, com histórias que nos levam a viajar na imaginação por tempos e espaços tão distantes da nossa realidade, era ao mesmo tempo extremamente racista? Que tinha desprezo pelos negros, atribuindo-lhes inferioridade moral, o que fica claro no seu tratamento da Tia Nastácia? (Junior et al., 2013, pp. 98-99)

Este recorte é um exemplo acerca das discussões iniciadas nos capítulos III e IV. Aqui podemos ver a incapacidade de o discurso politicamente correto incorporar as adversidades, a ambiguidade, a diferença, o absurdo, o próprio furo no simbólico. Em nome de resguardar as crianças, a proposta oferecida é blindar-se contra todo o mal-estar, próprio ao laço social, excluindo, apagando, escondendo, censurando, o que se supõe inassimilável: o magnífico que é ao mesmo tempo inferior moralmente. Nesta lógica de raciocínio, as crianças, futuros adultos, só seriam capazes de lidar, ou compreender figuras, exemplos que sejam em sua totalidade, ou, exemplares ou desprezíveis.

Vemos que o politicamente correto se recusa a permitir que as crianças saibam que a fonte de nossos males e insucessos está na própria natureza humana. Segundo Foglietti (2013), o que mais preocupa nessa cruzada do politicamente correto é a manipulação e distorção da literatura infantil e sua função de ajudar as crianças a suportarem, minimamente, a complexidade da vida. “É um grande engano supor que, em nome de um ‘mundo melhor’,

seria possível retirar do mundo infantil o medo, o mal, a insegurança, a ambiguidade de sentimentos pela mesma pessoa, a angústia etc.” (Foglietti, 2013, n.p.).

Para Glozman (2020), a fim de compreender os conflitos e as vicissitudes do presente, devemos considerar a maneira pela qual as línguas têm sido significadas, sendo inócuo um debate político – quando o foco são as mudanças na linguagem – continuar ignorando as questões da tradição linguística.

Assim, olhar para a América Latina, em última instância, é considerar na análise do problema, a questão incontornável da historicidade, qual seja: o colonialismo e a colonialidade, dos combates que se travaram pela soberania em matéria linguística, em especial nos países americanos, tal qual afirma Glozman (2020). É levar em conta a tese de Pêcheux (1997) em “Estrutura ou Acontecimento”, como já mencionamos, e o caráter constitutivamente contraditório de uma língua, que pode ser diferente de si mesma, dependendo das diferentes localidades onde esta mesma língua é falada. Para tanto, precisamos ter no horizonte a noção de luta de classes, e em especial, a luta de classes no Brasil.

A luta de classes em questão: Brasil e o preconceito

Zizek (1996) afirma que turvas especulações – como as que concernem ao politicamente correto, diga-se de passagem – fazem com que se perca o que diz respeito às reais lutas sociais. Para explicar sua afirmação, o autor vai fazer considerações acerca da noção marxista de luta de classes, e de seus desdobramentos para a realidade social. Estas são contribuições extremamente necessárias para este trabalho, pois, como já levantado em outro momento, as disputas do politicamente correto, travam relação direta com esta noção. Vejamos.

Marx e Engels afirmam que:

A história de todas as sociedades até hoje existentes é a história das lutas de classes. Homem livre e escravo, patrício e plebeu, senhor feudal e servo, mestre de corporação e companheiro, em resumo, opressores e oprimidos, em constante oposição, têm vivido numa guerra ininterrupta, ora franca, ora disfarçada; uma guerra que terminou sempre ou por uma transformação revolucionária

da sociedade inteira, ou pela destruição das duas classes em conflito. (1848/2010, p. 40)

Zizek (1996) afirma que a luta de classes é um conceito que nomeia um antagonismo próprio às relações em sociedade, impedindo – sempre – a realidade social de se constituir como um todo fechado em si mesmo. Trata-se, segundo o autor, de um grande paradoxo, pois a única maneira de uma sociedade manter-se coesa, é através de seu próprio antagonismo, pela “própria cisão que impede permanentemente seu fechamento num Todo harmonioso, transparente e racional – justamente pelo empecilho que mina qualquer totalização racional” (p.27). É este desejo de homogeneização que está na base do discurso politicamente correto.

O autor ainda levanta um ponto de extrema importância, qual seja: a luta de classes não existe enquanto uma entidade positiva, mas funciona como ponto de referência que permite-nos situar qualquer fenômeno social, não por relacionar qualquer coisa ao seu sentido último, mas por concebê-lo, como outra tentativa, de ocultar, nas palavras do autor, “remendar” (Zizek, 1996, p.27) as brechas do antagonismo entre classes, por tentar apagar seus rastros.

Aqui encontramos outro fundamento que se relaciona diretamente ao mito do esperanto, já mencionado (ver pág. 101), das línguas de marte, como afirmam Pêcheux e Gadet (2004), e de um discurso politicamente correto, neutro, que toma a linguagem como transparente, e tenta regular, homogeneizar as práticas discursivas, a fim de que todos os falantes se “entendam”, ou, que escapem das falhas constitutivas tanto do sujeito, como da linguagem. O real neste caso, tem o efeito sobre os falantes de censurá-lo, hoje, sob o nome de politicamente correto.

A luta de classes não é nada mais do que o nome do limite imperscrutável que é impossível de objetivar, situado dentro da totalidade social, já que ela mesma é o limite que nos impede de conceber a sociedade como uma totalidade fechada. Ou para dizer de outra maneira, “luta de classes” designa o ponto em relação ao qual “não existe metalinguagem” na medida em que toda posição dentro do todo social é sobredeterminada, em última instância, pela luta de classes, não está excluído da dinâmica desta última nenhum lugar neutro de onde seja possível localizá-la dentro da totalidade social. (Zizek, 1996, p. 27)

Para Soler (2021), Marx pensou o capitalismo como uma variante de um discurso condicionado pela Revolução Francesa e pela ideologia dos direitos humanos. Segundo a autora, o par capitalista/proletário, bem onde antes havia o senhor e escravo - tal como descrito por Hegel - constrói um laço atualizado no corpo social. Esta renovação acarretava para Marx a noção de luta de classes, e o que esta implica como comunidade de interesses, tanto dos capitalistas, quanto dos proletários. À esta comunidade, acrescentam-se os valores: uma sociedade de classe, e um homem novo, o ideal do coletivismo.

Entendemos assim, que as condições materiais de produção, à época de Marx, produzidas pela maneira como a burguesia se instalou, pós-revolução industrial, determinou as relações sociais, tais relações produzem inevitavelmente a luta entre classes, mas também são uma forma de laço social, entretanto, a ideia de capital tal qual definida por Marx não condiz com o discurso capitalista moderno (Soler, 2021), que para Lacan, não produz laço algum.

Soler (2021) em nome da psicanálise, critica a ideia muito disseminada de trauma generalizado. Segundo a autora, o que vemos na contemporaneidade, é uma disseminação de sujeitos, que se dizem traumatizados, sempre vítimas do outro, incapazes de assimilar o mal-estar na cultura. Isso porque, para Soler, o que subjaz é uma concepção de sujeito que seria marionete da sorte, que devem ser indenizados dos traumas, que não são, nem constitutivos, sexuais, originários, mas antes, acidentes da história ao mesmo tempo coletiva e individual.

A esses traumatismos, que é preciso chamar de contingentes, ele [o discurso capitalista] acrescenta uma suposta vítima inocente, que cai sob o jugo do autômaton, com efeitos pós-traumáticos que o libera de toda implicação subjetiva, e à qual somente devem ser dispensados cuidados e reparação. (Soler, 2021, p. 23)

Lacan se opõe com veemência a essa tese, para ele, o discurso não tem culpa alguma, mas sim, o fato de ser falante, maldição que o discurso em si, modera (Soler, 2021). Segundo a crítica da autora, não poderíamos compreender o politicamente correto como um desdobramento desse efeito pós capitalista, que produz sujeitos sempre vítimas, sempre traumatizados, sempre com necessidades de reparação, e que o outro é o culpado, e não a própria constituição psíquica, determinada pela submissão a linguagem?

Vejamos mais uma vez o recorte 4 (ver pag. 122), no qual, é possível entender, como o discurso politicamente correto, antes de ser uma tentativa de acabar com o preconceito, é uma forma de escondê-lo. É o caso de entender a luta de classes como solúvel, e o mal-estar na cultura como transponível por uma simples troca de palavras, por exemplo, na simples intenção, não de resolução, mas como uma proposta, ou convite, a ignorar aquilo que é preciso antes, combater.

Conforme coloca Glozman (2020), existem duas questões importantes acerca desta discussão em termos discursivos para se analisar, quais sejam: 1) há uma questão de dependência/soberania, já levantada a respeito da materialidade sócio-histórica, que é relevante para compreender os discursos presentes. Souza (2019) enfatiza como a europeização no Brasil, produziu o efeito de correção linguística e intelectual na subjetivação do cidadão como parte de uma construção de distinção e imaginário de classes.

De acordo com o antropólogo, com a entrada dos imigrantes juntamente com a vinda do campo para a cidade, a ideologia dominante adveio da cultura da modernização e suas consequências sociais (advinda da Europa/ Inglaterra principalmente). Essa determinação histórica é muito mais prevalente em termos de racismo culturalista no Brasil. É prevalente no discurso do racismo culturalista, segundo o qual a cor da pele é secundária em relação à determinação da classe social, ou seja, os negros, não são relegados aos trabalhos das classes mais exploradas porque são negros, mas sim porque são pobres, esse discurso é um sofisma porque inverte a relação causa-consequência: coloca como causa a pobreza e como consequência a cor da pele.

Vemos em Ribeiro (2015), uma explicação que dá conta da construção deste mesmo sentido, segundo o autor, o processo civilizatório no Brasil e suas consequentes formações socioculturais resultam de contingências únicas, que não podem ser explicadas por teorias universais.

A história da desigualdade brasileira e sua causalidade revela uma luta de classes extremamente singular, resultado da mestiçagem, de um modelo de estruturação societária que inaugura uma organização fundada num tipo renovado de escravismo e servidão continuada (Ribeiro, 2015).

Sobre esse aspecto, é importante ressaltar a questão do sentido do racismo no Brasil, e sua associação à cor da pele, isso tudo, pois, em algumas passagens da obra de Lobato, a mera atribuição de Nastácia, como negra, foi classificada como racista.

Recorte 5:

Em Caçadas, Lobato refere-se à Nastácia frequentemente de maneira pejorativa e desmoralizante, como, por exemplo: “resmungou a preta, pendurando o beijo”; “dizia a preta”; “tornou a preta”; “a pobre preta”; ou quando a descreve assustada, “de olhos arregalados do tamanho de xícaras de chá”. (Junior, Nascimento & Eisenberg, 2015, p. 104)

Contudo, é importante reportar que, o fato de alguém ser chamado, ou intitular-se negro, ou preto não pode ser considerado racista ou preconceituoso/pejorativo, pois, em termos de AD, é preciso levar em consideração as condições de produção “o contexto imediato e o sócio-histórico” (Pêcheux, 2014, 167).

Vejamos a seguir, um exemplo, em que se pode observar como uma mesma expressão pode ganhar conotações opostas a partir do uso que faz delas. Vemos que além do termo mulato, destacado pela cartilha do politicamente correto, observamos que neste mesmo recorte, aparece entre aspas a palavra *tropicais*, caracterizando o mulato, como aquele sujeito sedutor, lascivo, sonso, cheio de artimanhas etc. Na música apresentada na sequência, intitulada Tropicália (1969), vemos, o cantor, Caetano Veloso, igualmente tratar as características da miscigenação da sociedade brasileira, entretanto, de uma maneira absolutamente diversa.

A canção, funciona quase como um hino, relacionado a toda a diversidade do Brasil em suas características absolutamente heterogêneas, mas nem por isso indesejáveis, mas sim, as toma como monumento, símbolo de orgulho.

Mulato – Filho de mãe branca e pai negro, ou vice-versa. Mestiço de branco, negro ou indígena, de cor parda. Originariamente, na língua espanhola, a palavra se referia ao filhote macho do cruzamento de cavalo com jumenta ou de jumento com égua, daí a sua carga pejorativa. Transposto para o português já com o sentido de mestiço, o termo serviu à ideologia do branqueamento da raça negra e entrou no imaginário popular, pela literatura nativista, para designar a pessoa sedutora, lasciva, inzoneira, sonsa, cheia de artimanhas ditas “tropicais”, um outro estereótipo. (Cartilha do politicamente correto & Direitos Humanos, 2004, n.p.)

Sobre a cabeça os aviões
Sob os meus pés, os caminhões

Aponta contra os chapadões, meu nariz

Eu organizo o movimento
Eu oriento o carnaval
Eu inauguro o monumento
No planalto central do país

Viva a bossa, sa, sa
Viva a palhoça, ça, ça, ça, ça

O monumento é de papel crepom e prata
Os olhos verdes da *mulata*
A cabeleira esconde atrás da verde mata
O luar do sertão
O monumento não tem porta
A entrada é uma rua antiga,
Estreita e torta
E no joelho uma criança sorridente,
Feia e morta,
Estende a mão

Viva a mata, ta, ta
Viva a mulata, ta, ta, ta, ta

No pátio interno há uma piscina
Com água azul de Amaralina
Coqueiro, brisa e fala nordestina
E faróis
Na mão direita tem uma roseira
Autenticando eterna primavera
E no jardim os urubus passeiam
A tarde inteira entre os girassóis

Viva Maria, ia, ia
Viva a Bahia, ia, ia, ia, ia

No pulso esquerdo o bang-bang
Em suas veias corre muito pouco sangue
Mas seu coração
Balança a um samba de tamborim
Emite acordes dissonantes
Pelos cinco mil alto-falantes
Senhoras e senhores
Ele põe os olhos grandes sobre mim

Viva Iracema, ma, ma
Viva Ipanema, ma, ma, ma, ma

Domingo é o fino-da-bossa
Segunda-feira está na fossa
Terça-feira vai à roça
Porém, o monumento
É bem moderno
Não disse nada do modelo
Do meu terno

Que tudo mais vá pro o inferno, meu bem
 Que tudo mais vá pro inferno, meu bem

Viva a banda, da, da
 Carmen Miranda, da, da, da, da. (Caetano Veloso, 1968) [grifo nosso].

Retomando o recorte 5 (ver pag. 126-127), vemos ali algumas maneiras de se endereçar a Nastácia, que fazem algum tipo de zombaria a ela, juntamente com atribuição a seus traços físicos, em outros como, “dizia a preta”, é quase impossível, sem analisar toda a obra, todo o contexto, afirmar que o simples fato de ela ser chamada de preta, consistir em ato pejorativo e racista. Em certa medida, o próprio politicamente correto, se mostra como um discurso repleto de preconceito, pois ele entende que ser preto, por exemplo, é algo indigno de nota, que deve ficar silenciado.

Segundo Schwarcz e Starling (2018), no Brasil, quase sempre quem enriquece, na mesma medida embranquece. Segundo as autoras, a marca forte e renitente, herança da escravidão condiciona a cultura brasileira na medida em que nossa nação se define a partir de uma linguagem pautada em cores sociais. Por se tratar de uma barreira porosa entre os brasileiros, trata-se antes de uma característica social, e não biológica, muito em parte possibilitada pela grande miscigenação da qual o Brasil se constituiu.

Isso é evidenciado por Ribeiro (2015) e Souza (2019). O primeiro traz um exemplo interessante, retirado de Koster (1942 citado por Ribeiro 2015, p. 170) “um estrangeiro, estranhando ver um mulato no alto posto de capitão-mor, ouviu a seguinte explicação: sim, ele foi mestiço, mas como capitão-mor não pode deixar de ser branco”.

Segundo Souza (2019) o racismo fenotípico, este inclusive muito defendido pelo discurso politicamente correto (aquele que ofende e discrimina segundo a cor), não é o racismo que vigora no Brasil. Coincidentemente, como país mestiço, a porcentagem brasileira que é, ao mesmo tempo negra e pobre, é muito maior, o que faz relacionar a negritude a pobreza, e, portanto, o racismo a negritude. De todo modo, não se pode generalizar questões raciais como universais, pois racismo não é a mesma coisa em todos os lugares.

Alusões ao negro, ao denegrir (tornar negro com o sentido pejorativo), como sugere a cartilha do politicamente correto inclusive, são altamente equivocadas. Sobretudo, não seria fruto da ideologia de branqueamento (efeito da constituição civilizatória do Brasil, como vimos) também o discurso politicamente correto, onde os traços distintivos da negritude, não podem estar contidos em um livro, por exemplo, como é caso da obra de Lobato?

Além disso, retomemos o segundo ponto levantado por Glozman (2020), 2) para a autora, outro caráter relevante, é analisar através da materialidade das formas linguísticas, as práticas metalinguísticas (discursos sobre discursos).

O discurso politicamente correto, em última análise, é um discurso que visa tomar a linguagem como objeto de reflexão, intervenção, prescrição, promoção, defesa, etcetera. Tais discursos se organizam em formações normativas, com finalidade moralizante de expressões, além de estigmatizar frases e diferenciar pedagogicamente setores sociais a partir de suas formas de dizer (Glozman, 2020).

Isto posto, entendemos que a linguagem em si não pode ser considerada racista, ou politicamente incorreta em sua estrutura, como bem quer o discurso PC, mas apenas em seus usos, e estes não dependem das palavras que serão ou não escolhidas, mas sim por processos muito mais complexos, como explicamos brevemente.

O politicamente correto consiste em um discurso cheio de meias verdades, como propomos, pois, traz em si argumentos à base de suposições que ignoram preceitos linguísticos e discursivos, como a noção de sujeitos autônomos, e a ideia de biunivocidade do signo. Além disso, como demonstram alguns dos recortes trazidos a análise, a uma substituição de uma parte pelo todo, que impossibilita uma compreensão verídica sobre a formação e disseminação do sentido, sendo possível assim, taxar determinadas palavras como politicamente incorretas, ou, como no caso da obra de Monteiro Lobato, de racistas.

Tais efeitos, quando pensamos nas proposições de Freud acerca do mal-estar na sociedade, bem como do caráter traumático irreduzível ao ser falante, proposto por Lacan, podem ser vistos como mais uma forma sintomática de rechaçar o real, ou, quando retomamos a ideia de luta de classes, de tentar ignorar a impossível conciliação entre classes heterogêneas que jamais farão unidade, a não ser pelo conjunto de opostos que necessitam um do outro como condição de existência.

Negar essa realidade é uma espécie de pior da nossa contemporaneidade, pois nesse jogo sem fim, o que é anulado é o sujeito do inconsciente e sua singularidade.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A nostalgia do Paraíso é o desejo do homem de não ser homem

Milan Kundera (2017, p.316).

Segundo Milner (2006), o laço social depende de uma suposição mínima daqueles que o compartilham, autorizando aos sujeitos sustentar seus agrupamentos. Esta suposição apoia-se na premissa de que tudo que é da ordem do narrável, seja a história, o ser, o mundo, as raças, os mitos, conferem uma consistência dizível, e que esta consistência, uma vez definida pelo laço social, se trata d'A verdade, podendo ser considerada estática e não apenas uma crença comum e compartilhável.

Entretanto, conforme afirma o autor, a única atribuição imutável que podemos dar palavra, qualquer que ela seja, é em relação a suas propriedades enquanto tais, imutáveis apenas no que tange suas funções, e como tentamos demonstrar neste trabalho, tal função é a de que, no que toca seu sentido, nunca podemos atribuir a uma palavra uma significação última, que não virá a ser questionada, revisitada, subvertida, alterada. Sendo as palavras e os sentidos que lhe são socio-historicamente atribuídos, sempre mutáveis.

Dessa forma, um livro considerado racista, em um determinado momento, por mais que em um contexto específico o seja, está fadado a se tornar datado em sua classificação, pois a única consistência dizível que a propriedade da língua nos assegura é esta: o caráter de laço, proveniente da cultura, intermédio dos discursos é volátil. Assim, o que hoje pode significar x, amanhã será y. Neste sentido, a relação das obras e produções artísticas, tomadas em um viés cultural marcado por uma determinação temporal, é bastante grave, pois é condenar, em certa medida, algo que pode e deve ser perene, levando em conta única e exclusivamente os ideais de uma época.

Não se trata de ignorar, ou rechaçar as discussões, as pautas relativas aos problemas e assimetrias sociais, entretanto, tampouco as saídas serão através de práticas que repetem a exclusão, ou, anulam todo um trabalho autoral – também patrimônio cultural, retrato histórico de uma sociedade.

Nas palavras de Darcy Ribeiro,

Faltou sempre, e falta ainda, clamorosamente, uma clara compreensão da história vivida, como necessária nas circunstâncias em que ocorreu, e um claro projeto alternativo de ordenação social, lucidamente formulado, que seja apoiado e adotado como seu pelas grandes maiorias. (Ribeiro, 2015, p. 22)

Além disso, como afirmam Minoldo e Balian (2018), é irrelevante doer-se, e atrapalhar, seja a fala, ou a linguagem, para tê-la como correta, bem como abandonar a leitura de um determinado texto, seja ele incorreto, do ponto de vista da linguagem, do ponto de vista político, ou qualquer outro que seja, pois, a verdadeira luta deve se concentrar na transformação do “mundo real”.

Dessa forma, segundo os autores, modificar a linguagem por força é uma questão de correção política que desvia o foco, além de mascarar os problemas centrais, relativos às questões, seja de gênero, seja de preconceito, seja das diversas pautas relativas a violências e discriminações cotidianas.

É preciso manter no cerne da discussão, o que parece, muito convenientemente, se ter esquecido, de que, apoiar ou rejeitar determinadas maneiras de endereçamento ao outro, que visam reivindicar direitos há muito injustamente negados, é uma decisão política, não linguística (Minoldo, & Balian, 2018) e que a tentativa de apagar/ trocar/ criar palavras, como propõe o discurso politicamente correto, não encontrará na linguagem, sua redenção, mas sendo antes, seu lugar de disputa.

Devemos retomar, a fim de concluir, outro ponto mais. As práticas onde se inserem as tentativas dúbias de solução politicamente corretas, encontram seu lugar justamente no ponto onde, tanto no que diz respeito ao sujeito, quanto no que tange a incompletude da linguagem, o todo não ocorre, ou, o correto, aquilo que iria convergir na harmonia, na paz, na homogeneização de uma pátria extremamente mestiça.

Considero anedótica a essas práticas politicamente corretas, o conto de Machado de Assis, “O Alienista” (1881). De forma breve, podemos dizer que se trata de um médico higienista, que, a fim de livrar toda uma vila da insanidade, começa a colocar em um sanatório aqueles que considera com algum desequilíbrio. Por fim, vê toda uma cidade dentro dos muros da instituição, concluindo que não seria possível todos estarem doentes. Com certa surpresa, articula o seguinte:

Mas deveras estariam eles doidos, e foram curados por mim, - ou o que pareceu cura, não foi mais do que a descoberta do perfeito desequilíbrio do cérebro? Eis o resultado que chegou: os cérebros bem-organizados. . . eram tão desequilibrados como os outros. . . uma e outra coisa existiam no estado latente, mas existiam (Machado de Assis, 1881, p. 79).

Talvez a saída esteja mais próxima de nós do que o suposto, resta-nos compreender que, uma coisa e outra existem em conjunto, sendo impossível dividir o mundo entre loucos e não loucos, corretos e incorretos, mas sim, por um mundo que suporte o sujeito, e o discurso, em seu perfeito desequilíbrio.

REFERÊNCIAS²⁸

- Agamben, G. (2009). O que é o contemporâneo? In: *O que é o contemporâneo? e outros ensaios*. (V. N. Honesco, trad., pp. 56-73.). Chapecó, SC: Argos.
- Althusser, L. (1970). Ideologia e Aparelhos ideológicos de estado (notas para uma investigação). In: Zizek, S. (Org.) (1996). *Um mapa da ideologia*. (V. Ribeiro, trad., pp. 131-142) Rio de Janeiro, RJ: Contraponto.
- Bakhtin, M. (Voloshinov) (1981). *Marxismo e filosofia da linguagem* (2a ed.). (M. Lahud, & Y. Vieira, trans.). São Paulo, SP: Hucitec. (Trabalho original publicado em 1929).
- Baldini, L. (2012). Lalíngua inatingível. In: Mariani, B.; Romão, L. M. S.; & Medeiros, V. (Orgs.). *Dois campos em (des)enlaces: discursos em Pêcheux e Lacan*. Rio de Janeiro, RJ: 7Letras.
- Baldini, L.J.S. & Ribeiro, T. M. (2016, julho-dezembro). O que é a língua se a psicanálise e o materialismo histórico existem? *Línguas e Instrumentos Linguísticos*. 38, 161-187.
- Bauman, Z. (1998). *O mal-estar na pós-modernidade* (M. Gama & C., trans.) Rio de Janeiro, RJ: Zahar. (Trabalho original publicado em 1929).
- Birman, J. (2017). Sobre o mal-estar, na modernidade e na brasilidade. In: Birman, J. *Arquivos do mal-estar e da resistência* (2a ed., M. Gama & C. Gama, trans., pp.59-78.). Rio de Janeiro, RJ: Civilização Brasileira.
- Birman, J. (2020). *Mal-estar na atualidade: a psicanálise e as novas formas de subjetivação*. (15a ed.) Rio de Janeiro, RJ: Civilização Brasileira. (Trabalho original publicado em 1999).
- Bizzocchi, A. & Severo, C. G. (2020, 20 de novembro). Linguistas discutem a neutralização do gênero gramatical. (Por Giuliana de Toledo). *Época Digital*. Recuperado de: [Linguistas discutem a neutralização do gênero gramatical - Época \(globo.com\)](https://www.epoca.com.br/linguistas-discutem-a-neutralizacao-do-genero-gramatical-1.1078888)
- Bloom, H. (2013). *A anatomia da influência: literatura como modo de vida*. (I. Korytowski & R. Telles, trans.). Rio de Janeiro, RJ: Objetiva.
- Borges, L. C. (1996, julho-dezembro). A busca do inencontrável: uma missão politicamente (in)correta. *Cad. Est. Ling.*, 31, 109-125.
- Borges, J.L. (2007). *Ficções*. (D. Arrigucci Jr., trad.). São Paulo, SP: Companhia das Letras. (Trabalho original publicado em 1941).
- Bradbury, R. (2007). *Fahrenheit 451*. (C. Knipel, trad.) São Paulo, SP: Globo. (Trabalho original publicado em 1953).
- Brenman, I. (2012). *A condenação de Emília: o politicamente correto na literatura infantil*. Belo Horizonte, BH: Aletria.
- Brenman, I., & Pondé, L.F.P. (2019). *Quem tem medo do lobo mau? o impacto do politicamente correto na formação das crianças*. (coleção Papyrus Debates). Campinas, SP: Papyrus 7 Mares.

²⁸ De acordo com o estilo APA (American Psychological Association).

- Britto, L. (2004). Língua e ideologia: A reprodução do preconceito. In: Bagno, M. (Org.) *Linguística da norma*. (2 ed., pp. 135-154) São Paulo, SP: Loyola.
- Brunetto, A. (2013). *Sobre amores e exílios: na fronteira da psicanálise com a literatura*. São Paulo, SP: Escuta.
- Buarque, C. (1976). *O que será? (à flor da terra)*. Chico Buarque (Autor). Chico Buarque e Milton Nascimento (intérpretes) Álbum Meus caros amigos: Phonogram/Philips.
- Buarque, C. & Gil, G. (1978). *Cálice*. Álbum Chico Buarque (LP, lado A, track 2). Polygram/Philips. (Trabalho original publicado em 1973).
- Cabrera, M. R. D. (2012). *A questão do politicamente correto em temáticas relativas à homossexualidade e seus reflexos na representação da informação*. (Dissertação de Mestrado, em Ciência da Informação, Universidade Estadual Paulista). Recuperado de: <https://acervodigital.unesp.br>
- Calvino, I. (1983). Mundo escrito e mundo não escrito. In: Cavino, I. (2015). *Mundo escrito e mundo não escrito: Artigos, conferências e entrevistas*. (Org. M. Berenghi, M. Santana, trad., pp. 105-114). São Paulo, SP: Companhia das Letras.
- Calvino, I. (1984). Por que vocês escrevem? In: Cavino, I. (2015). *Mundo escrito e mundo não escrito: Artigos, conferências e entrevistas*. (Org. M. Berenghi, M. Santana, trad., pp. 129-132). São Paulo, SP: Companhia das Letras.
- Campello, F. (2018, 15 de junho). Caso Fabiana Cozza expõe tensão entre liberdade na arte e disputa por espaço. [versão digitalizada]. *Folha de S. Paulo*, São Paulo, SP: Brasil. Recuperado de: <https://www1.folha.uol.com.br/ilustrissima/2018/06/caso-fabiana-cozza-expoe-tensao-entre-liberdade-na-arte-e-disputa-por-espaco.shtml>
- Carreira, A.F. (2011). A panela rachada: autoria, sujeito e heterogeneidade. In: Tfouni, L.; Monte-Serrat, D.; & Chiaretti, P. (Orgs., pp. 217-236). *A análise do discurso e suas interfaces*. São Carlos, SP: Pedro & João Editores.
- Carreira, A. F. (2015). Enquanto houver real. *Psicanálise & Barroco*. 13(1), 154-168. DOI: <https://doi.org/10.9789/1679-9887.2015.v13i1.%25p>
- Cavallari, J.S. (2010). *O equívoco no discurso da inclusão: o funcionamento do conceito de diferença no depoimento de agentes educacionais*. RBLA, 10(3), 667-680.
- Cervantes, M. de. (2002). *O engenhoso Fidalgo Dom Quixote de La Mancha*. São Paulo, SP: Editora 34. (Trabalho original publicado em 1605).
- Charaudeau, P., & Maingueneau, D. (2004). *Dicionário de análise do discurso*. (F. Komesu, trad.). São Paulo, SP: Contexto.
- Coetzee, J. M. (2016). *Contra la censura: ensayos sobre la pasión por silenciar*. (ed. espanhol, versão Kindle). Barcelona: Debate.
- Collischonn, G., & Schwindt, L. C. (2015, 12 dezembro). Porque a distinção entre gênero social e gramatical na língua portuguesa é necessária ao idioma. *Gauchazh*, Porto Alegre, RS. Recuperado de: <https://gauchazh.clicrbs.com.br/porto-alegre/noticia/2015/12/por-que-a-distincao-entre-genero-social-e-gramatical-na-lingua-portuguesa-e-necessaria-ao-idioma-4928930.html>

- Conti, M.S. (2019, 13 de julho). A língua, órgão sexualizado. *Folha de S. Paulo*, p. C 10, São Paulo, SP, Brasil.
- Coracini, M.J.R.F. (1991). Análise de discurso: em busca de uma metodologia. *D.E.L.T.A.* 7(1), 333-355.
- Coracini, M.J. (2011). Aspectos metodológicos e análise de discurso: migrantes em situação de ruas, entre a hos(ti)pitalidade e a anulação de si. In: Tfouni, L.V; Monte-Serrat, D.M., & Chiaretti, P. (Orgs., pp. 165-185). *A Análise do Discurso e suas interfaces*. São Carlos, SP: Pedro & João.
- Costa Neto, A. G. (2015). A desconstrução do racismo através de Monteiro Lobato: uma análise do caso “caçadas de Pedrinho”. *Caderno de Letras*, 25, 15-36. DOI: <https://doi.org/10.15210/cdl.v0i25.7338>
- Costa, C. (2012, 26 de setembro). Monteiro Lobato no Supremo, no banco dos réus. *ConJur: Consultor Jurídico: Direito & Mídia*. Recuperado de: [ConJur - Direito & Mídia: Monteiro Lobato no Supremo, no banco dos réus](#)
- Courtine, J. J. (1999). O chapéu de Clémentis. Observações sobre a memória e o esquecimento na enunciação do discurso político. (M.R. Rodrigues, trad.). In: F. Indursky, & C.L. Ferreira (Orgs., pp. 15-22). *Múltiplos territórios da Análise do discurso*. Porto Alegre, RS: Sagra luzzatto.
- Descartes, R. (1996). Discurso do Método. In: *Descartes – Vida e Obra* (pp.65-127). Rio de Janeiro, RJ: Nova Cultural. (Trabalho original publicado em 1637).
- Dias, C. (2015, setembro-dezembro). Análise do discurso digital: sobre o arquivo e a constituição do corpus. *Estudos Linguísticos*, 44(3), 972-980.
- Dias, R. (2020, 10 de junho). O futuro do passado do revisionismo histórico. *Folha de S. Paulo*, São Paulo, Brasil, versão digitalizada. Recuperado de: <https://www1.folha.uol.com.br/colunas/robertodias/2020/06/o-futuro-do-passado-do-revisionismo-historico.shtml>
- Didier-Weill, A. (2014). *Nota azul: Freud, Lacan e a arte*. (C. Lacerda & M. J. de Moraes trads., 2a ed.). Rio de Janeiro, RJ: Contracapa.
- Diniz, M. (2018). O(a) pesquisador(a), o método clínico e sua utilização na pesquisa. In: Ferreira, T., & Vorcaro, A. (Orgs., pp. 111-128). *Pesquisa e psicanálise: do campo à escrita*. Belo Horizonte, MG: Autêntica.
- Diniz, P. (2019, 02 de setembro). Machismo Fashion. *Folha de S. Paulo*, São Paulo, Brasil, p. C 1.
- Duvivier, G. (2020, 19 de maio). Uai, so serious: o mineiro, críptico, resume a condição humana. *Folha de S. Paulo*, São Paulo, Brasil, versão digitalizada. Recuperado de: <https://www1.folha.uol.com.br/colunas/gregoriouduvivier/2020/05/uai-so-serious-o-mineiro-criptico-resume-a-condicao-humana.shtml>
- Eco, U. (2011). *O nome da Rosa*. (A. F. Bernardini & H. F. de Andrade trads., 2a ed.). Rio de Janeiro, RJ: Record. (Trabalho original publicado em 1980).
- Elia, L. (2010). *O conceito de sujeito*. (3a ed.) Rio de Janeiro, RJ: Jorge Zahar.
- Ferreira, N. P. (2002). Jacques Lacan: apropriação e subversão da linguística. *Ágora: Estudos em Teoria Psicanalítica*, 5(1), 113-131.

- Ferreira, M. (2005). *Da ambiguidade ao equívoco: A Resistência da Língua nos Limites da Sintaxe e do Discurso*. Porto Alegre, RS: Ed. Da Universidade Federal do Rio Grande do Sul.
- Fiorin, J. L. (2009). Língua, discurso e política. *Alea: Estudos Neolatinos*, 11(1), 148-165. DOI: <https://dx.doi.org/10.1590/S1517-106X2009000100012>
- Foglietti, C. (2013, 15 de julho) A violência do politicamente correto. *Instituto Liberal*. Recuperado de: <https://www.institutoliberal.org.br/blog/a-violencia-do-politicamente-correto/>
- Foucault, M. (1987): *A Arqueologia do Saber*. (Neves trad., 3a ed.) Rio de Janeiro, RJ: Forense-Universitária.
- Foucault, M. (2001). *A Ordem do Discurso*. (L. F. de A. Sampaio trad., 7a ed.). São Paulo, SP: Edições Loyola. (Trabalho original publicado em 1970).
- Fragoso, V.M.M.B. (2016). Do mal-estar na civilização ao mal-estar na contemporaneidade. In: Leite, S. & Costa, T. (Orgs.) *Letras do sintoma*. Rio de Janeiro, RJ: Contracapa.
- França, T.A. & Grigoletto, E. (2016, dezembro). Análises sobre o discurso do politicamente correto: inquietações e provocações. *Estudos da Língua(gem)*, 14(2), 77-96.
- Freud, S. (1914). O Moisés de Michelangelo. In: Freud, S. (2012). *Totem e tabu, contribuição à história do movimento psicanalítico e outros textos (1912-1914)*. (P. César, trad., Obras completas de Sigmund Freud, vol.11). São Paulo, SP: Companhia das Letras.
- Freud, S. (1917). Teoria geral das neuroses. In: Freud, S. (2014, pp. 325-613). *Conferências introdutórias à psicanálise (1916-1917)*. (P. César, trad., Obras completas de Sigmund Freud, vol.13). São Paulo, SP: Companhia das Letras.
- Freud, S. (1920). Além do princípio do prazer. In: Freud, S. (2010, pp. 161-239). *História de uma neurose infantil ("O Homem dos Lobos"), além do princípio do prazer e outros textos (1917-1920)*. (P. César, trad., Obras completas de Sigmund Freud, vol.14). São Paulo, SP: Companhia das Letras.
- Freud, S. (1974). *O mal-estar na civilização*. (livro 8, pequena coleção das obras de Freud) (J. Abreu, trad.). Rio de Janeiro, RJ: Imago. (Trabalho original publicado em 1930[1929]).
- Freud, S. (2011). Psicologia das massas e análise do Eu. In: Freud, S. *Obras completas* (P. C. de Souza, trad., vol. 15, pp. 13-113). São Paulo, SP: Companhia das Letras. (Trabalho original publicado em 1921).
- Freud, S. (2013). *Totem e tabu: algumas concordâncias entre a vida psíquica dos homens primitivos e a dos neuróticos*. (P. C. de Souza, Trad.). São Paulo, SP: Penguin Classics Companhia das Letras. (Trabalho original publicado em 1913).
- Gadet, F. & Pêcheux, M. (2004). *A língua inatingível: o discurso na história da linguística*. Campinas, SP: Pontes.
- Gagnebin, J.M. (2006). Lembrar escrever esquecer. São Paulo, SP: Editora 34.
- Garcia, T. M. (2003). A análise do discurso francesa: uma introdução nada irônica. *Working papers em linguística*, 7, 121-140.
- Garcia-Roza, L.A. (1984). Freud e o Inconsciente. (2a ed.). Rio de Janeiro, RJ: Jorge Zahar.

- Gielow, I. (2020, 09 de junho). Londres reabre debate sobre politicamente correto ao revisar estátuas de racistas. *Folha de S. Paulo*, São Paulo, Brasil, versão digitalizada. Recuperado de: <https://www1.folha.uol.com.br/mundo/2020/06/londres-reabre-debate-sobre-politicamente-correto-ao-revisar-estatuas-de-racistas.shtml>
- Ginzburg, C. (1989). Sinais: raízes de um paradigma indiciário. In: Ginzburg, C. *Mitos, emblemas e sinais: morfologia e história*. (pp. 143-179). São Paulo, SP: Companhia das letras.
- Glozman, M. (2020, março). La ilusión del todo. Lengua(je), discurso y política de géneros en perspectiva materialista. *Rev. Latinoamericana del Colegio Internacional de Filosofía (RLCIF)*, 8, 111-138.
- Gorog, J-J. (2019, julho). O que é o real para Lacan? (C. Oliveira, trad). *Stylus Revista de Psicanálise*, 38, 23-33.
- Guilhaumou, J. & Maldidier, D. (1994). Effets de L'archive. In: Guilhaumou, J. *Discours et archive: experimentations en analyse du discours*. Liège: Mardaga, 91-111.
- Guilhaumou, J. (2002). Le corpus em analyse de discours: perspective historique. 1, 21-50. DOI: <https://doi.org/10.4000/corpus.8>
- Gullar, F. (2005, 15 de maio). A coisa está branca. *Folha de S. Paulo*, São Paulo, Brasil, p. E 12.
- Gullar, F. (2017). *Na vertigem do dia*. São Paulo, SP: Companhia das Letras. (Obra original publicada em 1980).
- Hegel, G. (1992). *Fenomenologia do espírito*. Petrópolis, RJ: Editora Vozes.
- Henry, P. (2013). *A ferramenta imperfeita: Língua, sujeito e discurso*. (M. F. de Castro, trad., 2a ed.). Campinas, SP: Editora da Unicamp.
- ISTO É. (2020, 29 de agosto). Grupo Boticário deixa de usar o termo "Black Friday". Da redação. Recuperado de: <https://www.istoedinheiro.com.br/grupo-boticario-deixa-de-usar-o-termo-black-friday/>
- Ianini, G., & Santiago, J. (2020). Mal-estar: clínica e política. In: Freud, S. *Cultura, sociedade, religião: O mal-estar na cultura e outros escritos*. (M.R.S. Moraes, trad.). Belo Horizonte, MG: Autêntica.
- Ianini, G. (2013). *Estilo e verdade em Jacques Lacan*. (2a ed., coleção Filômargens). Belo Horizonte, MG: Autêntica Editora.
- Izcovich, L. (2018). *As marcas de uma psicanálise*. São Paulo, SP: Aller editora
- Jakobson, R. (1999). Linguística e poética. In: *Linguística e comunicação*. (I. Blikstein & J. P. Paes, trads., pp.118-162) São Paulo, SP: Cultrix (Trabalho original publicado em 1960).
- Jamilk, P. (2020, 19 de novembro). Neutralização de Gênero: Doutor em Letras explica se faz sentido. Entrevistado por Monique Mello. *Pleno. News portal digital*. Rio de Janeiro, RJ. Recuperado de: [Neutralização de Gênero: Doutor em Letras explica se faz sentido | Educação | Pleno.News](https://www.pleno.news/neutralizacao-de-genero-doutor-em-letras-explica-se-faz-sentido-educacao-pleno-news)
- Jatene, K.K.R. (2018). *O "politicamente correto" e a Constituição de 1988: liberdade de expressão e minorias*. Rio de Janeiro, RJ: Lumen Juris.

- Gaspar, J-L., Dunker, C., Silva-Junior, N., Assadi, T., & Doucet, C. (2010, julho-dezembro). Psicanálise e análise de discurso: elementos para uma investigação clínica futura. *A peste*, 2(2), 361-378.
- Jordão, C. (2008, 08 setembro) A invasão do politicamente correto. *ISTOÉ*, São Paulo, SP. Recuperado de: https://istoe.com.br/8822_a+invasao+do+politicamente+correto/.
- Junior, J. F, Nascimento, L. F & Eisenberg, Z. W. (2015). Considerações sobre o politicamente correto: o caso das caçadas de Pedrinho. *Cadernos Imbondeiro*. 4(2), 94-116.
- Junior, J. F., Nascimento, L.F. & Eisenberg, Z.W. (2013). Monteiro Lobato e o politicamente correto. *DADOS: Revista de ciências sociais*, 56(1), 69-108.
- Kimball, R. (2004). *The rape of the masters: How political correctness sabotages art*. São Francisco, CA: Encounter Books.
- Kohl, H. (1992). Uncommon Differences: On Political Correctness, Core Curriculum and Democracy in Education. *The Lion and The Unicorn. John Hopkins University Press*. 16(1), 1-16.
- Koltai, C. (1999). Violência e indiferença: duas formas de mal-estar na cultura. *São Paulo em Perspectiva*, 13(3), 76-80.
- Kundera, M. (2017). *A insustentável leveza do ser*. (T. B. Fonseca, trad). São Paulo, SP: Companhia das Letras.
- Lacan, J. (1965). A ciência e a verdade. In: *Escritos* (pp. 869-892). Rio de Janeiro, RJ: Jorge Zahar (Trabalho original publicado 1998).
- Lacan, J. (1982). *O seminário, livro 20: mais, ainda*. Rio de Janeiro, RJ: Zahar. (Trabalho original publicado em 1972-1973).
- Lacan, J. (1986). A verdade surge da equivocação. In: *O Seminário Livro 1: Os escritos Técnicos de Freud*. (B. Milan, trad., pp.297-310). Rio de Janeiro, RJ: Jorge Zahar (Trabalho original publicado em 1975).
- Lacan, J. (1992a). *O Seminário livro 17: O avesso da psicanálise*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar. (Trabalho original publicado em 1969-1970).
- Lacan, J. (1998). O seminário sobre “A carta roubada”. In: *Escritos*. (V. Ribeiro, trad., pp. 13-66). Rio de Janeiro, RJ: Jorge Zahar. (Trabalho original publicado em 1955).
- Lacan, J. (1998a). Formulações sobre a causalidade psíquica. In: Lacan, J. *Escritos*. (V. Ribeiro, trad., pp. 152-196). Rio de Janeiro, RJ: Zahar. (Trabalho original publicado em 1950).
- Lacan, J. (1998b). Subversão do sujeito e dialética do desejo no inconsciente freudiano. In: Lacan, J. *Escritos*. (V. Ribeiro, trad., pp. 793-842). Rio de Janeiro, RJ: Zahar. (Trabalho original publicado em 1960).
- Lacan, J. (1999). *O seminário, livro 5: As formações do inconsciente*. Rio de Janeiro, RJ: Jorge Zahar. (Trabalho original publicado em 1957-1958).
- Lacan, J. (2003) Homenagem a Marguerite Duras pelo arrebatamento de Lol V. Stein. In: *Outros Escritos*. (pp.198-205). Rio de Janeiro, RJ: Zahar. (Trabalho original publicado em 1965).

- Lacan, J. (2003) O aturdido. In: *Outros escritos*. (pp.448-497). Rio de Janeiro: Jorge Zahar. (Trabalho original publicado em 1973).
- Lacan, J. (2007). *O seminário, livro 23: O sinthoma*. Rio de Janeiro, RJ: Zahar. (Trabalho original publicado em 1975-1976).
- Lacan, J. (2008). *O seminário, livro 11: os quatro conceitos fundamentais da psicanálise*. (M.D. Magno trad., 2a ed.) Rio de Janeiro, RJ: Zahar (Trabalho original publicado em 1964).
- Lispector, C. (1999). *Para não esquecer*. Rio de Janeiro, RJ: Rocco.
- Lobato, J.B.M. (2008). *Caçadas de Pedrinho*. São Paulo, SP: Editora Globo. (Trabalho original publicado em 1939).
- Lollo, P., & Lollo, C. C. (2015). O nome e a lei, a “sensoalidade” e o direito. *Estudos de Psicanálise*, 43, 117-128.
- Machado de Assis. (1881). O Alienista. In: Gledson, J. (2007). *50 contos*. São Paulo, SP: Companhia das Letras.
- Manguel, A. (1997). *Uma história da leitura*. São Paulo, SP: Companhia das Letras.
- Mapurunga, J., & Carneiro, H. (2011). O psicanaliticamente correto e o que é dito ‘politicamente incorreto’. *Anais do congresso O psicanalista, sua clínica e sua cultura*, Fortaleza, CE, Brasil. Recuperado de: <http://www.psicanalise.ufc.br/hot-site/pdf/Trabalhos/42.pdf>.
- Mariani, B. (2003). Subjetividade e imaginário linguístico. *Linguagem em (Dis)curso*, Tubarão, 3(Número Especial), 55-72.
- Marx, K. & Engels, F. (2010). *O manifesto comunista*. São Paulo, SP: Boitempo. (Trabalho original publicado em 1848).
- Mello, M. (2020, 19 de novembro). Neutralização de Gênero: Doutor em Letras explica se faz sentido. *Pleno. News portal digital*. Rio de Janeiro. Recuperado de: [Neutralização de Gênero: Doutor em Letras explica se faz sentido | Educação | Pleno. News](#)
- Meireles, M. (2019, 20 de junho). Militantes do país reivindicam identidade negra de Machado de Assis. *Folha de S. Paulo*, São Paulo, Brasil, versão digitalizada. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/ilustrada/2019/06/militantes-do-pais-reivindicam-identidade-negra-de-machado-de-assis.shtml>
- Milner, J-C. (1987). *O amor da língua*. Porto Alegre, RS: Artes Médicas.
- Milner, J-C. (2006). *Os nomes indistintos*. (P. Abreu, trad.). Rio de Janeiro, RJ: Companhia de Freud.
- Milton, J. (2016). *Paraíso perdido*. (D. Jonas, trad. 2a ed., Bilíngue). São Paulo, SP: Editora 34 (Trabalho original publicado em 1663).
- Minois, G. (2011). *A idade de ouro: história da busca da felicidade*. (C. Fonseca, trad.). São Paulo, SP: Editora Unesp.
- Minoldo, S. & Balian, J.C. (2018). La lengua degenerada. *El gato y la caja*. (online). Recuperado de: <https://elgatoylacaja.com/la-lengua-degenerada>

- Monteiro, C.P. (2012). *A noção de lalíngua: uma contribuição da psicanálise lacaniana à concepção de língua*. (Tese de doutorado, Universidade federal da Paraíba, Programa em Letras). Recuperado de: [images_pdf_Cleide.pdf \(ufpb.br\)](#)
- Moraes, V., & Powell, B. (1967). *Samba da benção*. Interpretação: Vinícius de Moraes, Elenco. LP, lado A, faixa 5.
- Morato, E., & Bentes, A. C. (2018, outubro-dezembro). “O mundo tá chato”: algumas notas sobre a dimensão sociocognitiva do politicamente correto na linguagem. *Revista USP*, 115, 11-28.
- Mourão, H. (2020). 'No Brasil, não existe racismo', diz Mourão sobre assassinato de homem negro em supermercado. *G1*, Brasília. Recuperado de: <https://globoplay.globo.com/v/9039947/>
- Nakasu, M.V.P. (2005, janeiro- junho.). O parricídio em totem e tabu: uma análise acerca da gênese do conceito de pulsão de morte. *Revista de Filosofia*, 17(20), 137-146.
- Nelson, M. (2017). *Argonautas*. (R. Bettoni, trad.). Belo Horizonte, MG: Autêntica.
- Oliveira, B. S., & Maia, R., C., R. (2021 dezembro- março). Redes bolsonaristas: ataque ao politicamente correto e conexões com o populismo autoritário. *Confluências*. 22(3),83-114.
- Opera Mundi. (2012). *Hoje na História: 1651 - Robinson Crusoe parte rumo a seus 28 anos de isolamento*. Recuperado de: [Opera Mundi: Hoje na História: 1651 - Robinson Crusoe parte rumo a seus 28 anos de isolamento \(uol.com.br\)](#)
- Orlandi, E.P. (1996a). *Interpretação; autoria, leitura e efeitos do trabalho simbólico*. Petrópolis, RJ: Vozes.
- Orlandi, E.P. (1996b). Exterioridade e ideologia. *Cad. Est.Ling.*, 30, 27-33.
- Orlandi, E.P. (1997a). Nota ao leitor. In: Pêcheux, M. *O Discurso: estrutura ou acontecimento*. (E. P. Orlandi, trad., 2a ed.). Campinas, SP: Pontes.
- Orlandi, E. P. (1997b). *As formas do silêncio: no movimento dos sentidos*. (42a ed.). Campinas, SP: Editora da Unicamp.
- Orlandi, E.P. (1999). *Análise de discurso: princípios e procedimentos*. Campinas, SP: Pontes.
- Orwell, G. (2009). *1984*. (H. Jahn & A. Hubner, trads). São Paulo, SP: Companhia das letras. (Trabalho original publicado em 1949).
- Parecer CNE/CEB nº 06/2011. Reexame do Parecer CNE/CEB nº 15/2010.
- Parecer CNE/CEB nº 15/2010.
- Pêcheux, M., & Gadet, F. (1991). La Langue introuvable. (Entrevista traduzida do inglês, S. A. F., trad.). *Canadian Journal of Political and Social Theory*, 15(1), 2 e 3.
- Pêcheux, M. (1982). Ideologia – aprisionamento ou campo paradoxal? (C. Zink, trad., 4a ed., pp. 107-119). In: Orlandi, E. *Análise de discurso: Michel Pêcheux. Textos selecionados*. Campinas, SP: Pontes Editores.
- Pêcheux, M. (1994). Ler o arquivo hoje. In: Orlandi, E. P. (Org.). *Gestos de leitura: da história no discurso*. (Bethânia S. C., & Mariani, trads., pp. 55 -66) Campinas, SP: Editora da Unicamp.

- Pêcheux, M. (1997). *O Discurso: Estrutura ou Acontecimento*. (E. P. Orlandi, trad., 2a ed.) Campinas, SP: Pontes.
- Pêcheux, M. (2014). *Semântica e discurso: uma crítica à afirmação do óbvio*. (E. P. Orlandi, trad., 5a ed.). Campinas, SP: Editora da Unicamp.
- Pondé, L. F. (2020, 20 de setembro). O politicamente correto é hoje métrica do marketing digital, a nova sociologia. *Folha de S. Paulo*, São Paulo, Brasil, versão digitalizada. Recuperado de: <https://www1.folha.uol.com.br/colunas/luizfelipeponde/2020/09/o-politicamente-correto-e-hoje-metrica-do-marketing-digital-a-nova-sociologia.shtml>
- Possenti, S., & Baronas, R. L. (2006). A linguagem politicamente correta no Brasil: uma língua de madeira? *Polifonia*, 12(2), 47-72.
- Possenti, S. (2004). A linguagem politicamente correta e a análise do discurso. In: Possenti, S. *Os limites do discurso*. (pp. 37-59). Curitiba, PR: Criar edições.
- Queiroz, A. C. (2004). *Politicamente correto & Direitos Humanos*. Brasília: SEDH.
- Quinet, A. (2009) *A estranheza da psicanálise: a escola de Lacan e seus analistas*. Rio de Janeiro, RJ: Jorge Zahar.
- Quintana, M. (2005). *Poesia Completa*. Rio de Janeiro, RJ: Nova Aguilar.
- Rajagopalan, K. (2000). Sobre o porquê de tanto ódio contra a linguagem “politicamente correta”. In: Silva, F. L., & Moura, H. M. M. (Orgs., pp.93-102). *O Direito à Fala: A Questão do Preconceito Linguístico*. Florianópolis, SC: Insular.
- Rancière, J. (2009). *O inconsciente estético*. (M. C. Netto, trad.). São Paulo, SP: Editora 34.
- Ribeiro, D. (2015). *O povo brasileiro: a formação e o sentido do Brasil*. (3a ed.). São Paulo, SP: Global.
- Ribeiro, J.U. (2005, 08 de maio). O programa Fala Zero. *O Estado de S. Paulo*, São Paulo, Brasil, p. D 3.
- Ricci, G. (2005). *As cidades de Freud*. Rio de Janeiro, RJ: Jorge Zahar.
- Bernstein, R. (1990, 28 de outubro). The Rising Hegemony of the Politically Correct. *The New York Times*. p. D4. Recuperado de: [IDEIAS E TENDÊNCIAS; A Hegemonia Crescente do Politicamente Correto - The New York Times \(nytimes.com\)](https://www.nytimes.com/1990/10/28/us/politics/the-rising-hegemony-of-the-politically-correct.html)
- Rivera, T. (2016). O sujeito está na arte. In: Leite, S., & Costa, T. (Orgs.) *Letras do sintoma*. Rio de Janeiro: Contracapa.
- Rosa, J.G. (2015). *Grande Sertão: Veredas*. (21a ed.). Rio de Janeiro, RJ: Nova Fronteira.
- Safatle, V.; Junior, N.S. & Dunker, C. (Orgs.). (2020). *Neoliberalismo como gestão do sofrimento psíquico*. Belo horizonte, MG: Autêntica.
- Salhani, J. (2015, 30 de março). Uma língua neutra como meio de inclusão social. *Plural: Observatório de Comunicação e Cidadania*. Recuperado de: <http://www2.faac.unesp.br/blog/obsmidia/2015/03/30/uma-lingua-neutra-como-meio-de-inclusao-social/>.

- Santana, G., & Leal, M.V. (2019, janeiro- março). Análise do discurso politicamente incorreto na atual mídia humorística televisiva brasileira: o caso de entrevistas feitas por Danilo Gentili. *Domínios da lingu@gem*. 13(1), 377-399.
- Santos, M.F. (2013). *A disputa de sentidos da linguagem politicamente correta: uma Análise discursiva na cartilha do politicamente correto & Direitos humanos*. (Dissertação de mestrado, Universidade do estado da Bahia).
- Saramago, J. (2017). *Ensaio sobre a cegueira*. (2a ed.). São Paulo, SP: Companhia das letras. (Trabalho original publicado em 1995).
- Saussure, F. de. (2012). *Curso de Linguística Geral*. (28a ed.). São Paulo, SP: Cultrix.
- Schuler, F. (2020, 27 de fevereiro). Samba de cartilha: em que momento nos tornamos reguladores obsessivos da vida dos outros? *Folha de S. Paulo*, São Paulo, Brasil.
- Schwarcz, L.M. (2005, 15 de maio). Quem tem medo do politicamente incorreto? *Folha de S. Paulo*, p. A10. São Paulo, Brasil.
- Schwarcz, L.M., & Starling, H.M. (2018). *Brasil: uma biografia*. (2a ed.) São Paulo: Companhia das Letras.
- Secretaria de políticas para as mulheres. (2014). *Manual para uso não sexista da linguagem*. Governo do Estado do Rio Grande do Sul. Recuperado de: [MIOLO - Manual para uso não sexista da linguagem.indd \(usp.br\)](https://moodle.unb.br/pluginfile.php/1000000/mod_resource/content/1/MIOLO_-_Manual_para_uso_nao_sexista_da_linguagem.indd_(usp.br))
- Semprini, A. (1999). *Multiculturalismo*. (L. Pelegrin, trad.). Bauru, SP: Edusc.
- Shakespeare, W. (1595). *Romeu e Julieta*. (Livro digital, 176 p., Pdf.). Editora Jahr.
- Shakespeare, W. (2015). *A tragédia de Hamlet, príncipe da Dinamarca*. (L. Flores, trad.). São Paulo, SP: Penguin Classics Companhia das Letras. (Trabalho original publicado em 1599-1600).
- Silva, H.P. (2012). *Pragmática da comunicação: uma análise do politicamente correto na literatura infantil*. (Dissertação de mestrado, Universidade federal do Paraná, Programa de Ciências Humanas, Letras e Artes). Recuperado de: https://acervodigital.ufpr.br/bitstream/handle/1884/27457/R_-_D_-_SILVA,_HALINA_PAGANELLI.pdf?sequence=1
- Soares, L. E. (1998). Politicamente Correto: o processo civilizador segue seu curso. In: Pinto, P. R., Magno, C.; Santos, E. P.& Guimarães, L. (Orgs., pp. 217-238). *Filosofia analítica, pragmatismo e ciência*. Belo Horizonte, MG: Editora UFMG.
- Soler, C. (2012). *Lacan, o inconsciente reinventado*. (P. Abreu, trad.). Rio de Janeiro, RJ: Cia. De Freud
- Soler, C. (2013). *A repetição na experiência analítica*. (E. Saporiti, trad.). São Paulo, SP: Escuta.
- Soler, C. (2014). Possibilidade de uma ética não individualista da psicanálise. *Stylus*, 29, 23-29.
- Soler, C. (2018). *O que resta da infância*. (E. Saporiti, trad.) São Paulo, SP: Escuta.
- Soler, C. (2021). *De um trauma ao Outro*. (C. Alberto, trad.). São Paulo, SP: Blucher.
- Souza, J. (2019). *A elite do atraso*. Rio de Janeiro, RJ: Estação Brasil.

- Teixeira, L. C. (2002). Função paterna, fratria e violência: sobre a constituição do socius na psicanálise freudiana. *PsicoUSF*, 7(2), 195-200.
- Tfouni, L.V. (1992). O dado como indício e a contextualização do(a) pesquisador(a) nos estudos sobre compreensão da linguagem. *Delta*, 8(2), 205-223.
- Tfouni, L. V. (2001). A dispersão e a deriva na constituição da autoria e suas implicações para uma teoria do letramento. In: Signorini, I. (Org., pp. 77-97). *Investigando a relação oral/escrito e as teorias do letramento*. Campinas, SP: Mercado de Letras.
- Tfouni, L. V. (2003). E não tem linhas tua palma: esquecer para poder lembrar. *Organon*, 17(35), 143-160.
- Tfouni, L.V. & Pantoni, R.V. (2004). Sobre a ideologia e o efeito de evidência na teoria da análise do discurso francesa. In: *Resúmenes II. Conferência internacional. "La obra de Carlos Marx y los desafíos del siglo XXI"*. Havana, p.70.
- Tfouni, L.V. & Laureano, M.M.M. (2005) Entre a análise do discurso e a psicanálise, a verdade do sujeito. *Investigações*, 18, 131-147.
- Tfouni, L. V. (2008a). Mensagem e poesia: A atualidade de Saussure e Jakobson ou sobre a verdade do sujeito (e do sentido) em deriva. In: Gaspar, N. R., & Romão, L. M. (Orgs., pp. 71-80). *Discurso e texto: Multiplicidade de sentidos na Ciência da Informação*. São Carlos, SP: EDUFSCAR.
- Tfouni, L. V. (2008b). Autoria e contenção da deriva. In: Tfouni, L. V. (Org., pp. 141 - 152). *Múltiplas faces da autoria: análise do discurso, psicanálise, literatura, modernidade e enunciação*. Ijuí, RS: Editora Unijuí.
- Tfouni, L.; Pereira, A., & Monte-Serrat, D. (2011). A carta roubada e a estrutura do inconsciente: onde o político e o equívoco se cruzam. In: Tfouni, L.; Monte-Serrat, D.; & Chiaretti, P. (Orgs., pp.83-96). *A análise do discurso e suas interfaces*. São Carlos, SP: Pedro & João Editores.
- Tfouni, L.; Martha, D.J.B., & Carreira, A. (2014). O inesgotável alcance da função poética. In: Tfouni, L. & Martha, D.J.B. (Orgs., pp. 69-106). *O (in)esperado de Jakobson*. Campinas, SP: Mercado de Letras.
- Tfouni, L.V., Santos, K., Bartijotto, J. & Silva, J. (2016). O paradigma indiciário e as ciências humanas: psicanálise e análise do discurso. *Estud. Pesq. Psicol*, 16(4), 1256-1270.
- Tfouni, L.; Massolini, M., & Bartijotto, J. (2017, janeiro-junho). "... lá onde o amor é tecido de desejo ...": lalangue e a irrupção do equívoco na língua. *Cad. Psicanál. (CPRJ)*, 39(36), 141-159.
- Tfouni, L.V., Pereira, A.C. & Milanez, N.O. (2018). *O paradigma indiciário e as modalidades de interpretação nas ciências humanas*. São Carlos, SP: EDUFSCAR.
- Tfouni, L.V., & Pimenta, L.A. (no prelo). A fantasia do corpo inconsistente do capital: *Alegorias Discursivas*.
- Tfouni, L.V. (2020). Letramento e a exclusão da oralidade: o silenciamento dos gestos cotidianos de linguagem pela Escola. In: Rodrigues, D.L.D.I., & Silva, J.Q.G. (Orgs., pp. 230-256, E-book). *Práticas Discursivas em Letramento Acadêmico: questões em estudo*. Vol. III: estudos aplicados à prática da escrita acadêmica: colocando a mão na massa. Belo Horizonte, MG: Editora PUC Minas.

- Toneto, D.J.M. (2011). Autoria, deriva e contingente: intersecções entre Ad, literatura e psicanálise. In: Tfouni, L.; Monte-Serrat, D.; & Chiaretti, P. (Orgs., pp. 61-81). *A análise do discurso e suas interfaces*. São Carlos, SP: Pedro & João Editores.
- Valente, A. (2002). Texto para que te quero. In: Bastos, N.B. (Org., pp. 327-336). *Língua portuguesa: uma visão em mosaico*. São Paulo, SP: EDUC.
- Vasconcelos, J.A. (2003, julho-dezembro.). O que é a desconstrução? *Revista de Filosofia*, Curitiba, 15(17), 73-78.
- Veloso, C. (1968). *Tropicália*. Álbum Caetano Veloso. Polygram/Philips. Faixa 1.
- Veloso, C. (1987). *Eu sou neguinha?* Álbum Caetano. Philips 832 988-1.
- Veloso, C. (1989). *Genipapo Absoluto*. Álbum Estrangeiro, Philips, CD 838 297-2, Track 10.
- Veloso, C. (2017). *Verdade tropical*. (3a ed., ed. comemorativa de 20 anos). São Paulo, SP: Companhia das Letras.
- Vieira, T. (2020). Prefácio. In: *Iliada*. (ed. bilíngue; T. Vieira, trad.). São Paulo, SP: Editora 34.
- Voltaire (2013). *Cândido ou o otimismo*. (S. Titan Jr., trad., Coleção fábula). São Paulo, SP: Editora 34. (Trabalho original publicado em 1759).
- Wahoo Art. *São domingos e o Albigenses* (1495). Recuperado de: [são domingos e o Albigenses, 1495 por Pedro Berruguete \(1450-1504, Spain\) | Reproduções De Arte Pedro Berruguete | WahooArt.com](https://www.wahooart.com/pt/sao-domingos-e-o-albigenses-1495-por-pedro-berruguete-1450-1504-spain-reproducoes-de-arte-pedro-berruguete)
- Walker, A. (1892). If the Present Looks Like the Past, What Does the Future Look Like? In: *In Search of Our Mothers' Gardens*. Houghton Mifflin Harcourt
- Weigel, M. (2018a, julho). Um álibi para o autoritarismo. (A. Barbosa, trad.). *Revista Serrote*, 29. São Paulo: Instituto Moreira Salles. Recuperado de: [Um álibi para o autoritarismo - por Moira Weigel - revista serrote](https://www.serrote.com.br/2018/07/um-alibi-para-o-autoritarismo-por-moira-weigel/)
- Weigel, M. (2018b, 08 de setembro). “O discurso contra o politicamente correto é uma retórica que inviabiliza o debate democrático”. (Entrevista por Ricardo Della Coletta). *EL PAÍS Brasil na web*, São Paulo. Recuperado de: [Moira Weigel: “O discurso contra o politicamente correto é uma retórica que inviabiliza o debate democrático” | Brasil | EL PAÍS Brasil \(elpais.com\)](https://brasil.elpais.com/brasil/2018/09/08/weigel-o-discurso-contra-o-politicamente-correto-e-uma-retorica-que-inviabiliza-o-debate-democratico.html)
- Weinmann, A. O., & Culau, F. V. (2014). Notas sobre o politicamente correto. *Estudos e Pesquisas em Psicologia*, 14(2), 628-645.
- Wolfgang, L. (1858). *Child of the Revolution*. (Woodhouse, trad). Chicago: H. Regnery Co.
- Zenardi, R. C., & R. P. B. Machado. (2018, julho-setembro). Efeitos de sentido em charges: um estudo sobre o politicamente correto. *Forum lingüístic*. 15(3), 3180 – 3191. DOI: [10.5007/1984 - 8412.2018v15n 3 p 3180](https://doi.org/10.5007/1984-8412.2018v15n3p3180)
- Zizek, S. (2016, 19 de fevereiro). Donald Trump e o retorno do politicamente incorreto. “Um ensaio sobre o simples ato de defecar em público, ou, A insustentável leveza da vulgaridade”. (A. Renzo, trad.). *Blog da boi tempo*. Recuperado de: <https://blogdaboitempo.com.br/2016/02/19/zizek-donald-trump-e-o-retorno-do-politicamente-incorreto/>

Zizek, S. (1996). *Um mapa da ideologia*. (V. Ribeiro, trad.) Rio de Janeiro, RJ: Contraponto.

Zizek, S., & Daly, G. (2006). Arriscar o impossível: conversas com Zizek. (V. Ribeiro, trad., Coleção dialética) São Paulo, SP: Martins.